

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Reasilva Aurora Alves da Silva

Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento em Espaços Rurais e Urbanos: Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2023

Reasilva Aurora Alves da Silva

Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento em Espaços Rurais e Urbanos: Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Marília Patta Ramos

Porto Alegre

2023

Alves da Silva, Reasilva Aurora
Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento em
Espaços Rurais e Urbanos: Rio Grande do Sul / Reasilva
Aurora Alves da Silva. -- 2023.
150 f.
Orientador: Marília Patta Ramos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Indicadores Sociais.
3. Índice de Acesso. 4. IBGE. 5. Municípios. I. Ramos,
Marília Patta, orient. II. Título.

Reasilva Aurora Alves da Silva

Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento em Espaços Rurais e Urbanos: Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Marília Patta Ramos

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de Dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Marília Patta Ramos, Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Marcos Froehlich, Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

Maria Elza Soares Silva, Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Piauí

Maycon Noremberg Schubert, Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho a todos aqueles que não tiveram acesso às mesmas oportunidades que foram concedidas a mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, a mulher mais sonhadora que já conheci, uma fonte constante de inspiração que me ensinou não apenas a sonhar, mas também a acreditar que um mundo melhor é possível.

Quero expressar um agradecimento especial à minha orientadora, cujas conversas, incentivos e dedicação em me ensinar foram elementos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Além disso, estendo meu agradecimento à escola e a todos os professores que já tive nesta jornada. Foram eles que não apenas me incentivaram e apoiaram, mas também abriram novas perspectivas de mundo que enriqueceram minha compreensão.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo que busca investigar a relação existente entre municípios rurais e urbanos do Rio Grande do Sul a partir de dados censitários que versam sobre aspectos constituintes das análises de desenvolvimento humano. Para esse estudo, convocamos os autores Sen (2000), Veiga (2001), Schneider (2004) e Favareto (2009), especialistas na área de desenvolvimento que contribuem de forma contundente para a pesquisa. O cerne deste trabalho foi a busca por responder se a classificação oficial dos municípios elaborada pelo IBGE compreende as dimensões rurais do estado, e desconstruir a máxima sociológica brasileira de que o rural é atrasado e o urbano desenvolvido. Como unidade comparativa foi utilizada a classificação alternativa dos municípios de Mallmann, uma vez que existe a hipótese de que os municípios rurais, a partir dessa classificação melhoram suas posições de desenvolvimento em relação aos critérios do IBGE. Foram selecionados como indicadores de desenvolvimento: o PIB, o IDHM, o IDESE e o Índice de Acesso, criado especificamente para essa pesquisa. Os dados foram analisados quantitativamente através do Software Estatístico (SPSS): a distribuição de frequência, o cálculo da diferença de média para diferentes amostras a partir de teste para diferença de médias, análises de variância e análises de regressão linear. Como resultados desta investigação temos que municípios classificados como rurais não possuem indicadores de desenvolvimento baixos, pelo contrário, em muitos casos foi observado equivalência entre municípios urbanos e rurais. Além disso, constata-se que a classificação do IBGE é limitada, uma vez que quando utilizada, municípios rurais tendem a ter indicadores inferiores a municípios urbanos. O Índice de Acesso revelou que a disponibilidade de serviços de saúde e educação é insuficiente, uma situação que pode ser atribuída ao enfraquecimento das políticas públicas destinadas às populações rurais no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; IBGE; Indicadores Sociais; Índice de Acesso.

ABSTRACT

The present research is a study that aims to investigate the relationship between rural and urban municipalities in the Rio Grande do Sul, based on census data that address constituent aspects of human development analyses. For this study, we have enlisted the contributions of authors Sen (2000), Veiga (2001), Schneider (2004), and Favareto (2009), who are experts in the field of development and make substantial contributions to the research. The core of this work was the quest to answer whether the official classification of municipalities elaborated by IBGE encompasses the rural dimensions of the state and to deconstruct the Brazilian sociological maxim that rural areas are backward while urban developed areas. As a comparative unit, Mallmann's alternative classification of municipalities utilized, as there is a hypothesis that rural municipalities, based on this classification, improve their development positions about IBGE criteria. Development indicators selected for this study include PIB, IDH, IDESE, and the Access Index, created specifically for this research. The data were quantitatively analyzed using the Statistical Software (SPSS), including frequency distribution, calculation of mean differences for different samples using tests for mean differences, analysis of variance, and linear regression analysis. The results of this investigation indicate that municipalities classified as rural do not exhibit low development indicators; on the contrary, in many cases, equivalence was observed between urban and rural municipalities. Furthermore, it found that the IBGE classification is limited, as when used, rural municipalities tend to have lower indicators than urban municipalities. The Índice de Acesso revealed that the availability of health and education services is limited, a situation that can be attributed to the weakening of public policies aimed at rural populations in Rio Grande do Sul.

Keywords: Human Development; IBGE; Social Indicators; Índice de Acesso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul seguindo a classificação dos municípios pelo IBGE	69
Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul seguindo a classificação dos municípios por Mallmann	70
Figura 3 – Participação dos setores da economia no PIB (2010)	80
Figura 4 – Participação dos setores da economia no PIB (2017)	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos municípios pelo IBGE	35
Tabela 2 - Os dez municípios com menores PIB <i>per capita</i> (2010) e maiores PIB <i>per capita</i> (2010)	73
Tabela 3 - Os dez municípios com menores PIB <i>per capita</i> (2017) e maiores PIB <i>per capita</i> (2017)	74
Tabela 4 – PIB <i>per capita</i> (2010) abaixo e acima da média do estado frente aos dois critérios de classificação	76
Tabela 5 - Mediana do PIB <i>per capita</i> (2010) segundo critérios do IBGE e Mallmann	77
Tabela 6 – PIB <i>per capita</i> (2017) abaixo e acima da média do estado frente aos dois critérios de classificação	78
Tabela 7 - Mediana do PIB <i>per capita</i> (2017) segundo critérios do IBGE e Mallmann	79
Tabela 8 - Correlação entre as variáveis	81
Tabela 9 - Correlação entre as variáveis	82
Tabela 10 - Percentual médio da participação agropecuária do valor adicionado bruto no PIB: critério do IBGE	83
Tabela 11 - Percentual médio da participação agropecuária do valor adicionado bruto no PIB: critério de Mallmann	84
Tabela 12 - Percentual médio da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB	84
Tabela 13 - Média estadual dos percentuais de participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2010: Critérios IBGE	85
Tabela 14 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2010: Critérios Mallmann	85
Tabela 15 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2017: Critérios IBGE	86
Tabela 16 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2017: Critérios Mallmann	87
Tabela 17 – Comportamento do IDHM de acordo com as tipologias	89
Tabela 18 - Os dez municípios com menores e maiores IDHM	89
Tabela 19 – Percentuais dos IDHMs abaixo e acima da média do estado frente aos dois critérios de classificação	90

Tabela 20 – Diferença das médias do IDHM segundo as tipologias	91
Tabela 21 – Análise comparativa das médias do IDHM segundo a tipologia de Mallmann	92
Tabela 22 - Análise comparativa das diferenças de média do IDHM segundo a tipologia de Mallmann	93
Tabela 23 – Análise comparativa das médias do IDHM segundo a tipologia do IBGE	93
Tabela 24 - Análise comparativa das diferenças de média do IDHM segundo a tipologia do IBGE	94
Tabela 25 - Análise de regressão da influência dos setores econômicos no IDHM	94
Tabela 26 - Média das variáveis IDHM de acordo com a tipologia IBGE	97
Tabela 27 - As maiores médias das variáveis IDHM: Municípios Predominantemente Urbanos	98
Tabela 28 – Comportamento do IDESE frente aos dois critérios de classificação	102
Tabela 29 - Os dez municípios com menores e maiores IDESE	104
Tabela 30 – Diferença das médias do IDESE considerando as classificações	106
Tabela 31 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo a tipologia de Mallmann	106
Tabela 32 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo a tipologia do IBGE	107
Tabela 33 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo as tipologias	107
Tabela 34 - Correlação dos setores econômicos e IDESE	108
Tabela 35 - Análise de regressão do efeito dos setores econômicos no IDESE	109
Tabela 36 - Análise das médias do IDESE pelo IBGE	111
Tabela 37 - Análise das médias do IDESE Educação: Critério IBGE	113
Tabela 38 - Análise das médias do IDESE Saúde por categoria do IBGE	114
Tabela 39 - Análise das médias do IDESE pela Mallmann	116
Tabela 40 - Análise das médias do IDESE Educação: Critério de Mallmann	117
Tabela 41 - Análise das médias do IDESE Saúde: Critério de Mallmann	118
Tabela 42 – Comportamento do InAcesso ante as tipologias	119
Tabela 43 - Referência Cruzada InAcesso e densidade demográfica	120
Tabela 44 - Referência Cruzada InAcesso e população rural	121
Tabela 45 – As diferenças das médias do InAcesso segundo as tipologias	122
Tabela 46 – InAcesso médio Bloco Saúde dos municípios segundo a tipologia do IBGE	125

Tabela 47 – InAcesso médio Bloco Saúde dos municípios segundo a tipologia de Mallmann	125
Tabela 48 – InAcesso médio Bloco Educação dos municípios segundo a tipologia do IBGE	126
Tabela 49 – InAcesso médio Bloco Educação dos municípios segundo a tipologia de Mallmann	127
Tabela 50 – Mediana dos indicadores de desenvolvimento	129
Tabela 51 – Correlação de Spearman dos indicadores de desenvolvimento	129
Tabela 52 - Tabela cruzada entre IDHM, IDESE e InAcesso	130

APOIO DE FINANCIAMENTO CNPQ

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPQ) - Modalidade GM.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O RURAL E O URBANO: CONCEITOS EM DISPUTA	19
2.1 ABORDAGEM TERRITORIAL: INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	24
2.2 A CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIOS ELABORADA PELO IBGE	31
2.3 DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS: A CLASSIFICAÇÃO DE MALLMANN	37
3 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A RELAÇÃO RURAL-URBANO	40
3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	40
3.2 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	47
4 INDICADORES: CARACTERIZAÇÃO E LIMITES	49
4.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	53
4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)	53
4.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	55
4.1.3 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)	56
4.1.4 Acesso a Serviços de Saúde e Educação no Rio Grande do Sul: Municípios com População Rural Extensa	58
4.1.4.1 Base de cálculo do Índice de Acesso	62
5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	66
6 ANÁLISE COMPARADA DO DESENVOLVIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL: CRITÉRIO DE MALLMANN X CRITÉRIO IBGE	68
6.1 O COMPORTAMENTO DO PIB ANTE AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO IBGE E DE MALLMAN	71
6.1.1 Os dez municípios com menores PIB per capita e maiores PIB per capita	72
6.1.2 Análise comparativa das diferenças de média do PIB per capita considerando as tipologias propostas por Mallmann versus IBGE	75
6.1.3 A participação dos setores da economia no PIB	80
6.2 O COMPORTAMENTO DO IDHM DO RS ANTE AOS DOIS CRITÉRIOS: IBGE X MALLMANN	87
6.2.1 Análise comparativa do comportamento do IDHM: IBGE X Mallmann	88
6.2.2 As diferença de médias: IBGE X MALLMANN	91
6.2.3 Análise comparativa das médias do IDHM dos municípios utilizando como parâmetro o PIB per capita (2010) do estado do Rio Grande do Sul	94
6.2.4 Análise comparativa das médias do IDHM desagregado: Critérios do IBGE X Mallmann	95
6.2.4.1 Comparação das médias dos componentes do IDHM segundo a tipologia do IBGE	96
6.2.4.2 Comparação das médias do IDHM segundo a tipologia de Mallmann	99
6.3 O IDESE DO RIO GRANDE DO SUL ANTE IBGE X MALLMANN	101
6.3.1 Análise comparativa do IDESE: IBGE X MALLMANN	102

6.3.2 As diferenças de médias do IDESE: IBGE X MALLMANN	106
6.3.3 O impacto dos VABs no IDESE	108
6.3.4 Análise comparativa das médias do IDESE desagregado: Critérios do IBGE X Mallmann	110
6.3.4.1 Comparação das médias dos indicadores que constituem o IDESE segundo a tipologia do IBGE	110
6.3.4.2 Comparação das médias das variáveis do IDESE segundo a tipologia de Mallmann	115
6.4 O COMPORTAMENTO DO INACESSO DO RIO GRANDE DO SUL: IBGE X MALLMANN	119
6.4.1 Análise comparativa do comportamento do InAcesso a partir de distintas categorias	119
6.4.2 Análise do Índice de Acesso desagregado: Bloco saúde	124
6.4.3 Análise do Índice de Acesso desagregado: Bloco educação	126
6.4.4 Correlação entre os indicadores de desenvolvimento: IDHM, IDESE e InAcesso	129
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

O mundo rural foi percebido por muito tempo pela Sociologia como o lugar do atraso, a etapa necessária para se chegar no progresso dos Estados-nações. Essa percepção linear de desenvolvimento se estendeu aos estudos sobre o rural, os quais descreviam esse espaço como o lugar a ser superado e substituído pela industrialização e a urbanização (Abramovay, 2007; Carmo, 2009; Fernandes, 2015).

Em síntese, pesquisas no século XX colocavam o binômio rural e urbano em oposição, como extremos: um representando o que havia de mais evoluído no estágio do desenvolvimento e o outro como representação do atraso. A ideia de opor esses espaços está equivocada, na verdade, rural e urbano estão em uma relação de interdependência ecológica (Mormont, 1996 *apud* Wanderley, 2000). A partir da segunda metade do século XX, a percepção dualista e restrita das relações entre rural e urbano passa a ser questionada e surgem teorias em contraposição a essa ideia inicial. Alguns estudos apontam que é possível desenvolvimento¹ sem, necessariamente, os países tornarem-se altamente industrializados (Abramovay, 2007, Carmo, 2009).

Infelizmente, nos espaços institucionais, a oposição entre urbano e rural não foi superada (Favareto, 2009) e concepções de progresso questionáveis vigoram no discurso e nas práticas políticas, cristalizando no imaginário social a mesma ideia de que o progresso somente se faz a partir da urbanização e do uso irresponsável de recursos ambientais. Vemos a aplicação de políticas que, ao considerarem a agricultura como um meio de geração de riqueza (uma agricultura expansionista) flexibilizam leis ambientais.

Através da presente pesquisa pretendemos lançar sobre o rural um olhar sociológico que seja capaz de perceber a complexidade desse espaço e que permita lê-lo de forma interdisciplinar. O objetivo deste estudo é demonstrar que o rural é um local onde o projeto de país poderá ser ressignificado, desde que o desenvolvimento econômico esteja atrelado ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade. Acreditamos que é possível o desenvolvimento a partir dos recursos provindos do mundo rural, entretanto é insustentável a longo prazo a exploração do campo de modo espoliatório, que não se preocupe com a redução do impacto ambiental e a melhora na qualidade de vida da população.

Para esse fim, utilizamos como base nessa dissertação alguns conhecimentos da Geografia, tais como a discussão sobre território e o uso de mapas de localização. Além de conectarmos conhecimentos da Sociologia Econômica, quando tratamos sobre os indicadores

¹ É importante frisarmos que a compreensão de desenvolvimento defendida nesta pesquisa se associa a teorias que superam a noção restrita de desenvolvimento como crescimento econômico (SEN, 2000).

de desenvolvimento apresentados. Bem como, fazemos uso da Estatística para análise de dados, demonstrando as limitações e abrangência dos indicadores de desenvolvimento selecionados.

As perguntas às quais pretendemos responder são: A classificação oficial dos municípios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consegue dar conta das especificidades² do espaço rural? O que indicadores de desenvolvimento diversos dos utilizados pelo IBGE poderiam acrescentar à análise de desenvolvimento dos municípios estudados?

O estudo se baseia em um artigo de Marcuzzo e Ramos (2003) no qual as autoras analisaram a relação existente entre o meio urbano-rural e o desenvolvimento, essa relação é avaliada a partir de dois indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) coletado no ano de 2000 e Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) de 1998. No estudo aqui apresentado, analisamos o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), uma versão aprimorada do ISMA³, sendo assim, utilizamos os dados mais recentes disponíveis até o início desta dissertação. Além de atualizarmos a base de dados utilizada por Marcuzzo e Ramos, acrescentamos dois outros indicadores: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e apresentamos a elaboração de um novo índice, que denominamos de Índice de Acesso, elaborado por nós. Em síntese seguimos os procedimentos metodológicos e base teórica propostos pelas autoras e alteramos parte dos dados e a forma de analisá-los.

A pesquisa é um estudo explicativo que se propõe a analisar todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul tendo como base dados censitários. A análise dos respeitou duas tipologias de classificação: a primeira do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) e a segunda de José Eli da Veiga (2002) que acreditamos ser aprimorada por Letícia Mallmann (2011) ao considerar quatro tipos de classificação dos municípios.

Na classificação do IBGE, municípios são definidos como rurais de acordo com a distribuição populacional e patamares demográficos de localidades⁴, as questões políticas e econômicas não são diretamente consideradas na tipologia do órgão, além de promover um agrupamento dos municípios em apenas três definições (IBGE, 2017; Veiga, 2003).

²Ao mencionarmos especificidades do rural no decorrer desta dissertação nos referimos às suas características fundamentais, tais como a menor densidade demográfica, comparativamente aos municípios urbanos, os aspectos locais de geração de renda, a paisagem e as relações sociais marcadas pelo senso de comunidade ainda consideravelmente arraigado (Carmo, 2009; Favareto, 2006; Girardi, 2008; Kageyama, 2004; Wanderley, Favareto, 2013).

³ O ISMA foi um índice que procurava avaliar a situação de exclusão social de municípios do Rio Grande do Sul, objetivando por meio dele a elaboração e aprimoramento de políticas públicas no estado.

⁴ Compreende o que denominam de áreas de ocupação densa que variam de acordo com faixas de densidade demográfica ou se os municípios fazem parte de concentrações urbanas.

A classificação dos municípios conforme o grau de urbanização e ocupação que o IBGE (2017) delimita, a) Município predominantemente urbano: mais de 50 mil habitantes em área de ocupação densa; entre 25 mil a 50 mil habitantes em municípios com grau de urbanização maior que 50%; entre 10 mil e 25 mil habitantes em municípios com grau de urbanização superior a 75%; b) Município intermediário: entre 25 mil a 50 mil habitantes em municípios com grau de urbanização entre 25% à 50%; entre 10 mil e 25 mil habitantes em municípios com grau de urbanização entre 50% à 75%; entre 3 mil e 10 mil habitantes em municípios com grau de urbanização superior a 75%; c) Município predominantemente rural: entre 25 mil e 50 mil habitantes em município com grau de urbanização inferior a 25%; entre 10 mil e 25 mil habitantes em municípios com grau de urbanização inferior a 50%; entre 3 mil e 10 mil habitantes em municípios com grau de urbanização inferior a 75% .

Por outro lado, de acordo com as classificações de Mallmann (2011), que ampliou os estudos de Veiga (2002), observamos as seguintes categorias de municípios: a) Rurais: até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/ km²; b) Relativamente Rurais: de 50 a 100 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; ou mais de 80 hab/km² e menos de 50 mil habitantes; c) Relativamente Urbanos: mais de 50 mil habitantes e mais de 80 hab/km²; e d) Municípios Urbanos: mais de 100 mil habitantes, sem considerar a densidade demográfica.

Da mesma forma que Marcuzzo e Ramos (2003), pretendemos a partir deste estudo evidenciar as limitações das análises do desenvolvimento rural e urbano quando baseadas em critérios urbanísticos de classificação do que é rural, como se caracteriza ainda a metodologia utilizada pelo IBGE. A intenção é revelar que o potencial de desenvolvimento dos municípios pode ser analisado de forma diversa a partir da metodologia adotada por Mallmann (2011) para definir o espaço rural e o urbano.

A hipótese que buscamos sustentar é de que segundo a definição proposta por Mallmann, os municípios rurais melhoram sua posição no desenvolvimento. A análise que parte do PIB *per capita* e do IDESE municipal parecem ser indicadores mais apropriados que aqueles utilizados pelo IBGE para a delimitação de rural e urbano.

O principal objetivo é analisar a relação existente entre indicadores de desenvolvimento e o meio urbano-rural a partir de alguns indicadores: PIB, IDHM, IDESE e do Índice de Acesso.⁵

⁵ O conceito de acesso que empregamos aqui se relaciona diretamente ao acesso a serviços básicos à população rural. O Índice de Acesso é uma proposta nova que pretende analisar a facilitação aos serviços de saúde e educação, principalmente, das populações rurais sem que haja necessidade de deslocamento. Mais adiante demonstraremos como o indicador é calculado e quais são as variáveis que o compõem.

A escolha dos primeiros indicadores sintéticos se deu a partir da proposição que possuem: ambos pretendem avaliar e demonstrar o nível de desenvolvimento e qualidade de vida em municípios. O IDHM é um índice global e tem sua importância pela grande capacidade de generalização e comparação entre populações dos mais variados espaços geográficos. O IDESE é uma proposta local, nascida no estado do Rio Grande do Sul, ao ser pensado endogenamente julgamos que é interessante para compreender mais especificamente os municípios gaúchos. Logo, o potencial do IDHM é a capacidade de generalização e a competência do IDESE é justamente a pretensão de ser um índice capaz de compreender as particularidades do Rio Grande do Sul.

Essa pesquisa é inovadora porque ainda não há um estudo que procure articular os indicadores sociais apontados, os municípios gaúchos e a proposta de inclusão do Índice de Acesso. Sendo assim, o princípio do acesso é tomado como variável de análise fundamental no estudo da qualidade de vida em municípios rurais. Para esse estudo, foram analisados cerca de vinte trabalhos que utilizaram dados de indicadores sociais, e pretendiam observar a qualidade de vida nos municípios rurais.

Podemos citar alguns estudos que apresentam e analisam indicadores do meio rural tais como: Yalta (2002) ao analisar os indicadores de desempenho dos governos do Peru; Kageyama (2004) propõe um indicador de desenvolvimento rural que considera três dimensões de análise; Waquil, Gianluppi e Mattos (2005) quando propõem um estudo de análise do desenvolvimento rural gaúcho a partir de dados agropecuários e sociais; Bonnal (2013) ao estudar os impactos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e Programa Territórios da Cidadania (PTC) na redução da pobreza rural; Goudard, Oliveira e Gerente (2015) desenvolvem modelos utilizando a geografia e a matemática para a distribuição espacial de Unidades Básicas de Saúde; Pinto, Rocha e Pirani (2018) ao analisarem o desenvolvimento rural no Brasil. Mas é importante notar que estes estudos se propõem a responder questões diversas deste, o alvo é outro.

As análises feitas para essa dissertação são quantitativas e foram desenvolvidas através do Software Estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 22.0, utilizando a distribuição de frequência, o cálculo da diferença de média para diferentes amostras a partir de teste para diferença de médias, análises de variância e análises de regressão linear tendo como variável dependente de um modelo o PIB e de outro modelo o IDESE. As mesmas técnicas se repetem na análise do comportamento do PIB e IDHM.

Cabe destacar que os testes estatísticos foram realizados como instrumento heurístico de avaliação da magnitude das relações entre as variáveis. Isto é importante porque foram

utilizados aqui testes estatísticos inferenciais em uma base censitária de dados. Nesses casos, segundo Ramos e Marino (2004), o teste estatístico representa uma medida da extensão das diferenças testadas, não possuindo como princípio, necessariamente, a geração de inferências.

Para responder a questão de pesquisa organizamos um grande banco de dados os 497 municípios do Rio Grande do Sul com dados coletados do IBGE para o ano de 2010 (último censo com organização de dados finalizada), da Fundação de Economia e Estatística (FEE) com dados disponíveis de 2019 e PIB proveniente do Censo Agropecuário de 2017. Para a formação do Índice de Acesso utilizamos dados do Censo Escolar 2021, em relação ao número de escolas rurais que atendem a Educação Básica e do DataSus⁶ que contém o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNE) de 2021. Com os dados do CNE foi analisado o número de estabelecimentos de saúde localizados na zona rural dos municípios e, caso a cidade possuísse hospitais⁷, na zona urbana.

A dissertação está dividida em seis partes. No primeiro capítulo, O Rural e o Urbano: Conceitos em Disputa, tratamos da abordagem territorial e a importância de se pensar o desenvolvimento a partir dessas bases. No segundo capítulo, Concepções de Desenvolvimento e a Relação Rural-Urbano, problematizamos o que se entende por desenvolvimento rural e quais são as estimativas para se pensar o espaço rural gaúcho. Abordamos, também, as classificações de rural-urbano, num primeiro momento considerando a abordagem institucional do IBGE, num segundo momento averiguarmos a tipologia de classificação proposta por Mallmann (2011). No terceiro capítulo, Indicadores: Caracterização e Limites, é abordada a literatura sobre indicadores sociais através do IDHM, do IDESE e do Índice de Acesso. Ainda nesse capítulo são abordadas as possibilidades e limitações desses indicadores para a análise de municípios, sobretudo os rurais. No quarto capítulo, Metodologia de Análise dos Indicadores de Desenvolvimento, demonstramos a metodologia de análise dos indicadores de desenvolvimento, explicando a escolha dos testes estatísticos realizados. No quinto capítulo, Análise Comparada do Desenvolvimento no Rio Grande do Sul: Critério de Mallmann X Critério IBGE, apresentamos resultados dos testes estatísticos considerando as problematizações e proposições indicadas nos capítulos anteriores. Por fim, temos as

⁶ O DATASUS foi o local onde coletamos as informações relativas às Unidades de Saúde que analisamos no estado. Segundo o Governo do Estado do Espírito Santo (2019, p. 135), o DataSUS é o departamento de informática do SUS, órgão que tem com a “[...] responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. (nascidos vivos, mortalidade, população municipal por faixa etária, casos de AIDS, etc)”.

⁷ São considerados estabelecimentos de saúde: Posto de Saúde, Unidade Básica, ESF, Pronto Atendimento e Centro de Apoio à Saúde da Família. Hospitais foram considerados estabelecimentos nomeados como: Hospitais, Policlínicas, Ambulatório e Centro de Especialidade. Como critério geral obrigatório, todos os estabelecimentos averiguados deveriam atender pelo Sistema Único de Saúde.

Considerações Finais, evidenciando as potencialidades das análises para a compreensão do desenvolvimento rural-urbano no espaço gaúcho.

2 O RURAL E O URBANO: CONCEITOS EM DISPUTA

Em termos históricos, os países de capitalismo avançado são considerados referência para as transformações sociais e econômicas para países que não se encontram nessa condição. Furtado (2005) observa que o caráter de dependência que países do sul global possuem em relação aos países centrais impede que os primeiros utilizem estratégias similares para alcançar o mesmo desenvolvimento. Portanto, a ideia de universalização da forma de desenvolvimento industrial através do mesmo padrão de consumo, para o autor, é um mito.

Desse ponto de vista, é interessante a observação de Oliveira (1999) ao se dedicar ao estudo das transformações do rural brasileiro, o autor observa que o aspecto rentista do desenvolvimento no Brasil, bem como suas características contraditórias e combinadas tendem a se reproduzir nos países periféricos de base econômica agrícola. Esse aspecto traz inúmeros prejuízos para o desenvolvimento em países periféricos por reforçar noções de desenvolvimento inalcançáveis, que de acordo com a história econômico-social de nosso país não seriam viáveis (Wanderley, 2000). Tal percepção se reflete na maneira como são criadas as políticas de desenvolvimento e na valorização e/ou desvalorização do mundo rural brasileiro. Essa visão, que reforça noções históricas de oposição entre o rural e urbano, causa impedimento para o pleno desenvolvimento de políticas adequadas ao rural e a problemática do desenvolvimento nessas regiões.

A Sociologia Rural nasce nos Estados Unidos a partir da fundação da *Rural Sociological Society* em 1937. Esse campo do conhecimento tradicional se baseia no empirismo metodológico, dando ênfase às observações descritivas e aos resultados práticos e entende que o rural não possui dimensão social. Não possuindo dimensão social, o rural não pode ser definido sociologicamente, pois segundo os estudiosos da época, não existem ligações entre a vida social e o espaço rural (Froehlich, 1994).

Por outro lado, Campos (2019) menciona que, por muito tempo em nosso país, existiu uma visão pessimista da urbanização, ideia corroborado por Gilberto Freyre, pensador que possuía uma percepção negativa da urbanização e romantizar a pobreza rural, a pobreza de pretos e das minorias do Brasil. Para Campos (2019), a ideologia anti-urbana reforçada nesse ideário comprometeu o desenvolvimento urbano no Brasil.

A alteração dessas noções que simplificam o mundo rural, entendendo o urbano como lugar exclusivo das relações e vidas sociais, acontece alguns anos depois a partir da superação desse dualismo conceitual. Assim, torna-se necessário a aplicação de uma sociologia que não isole urbano e rural, esvaziando a compreensão dessas realidades, mas permita o entendimento interativo entre elas (Carneiro; Sandroni, 2019).

Nesta visão contemporânea, o espaço rural é entendido a partir das práticas sociais nele desenvolvidas, sendo produto e parte das relações. Em sentido amplo, o espaço rural pode ser definido como o ambiente complexo onde acontecem processos e relações entre sujeitos, não se caracterizando apenas pelas relações do campesinato (Kozenieski, 2016). Nesta concepção, se analisarmos as reações que se dão no interior dos territórios, o rural está em uma relação de interdependência com o urbano (Favareto *et al*, 2015). Criar políticas de desenvolvimento a partir da superação da oposição entre esses espaços é um avanço que contribui para a potencial melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nesses espaços, além de promover um desenvolvimento coeso com as necessidades de mais de 30% da população brasileira (Favareto *et al*, 2015).

O mundo “[...] é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.” (Williams, 2011, p. 21). Dessa forma, Wanderley (2000) escreve que o rural é um espaço físico, um lugar onde se vê e se vive o mundo. A autora considera a relação interdependente entre rural e urbano como fundamental para o fim da oposição colocada até o momento. Tais noções restritivas advogam que com o tempo, haveria a homogeneização espacial, culminado na urbanização do espaço rural.

Abramovay aponta para a ideia de que o que caracteriza o rural é a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a relação com o sistema urbano (2003 *apud* Kageyama, 2004, p. 381). Em consonância com Wanderley (2000), Favareto *et al* (2015), Carneiro e Sandroni (2019), Kageyama caracteriza o rural a partir de alguns aspectos importantes

[...] a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. (Kageyama, 2004, p. 382)

Nessa mesma direção estão Schejtman e Berdegué (2004), ao compreenderem que o rural está para além da visão setorial agrícola e, tendo em vista a necessidade da interação e

integração entre rural e urbano, capaz de promover um quadro institucional adequado que promova uma governança compatível com as demandas sociais e econômicas da sociedade.

O conjunto das ideias que opunham o mundo rural e o urbano foram denominadas teorias da urbanização do campo, esse processo de urbanização contínua, de acordo com as teorias, levariam a “[...] uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.” (Wanderley, 2000, p. 127).

Segundo Wanderley (2000), historicamente as cidades são centralizadas na importância da industrialização e da urbanização. Associadas a isso estão as noções de progresso, e justamente, as percepções limitadas de oposição dos espaços rurais e urbanos. Apesar disso, o urbano pode influenciar positivamente no mundo rural as políticas públicas na medida que as relações de interdependência sejam assimiladas.

No entanto, o rural e o urbano são dois universos descontínuos que se distinguem simbolicamente mutuamente (Mendras, 1976 *apud* Wanderley, 2000). Ao tomarmos essas compreensões, considerar o rural para além de uma região geográfica, mas um território, é procurar perceber as características próprias das sociedades rurais, de seus processos econômicos, objetivando a contribuição nos estudos sobre a criação de políticas públicas adequadas para os territórios rurais (Maia; Felipi; Riedl, 2009).

De acordo com Girardi (2008, p. 76), “[...] o espaço rural é caracterizado *em relação* ao espaço urbano por seu menor grau de artificialização, densidades mais tênues, contato mais direto com a natureza e tempos mais longos.” Quando vemos o empobrecimento das populações urbanas, e em alguns casos, o êxodo urbano é reflexo de uma situação de decadência do sistema dos arranjos das cidades (Girardi, 2008).

Baudelle (2011, p.16) define território como

[...] designer une simple aire d’extension d’un phénomène, um space d’enjeux sociaux, une portion de la surface terrestre délimitée que se réserve une collectivité humaine qui l’aménage em fonction de ses besoins ou le lieu de vie d’un groupe social.

A palavra tem origem do latim *territorium* e significa terra, um pedaço de terra apropriado. No sentido jurídico do termo, é entendido como a delimitação de fronteiras, o domínio de controle territorial. E no sentido etimológico é compreendido como o espaço dominado por uma sociedade animal (Baudelle, 2011).

Segundo Maia, Felipi e Riedl (2009, p. 198), o território rural tem de ser visto como “[...] construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos.” É um lugar de interdependência de fatores

que interagem em determinado espaço geográfico. Sendo assim, compreendemos que o rural é um território dinâmico que deve ser analisado para além da sua característica agrícola.

Nessa perspectiva, nos aproximamos das reflexões que Schneider (2004) promove ao demonstrar que a abordagem territorial suplanta as oposições campo *versus* cidade, rural *versus* urbano nascidas com os discursos de fundação nacional na década de 1950.

Assim como caracterizar o mundo rural é tarefa complexa, propor uma noção que seja abrangente a ponto de articular as formas locais de vida, a fim de estabelecer uma definição de desenvolvimento rural, torna-se igualmente árduo.

Para Schneider (2004), desenvolvimento rural é encarado “[...] como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.” (Schneider, 2004, p. 98). Portanto, mediante a noção de território mobilizada nessa pesquisa, pretendemos interpretar as formas utilizadas pelos indicadores sintéticos as quais o desenvolvimento é medido nos municípios rurais. Para isso, nos associamos às ideias de Schneider, no que diz respeito a compreensão do que seja desenvolvimento rural e a importância da abordagem territorial quando investigamos o mundo rural.

Para Favareto (2006) os municípios rurais possuem baixa densidade populacional e diversificação econômica igualmente baixa. Quando se trata de municípios rurais, de acordo com o autor, estão entre as desvantagens da moradia na zona rural a distância e dificuldade de acesso à parte urbana da cidade, considerando que há custos maiores de informação e de transporte.

Canclini (1997) caracteriza as zonas urbanas de modo a considerar a dinamicidade desses espaços que interagem geograficamente. Para o autor

Las ciudades no son sólo un fenómeno físico, un modo de ocupar el espacio, de aglomerarse, sino también lugares donde ocurren fenómenos expresivos que entran en tensión con la racionalización, con las pretensiones de racionalizar la vida social.(Canclini, 1997, p. 72)

Assim, as zonas urbanas são não apenas a partir de uma noção sociodemográfica e espacial, mas como sócio-comunicacional.

A partir da municipalização que a Constituição Federal de 1988 propõe os municípios passaram a ter autonomia e, por consequência, maiores atribuições. Recursos para educação, saúde e segurança se tornam responsabilidade dos municípios por estarem mais próximos dos

atores sociais (Fornazier, 2015). Desse ponto de vista, é necessária a criação de um organismo municipal que seja capaz de estruturar e gerir essas demandas e atribuições.

Os interesses regionais quando articulados, projetam-se em políticas públicas (Egler, 2000), mas é interessante notar que a maioria das políticas públicas aplicadas em territórios rurais na América Latina contemplam parcialmente suas necessidades (Maia *et al*, 2009). As falhas institucionais acabam por reforçar inadequações das políticas públicas.

Assim sendo, as questões regionais passam a estar subordinadas às questões nacionais, o que impede o desenvolvimento das regiões percebidas como de menor valor econômico ao país. Nessa perspectiva, a integração do mercado doméstico interno é necessária para que o desenvolvimento econômico não esteja concentrado apenas em determinadas regiões, mas dinamizado no espaço social (Egler, 2000).

Vimos que a literatura clássica da Sociologia trabalhou por muito tempo com estratégias analíticas dualistas, colocando em oposição fenômenos sociais que, como toda ação social, são interativas e não podem ser consideradas de maneira isolada ou mesmo inseridas em um em um arquétipo métrico evolucionista.

Espaços rurais e urbanos intercambiam, estando numa inter-relação constante que influencia e sofre influência do contexto social que se situa (Carmo, 2009). As principais diferenças existentes entre essas esferas é que o espaço rural se caracteriza pela “[...] noção de contiguidade (entre local de residência e local de trabalho, entre proximidade física e proximidade afectiva), que advém, sobretudo, do baixo nível de densidade populacional.” (Carmo, 2009, p. 259)

Segundo Wanderley (2000), as teorias da urbanização do campo consideravam que os marcos de diferença entre o espaço rural e urbano seriam, ao longo do tempo, tão imperceptíveis a ponto de pôr fim ao mundo rural e seu modo de vida.

Tomar o rural e urbano como interdependentes sejam de interações paisagísticas, sejam de relações socioespaciais diferentes é uma noção que interrompe processos de estigmatização da população da zona rural, bem como inaugura outra percepção do que seja desenvolvimento. Sendo assim, “O mundo rural, em uma sociedade urbana, não é um espaço à espera da urbanização ou da desertificação; é um território com vida socioeconômica específica e irreduzível às dinâmicas urbanas.” (Jean *apud* Wanderley, 2000, p. 124).

Nesse sentido, ideias predominantes de que para o desenvolvimento de um país é necessário o fim do mundo rural são noções evolucionistas e balizam as teorias que colocavam em oposição esses espaços sociais (rural e urbano). Por isso, romper com a

oposição urbano e rural é, também, pensar o desenvolvimento a partir das condições de vida (Wanderley, 2000).

Com esse intuito, a abordagem que utilizamos na dissertação é justamente a territorial, por acreditarmos que, a partir dela, conseguimos compreender os municípios rurais e urbanos tendo em vista a tradição teórica dos territórios. Municípios são divisões administrativas eminentemente políticas e, por conta disso, são territórios constituídos para além dos critérios normativos (Castro, 2005). De acordo com Castro

[...] o universo municipal é a expressão mais concreta do próprio conjunto do território e da sociedade brasileiros - as diferenças entre tamanho, densidade, riqueza, participação política, organização da sociedade local resultam da própria complexidade de ambos. (2005, p. 135)

Os municípios, possuem, portanto, aspectos que convergem na formação de identidades, modos de vida e associativismo próprios. Os municípios, por apresentarem as características citadas, são essenciais para a análise do desenvolvimento, nesse espaço territorial dinâmico e complexo que é o berço de transformações que impactam diretamente a vida social como um todo. A seguir apresentamos a compreensão da abordagem territorial e a sua importância para o estudo realizado.

2.1 ABORDAGEM TERRITORIAL: INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A abordagem territorial faz parte das discussões e interpretações que elaboramos a respeito dos indicadores de desenvolvimento analisados, bem como na proposição do Índice de Acesso. Pensar o mundo rural e urbano a partir da abordagem territorial nos permite encarar as estratégias de desenvolvimento — sejam elas a elaboração de políticas públicas, ou mesmo as diferentes organizações de demandas locais — de modo dinâmico, considerando aspectos geográficos, políticos e culturais do desenvolvimento. Dessa forma, compreendemos o território enquanto um modo de manutenção de expressão de vida, identidade de um grupo e liberdade de ação (Lopes de Souza, 2000). As noções de espaço e território se aproximam, ao compreender o espaço como uma estrutura de interações e relações entre distritos, regiões, entidades geográficas etc. (Agnew, 1994)

Agnew (1994, p. 55) define o espaço e a espacialidade “[...] is taken to refer to the presumed effect of location and spatial setting, or where political-economic processes are taking place, upon those processes. Spatiality refers to how space is represented as having

effects.”

Após a Guerra Fria passou-se a considerar os territórios a partir de um enquadramento espaço temporal de relações. O Estado territorial passa a ser visualizado como um modo de organização política, dessa forma para Agnew (1994, p. 66) “Under early industrial capitalism the spatial division of labour was strongly organized on a state-territorial basis.” O autor observa que, a partir da organização dos Estados territoriais, a cooperação passa a ser um dos fundamentos dessa ordenação. Em situações de guerra ou calamidades, a ideia de um individualismo máximo não funciona, sendo necessária a cooperação territorial. Nesse sentido, mercados internos e estrangeiros se unem para a reconstrução das condições materiais locais e globais.

Ariovaldo Oliveira (1999) define o território como a síntese contraditória entre o modo de produção, distribuição, circulação e consumo com a intervenção e mediação das superestruturas políticas, ideológicas e simbólicas em que o Estado é o regulador dessas interações. Essa concepção de território se aproxima do que Milton Santos escreve, ao definir território como uma materialidade que adquire forma política e econômica, sendo constituído por outros sub elementos determinantes.

Lopes de Souza (2000) faz uso do conceito de território a partir das relações de poder e das relações sociais estabelecidas em determinados espaços concretos de atuação. Entretanto, nem todo espaço social é um território, “[...] o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.*” (Lopes de Souza, 2000, p. 97).

Logo, segundo Lopes de Souza (2000), a definição do território deve ser levada em consideração quando se criam políticas de desenvolvimento socioespaciais, apontando a necessidade de ponderar sobre as dimensões políticas e espaciais no processo de desenvolvimento.

O território é expressão do poder e das relações, quando tomamos a população torna-se espaço político por excelência (Raffestin, 1993). Sendo assim, para o autor, o território tem o sentido que propõe quando percebido para além dos aspectos físicos do espaço geográfico. Com base nisso, através do estudo de municípios rurais e urbanos, a partir da noção territorial, procuramos evidenciar que as zonas rurais e urbanas, devem ser averiguadas para além das normativas político-administrativas do estatuto das cidades que definem o perímetro urbano. Esses locais precisam ser analisados a partir de sua população e das relações socioculturais neles estabelecidas.

A ruralidade não está restrita à atividade agrícola, há outras dimensões próprias do modo de vida que caracterizam as zonas rurais (Veiga, 2001a; Schneider; Tartaruga, 2004; Kageyama, 2004; Abramovay, 2007; Schneider, 2009). Por conta disso, a importância de se analisar a realidade rural-urbana por meio da abordagem territorial, ao compreender o território como um conceito pertinente para se pensar a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização.

Para o desenvolvimento territorial das regiões rurais, torna-se fundamental a articulação entre aspectos econômicos, culturais, ambientais, articulação essa que será responsável por mudanças práticas na renda e na qualidade de vida das pessoas (Schneider, 2009).

Quando se fala que o rural não é apenas agrícola, significa que no rural podem ser desenvolvidas atividades agrícolas, mas há também espaço para variadas formas de geração de renda que não estão diretamente relacionadas à produção agrícola, atualmente o turismo rural e a formação das agroindústrias de pequenos agricultores vem fazendo parte da paisagem rural. Ressalta-se ainda que esse potencial poderia fortalecer a permanência de jovens no meio rural, o que ocasionaria em uma estabilização da renda anual das famílias (Wanderley, 2000; Schneider, 2004; Abramovay, 2007).

Assim como para Schneider (2009) e Pecqueur (2005) o desenvolvimento territorial corresponde a organização das economias locais frente ao dinamismo das concorrências mundiais. Desse modo, o desenvolvimento territorial “[...] designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.” (Pecqueur, 2005, p. 12). Nesse sentido, para o desenvolvimento é necessária a designação de, pelo menos, três funções ao Estado: a redistribuição, a mediação e a coordenação (Pecqueur, 2005).

Blume (2004) acredita que a abordagem territorial é uma forma de entender as questões do rural e da nova ruralidade de maneira diferenciada. Por isso, bem como em Schneider (2009), o autor discute os conceitos de ruralidade como preponderantes no debate em torno do desenvolvimento territorial. Nesse sentido, ao longo do tempo surgem algumas perspectivas sobre o rural, inicialmente uma perspectiva dicotômica (1900 a 1950), depois o rural como sinônimo de agrícola (abordagem difusionista de 1950 à 1970) e o terceiro período aponta para a consolidação do rural como suplantado pela agricultura e pela estrutura agrária, mediante a sociologia da agricultura, que pensa o rural a partir da divisão social do trabalho e da diferenciação social e econômica das classes. Por fim, há a ruralidade considerada por

meio do pluralismo político-econômico, nascida em 1970 e que vigora até os dias atuais (Blume, 2004).

Assim, nos valermos das discussões sobre território e desenvolvimento, propiciadas pela abordagem territorial a fim de demonstrarmos a importância que articulações alternativas de classificação de municípios e territórios rurais para a promoção de regiões com qualidade de vida e garantia de acesso à serviços que atendam uma vida digna à população. Desse ponto de vista, a abordagem territorial é uma tentativa de superar os limites das perspectivas empírico-normativas, ao analisar o rural espacialmente e de modo diferenciado comparativamente ao usual nas discussões sobre desenvolvimento.

É necessário pensar sobre o rural e o desenvolvimento na medida em que representam potencial para a manutenção das formas de vida das próximas gerações, além de ser um elemento essencial como espaço estratégico para o desenvolvimento contemporâneo (Blume, 2004).

Dessa forma, passamos a estudar o rural e o desenvolvimento nos municípios do Rio Grande do Sul. É ao observarmos a interação entre os moradores dos municípios e o espaço no qual residem, que torna-se possível a visualização dos efeitos das políticas de desenvolvimento.

Para essa função, a geografia tem princípios que nos auxiliam, ao se preocupar com as dimensões políticas e ambientais que agem no espaço. A dimensão espacial, para esse ramo da ciência é preponderante em seus objetivos analíticos, desse modo, quando passamos a estudar o rural e as divisões político-administrativas da constituição dos municípios, acreditamos que resgatar esse conceito para as Ciências Sociais torna-se fundamental quando nos deparamos com os fenômenos sociais dos territórios. Para Schneider e Tartaruga (2004), é na dimensão espacial que encontramos a apreensão de fenômenos econômicos e sociais. A abordagem territorial está alicerçada espacialmente, sendo este o lugar onde o desenvolvimento adquire suas formas.

Schneider e Tartaruga (2004, p. 103), reconhecem que o território tem de ser considerado através de suas interações e relações espaciais, isto é, “[...] ora o território local favorece as pessoas que vivem nele, seu cotidiano, ora o território se sujeita aos ordenamentos que vêm de fora.” O território é compreendido, também, como intermediador das forças políticas e jurídicas do Estado. Assim, temos o delineamento de situações híbridas e assimétricas que acontecem concomitantemente, perceber isso é essencial para a compreensão da realidade social.

Ainda para os autores, os territórios podem ser contínuos ou descontínuos: “Os territórios contínuos são aqueles que possuem contigüidade espacial, os mais usuais, enquanto os territórios descontínuos são os que não possuem uma contigüidade espacial.” (Schneider; Tartaruga, 2004, p. 105).

Partindo do conceito de território chegamos a um importante método: a abordagem territorial, um método instrumental e prático de análise das relações político-sociais que acontecem espacialmente, além de compreender as implicações normativas da constituição do território. Nesse sentido, quando aproximamos as noções de abordagem territorial e desenvolvimento, queremos evidenciar as ações e mudanças das relações sociais que existem e se transformam no espaço ao longo do tempo (Schneider; Tartaruga, 2004).

Contudo, como qualquer conceito e/ou teorias têm suas limitações, a abordagem territorial esbarra em seu uso para fins normativos e operacionais, sendo necessárias adaptações. O preço de seu uso indiscriminado é um olhar que esquece os entrelaçamentos externos ao território.

O enfoque territorial valoriza a dinamização socioeconômica dos territórios e o protagonismo dos atores sociais. Assim, as formas de desenvolvimento são projetadas a partir do território, percebido como melhor dimensionador das relações entre as pessoas, grupos sociais e instituições.

A abordagem territorial é um arcabouço teórico base dos debates em torno do desenvolvimento territorial rural. A noção de desenvolvimento rural é complexa e multifacetada. O debate sobre as definições do que é desenvolvimento rural giram em torno da erradicação da pobreza rural, da participação social e política das populações rurais e a preocupação com as formas de relações estabelecidas com o ambiente, prezando pela sustentabilidade ambiental (Schneider, 2004).

O uso da abordagem territorial promove análises multiescalares e multidimensionais. Quando escolhemos ressaltar que os municípios são divisões administrativas, mas também são territórios, procuramos deixar evidente que um município é constituído por zonas territoriais urbanas e rurais. Maluf colabora nesse debate ao mencionar que

[...] as abordagens territoriais permitem valorizar a dinâmica territorializada dos agentes econômicos e setores produtivos, vale dizer, a resultante espacial do processo territorial de um agente ou setor, indo muito além da consideração do “fator espaço” (ou das vantagens locais) nas equações formuladas pela economia convencional. (Maluf, 2013, p. 72)

Tomar municípios a partir de suas dimensões territoriais é extrapolar as dimensões normativas

que os definem, na tentativa de visualizá-los considerando seus atravessamentos no que tange ao desenvolvimento.

Infelizmente, ainda existe em nosso país, a disseminação de ideias que veem o desenvolvimento como associadas a uma modernização que a iguala ao apagamento dos modos tradicionais de cultivo da terra e de modos de vida camponeses. A noção de desenvolvimento rural se materializa através da elaboração de projetos que reforçam uma visão hierarquizada entre rural e urbano, colocando o rural necessariamente com um espaço a ser transformado (Carneiro; Sandroni, 2019). É possível dizermos que essas compreensões ainda se alimentam das noções de urbanização do início do século XX, que punham o urbano e o rural em posições antagônicas na estrutura do desenvolvimento brasileiro.

Segundo Carneiro e Sandroni

[...] essa visão modernizadora é responsável pela elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento rural focadas no modelo agro-empresarial, entendido como expressão de progresso e de modernidade, o que tem contribuído para reforçar a concentração fundiária e aprofundar as iniquidades sociais, aumentando a incidência de pobreza em uma população composta principalmente por agricultores pobres, e instituindo o êxodo rural como única alternativa. (2019, p. 48)

Sendo assim, em nada essas noções de desenvolvimento rural contribuem para a melhoria das condições de vida e renda das populações rurais, pelo contrário, acabam por acelerar o processo de concentração de renda e da desigualdade regional. O rural deve ser compreendido a partir de sua interação com o espaço urbano, assim, o projeto de desenvolvimento rural não pode ser pensado de maneira isolada, deve ser articulado com a sociedade geral.

Para Schneider e Tartaruga (2004), desenvolvimento rural manifesta toda a sua complexidade no plano territorial e é definido como o resultante de um conjunto de processos que procuram desembocar em mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural, tendo como fins a melhoria das condições de vida, a renda e o bem-estar de quem vive nas zonas rurais. Dessa forma, o conceito de território à Schneider (2004) não está posto apenas como um plano físico, geográfico, mas como agente de transformação social, lugar de formação de relações e identificações específicas.

Em síntese, os autores compreendem o desenvolvimento rural como estratégia de sobrevivência das famílias e diversificação dos modos de vida rurais. O desenvolvimento territorial rural, aos autores, corresponde a “[...] uma perspectiva que visa orientar ações e sugerir formas de se estudar e analisa a atuação dos atores, das políticas públicas e das instituições a partir de uma referência territorial.” (Schneider; Tartaruga, 2004, p. 110)

Consideramos ser importante destacar que a partir da visualização dos espaços rural e urbano por meio da abordagem territorial, outras formas de desenvolvimento e, mesmo a averiguação de quais características constituem as assimetrias sociais existentes nesses espaços tornam-se possíveis. Assim, olhar para os espaços rurais e urbanos a partir da abordagem territorial é atentar para quais prioridades em torno da melhoria das condições de vida das populações rurais são evidentes e quais propostas são necessárias para o desenvolvimento rural. Bem como, quando observamos por meio do desenvolvimento territorial quais são as demandas necessárias ao desenvolvimento territorial quando passamos a olhar o território a partir dos municípios.

Kageyama (2004), seguindo na mesma perspectiva de Schneider e Tartaruga (2004), considera o desenvolvimento rural como um processo multifacetado que deve ser entendido como complementar ao desenvolvimento urbano. Dessa forma, o desenvolvimento rural tem de considerar aspectos econômicos (aumento e estabilidade da renda familiar) e aspectos sociais (condições de vida adequadas). Em outras palavras, quando se trata de desenvolvimento, necessariamente temos de percebê-lo como multissetorial e multifuncional. Autores como Veiga (2001) entendem o desenvolvimento rural como um fenômeno local e regional, trazendo outros elementos como constitutivos do processo de desenvolvimento rural. Para a tipologia de Veiga, o município é eleito como unidade territorial (Valadares, 2014). O autor pontua que são necessárias ações articuladas de valorização e fortalecimento da agricultura familiar, diversificação da economia dos territórios e a formação de arranjos institucionais locais que estimulem o empreendedorismo local (Schneider, 2004).

Schejtman e Berdegué (2004, p. 30), definem o desenvolvimento territorial rural como “[...] un proceso de transformación productiva e institucional de un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural.” Tendo em vista isso, para os autores, para exercer o desenvolvimento territorial rural são necessários a presença de cinco elementos: a) as capacidades técnicas, administrativas e políticas dos governos locais; b) a coordenação e equilíbrio entre diferentes instâncias de governo (nacional, estadual e municipal); c) a associação entre os governos locais para a criação de organizações regionais; d) organizações econômicas e de representação da sociedade civil; e) espaços de articulação público-privada pertinentes ao desenvolvimento territorial rural (Schejtman; Berdegué, 2004, p. 41).

Veiga (2001a) concorda com as ideias de Schejtman e Berdegué (2004) ao afirmar que as prefeituras saberem lidar com as políticas públicas é um “diferencial” no combate à pobreza nas zonas rurais e ao estímulo para o desenvolvimento rural.

A partir do Censo do IBGE de 1991 a área urbana passou a subentender áreas

urbanizadas e não urbanizadas de cidades e vilas, área urbana isolada e área rural. O órgão indica que as áreas urbanas, não urbanizadas e isoladas são definições que não representam as características socioespaciais dessas regiões, sendo consideradas como “ocupação predominantemente rural” considerasse as populações moradoras em áreas urbanas não urbanizadas ou isoladas como população rural, essa população no Brasil passaria de 29 milhões de pessoas para 33 milhões (Valadares, 2014).

Para Valadares (2014), alguns dos pontos negativos das classificações dos municípios elaboradas pelos órgãos institucionais é uma conduta que se manifesta, inúmeras vezes, de maneira urbanocêntrica, desprezando a diversidade da constituição dos municípios e as características rurais dos mesmos. Essa postura, segundo o autor, gera a falsa consciência de que não são necessárias estratégias de desenvolvimento rural, pois a população dessas áreas será cada vez menor com o passar do tempo. As consequências desse esquecimento é o que visualizamos a partir da análise de dados do mundo rural, redução e envelhecimento das populações rurais, além da dificuldade de acesso a serviços básicos, que passam a ser disponibilizados apenas nas áreas urbanas.

A utilização da abordagem territorial facilitaria a elaboração de tipologias de classificação do meio rural e urbano no Brasil. A tipologia oficial hoje é a apresentada pelo IBGE: uma maneira de classificar que desconsidera aspectos sociais e econômicos dos municípios, se valendo de parâmetros como densidade demográfica e população. Uma tipificação menos generalista e que atentasse as dimensões socioeconômicas seria fundamental para as tipologias de classificação de municípios (Girardi, 2008). Entretanto, não é o que encontramos na tipologia oficial nem na tipologia alternativa (menos generalista, possui maior variação) que apresentamos para análise.

A seguir apresentamos as características históricas e recentes da definição da tipologia de classificação dos municípios estabelecida pelo IBGE. Além disso, são pontuadas questões relativas ao percentual de urbanização do Brasil, bem como os percentuais de municípios compreendidos como mais rurais e/ou mais urbanos pela tipologia no estado do Rio Grande do Sul.

2.2 A CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIOS ELABORADA PELO IBGE

Na tentativa de superar o dualismo conceitual das esferas urbana e rural, o IBGE elabora a caracterização dos municípios, classificando-os de acordo com alguns princípios

em: municípios predominantemente urbanos, municípios intermediários e municípios predominantemente rurais. É importante observarmos que para a construção dessa definição o IBGE utiliza uma mescla de conceitos apresentados por órgãos internacionais equivalentes (IBGE, 2017).

O IBGE (2017) possui uma definição de rural e urbano que atende a patamares demográficos de localidades e critérios legais. A tipologia criada procura transpor a oposição entre espaços rurais e espaços urbanos, de modo a conceber que os municípios, em termos de urbanização, estão em um espectro. Sendo assim, não é possível a comparação e/ou dissociação total entre as zonas rurais e urbanas.

Contudo, ainda que o IBGE apresente uma tipologia de classificação, pontua a importância da elaboração de outras tipologias que dêem conta das especificidades de cada região do país (IBGE, 2017; Valadares, 2014). Essa atitude do órgão torna-se fundamental, pois a classificação existente, quando se trata de municípios rurais, tende a não considerar determinadas características estruturantes, o que gera uma série de implicações político-sociais, principalmente quando se elaboram políticas públicas. As regiões rurais possuem especificidades, principalmente, no que tange às relações sociais estabelecidas e o acesso a determinados serviços.

Ao observarmos os percentuais de municípios brasileiros, tomando a tipologia do IBGE, temos que 65,4% (811 municípios) da população brasileira está localizada em áreas muito povoadas, urbanas e, por conseguinte, é possível dizer que a população brasileira é predominantemente urbana. No entanto, mais de 60% dos municípios possuem até 10 mil habitantes em área de ocupação densa (14% da população do Brasil), ou seja, conforme a classificação do Estado brasileiro, só 14% da população mora em municípios rurais (IBGE, 2017).

O Decreto lei número 311, de 02 de março de 1938 corresponde ao marco legal de divisão territorial do Brasil. Essa foi uma das primeiras legislações que estabelecem o estatuto das cidades no Brasil, sendo base para a compreensão que temos até os dias atuais sobre a cidade (IBGE, 2017). É importante pontuarmos que no documento, o rural é definido ainda por exclusão à área urbana.

Apesar disso, o IBGE reconhece a existência de outras classificações que seguem uma delimitação “mais sociológica” das cidades, como a consideração diversa da divisão político administrativa. Essa classificação está posta tendo em vista o corte populacional, a densidade demográfica, a ocupação econômica da população e seu modo de vida (Bernardelli, 2010 *apud* IBGE, 2017).

Os critérios de delimitação dos municípios rurais no Brasil, segundo o Decreto 311/1938, são: (a) existência de uma população inferior a 10.000 habitantes; (b) o mínimo de 200 domicílios; (c) 10,0% da população de eleitores; (d) representar cinco milésimos da receita estadual de impostos. Embora o decreto traga essas definições, garante o grau de liberdade para as prefeituras locais estipularem as zonas urbanas das cidades.

Acreditamos que o rural se construiu conjuntamente com a zona urbana, não havendo sentido a reprodução de uma lógica opositiva entre esses diferentes espaços que também são sociais (Carneiro; Sandroni, 2019).

Para Carneiro e Sandroni (2019) e Valadares (2014), o Decreto 311 é o marco jurídico de definição de cidade, utilizado até hoje pelo IBGE para realizar classificações dos municípios brasileiros. Criado durante o período do Estado Novo, esse decreto instituiu as bases de um projeto de modernização caracterizado pelas noções de industrialização e urbanização..

De acordo com Carneiro e Sandroni (2019), seguindo o que Veiga coloca,

[...] é dessa lei que se originam as distorções impostas à população dos pequenos municípios, de acordo com os interesses das administrações municipais, já que fica à cargo das Câmaras de Vereadores estabelecer os limites entre os territórios “rurais” e “urbanos”. Tão pouco o esperado estatuto das cidades resolveu essas distorções por não apresentar uma definição sobre o que vem a ser “cidade”. (Carneiro; Sandroni, 2019, p. 46)

Essas distorções revelam nada mais do que um projeto gestado a partir da exclusão do rural. Quando vemos a construção da lei do perímetro urbano é possível inferir que sua função é a delimitação do território onde serão alocados recursos de infraestrutura e de acesso a serviços básicos pela população que se circunscrevem no perímetro.

Girardi (2008, p. 10), ao refletir sobre a proposta do IBGE, aponta para a ideia de que “A classificação baseia-se nas áreas, sendo a população classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio.” Os critérios de classificação dos municípios brasileiros são político-administrativos e ignoram as características de renda ou pressão antrópica. Geralmente, os critérios de classificação comumente utilizados se baseiam na combinação de definições políticas administrativas, o tamanho populacional, a ocupação da população e a densidade demográfica (Girardi, 2008). Como vimos, alguns desses critérios não são seguidos pelo IBGE, tais como a ocupação da população e as questões mais dinâmicas que envolvem a renda.

Entre as décadas de 1960-1970 a população urbana do Brasil ultrapassou a população rural. Entretanto quando se visualiza especialmente o critério de localização adotado pelo IBGE, temos que

1. *Áreas urbanizadas de cidades ou vilas*: “são aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana.” (IBGE, 2000. v.7, não pag.). 2. *Áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas*: “são aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.” (IBGE, 2000. v.7, não pag.). 3. *Áreas urbanas isoladas*: “áreas definidas por lei municipal, e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal.” (IBGE, 2000. v.7 não pag.)” (Girardi, 2008, p. 23)

Esses critérios utilizados acabam por tornar a definição de urbano e rural um tanto relativizadas, o grande definidor dessas áreas é justamente o aparato legal. Considerar como população urbana todas as sedes de municípios e dos distritos dificulta a análise da configuração territorial do Brasil (Girardi, 2008).

De acordo com Valadares (2019, p.8) “O rural corresponde precisamente à área excluída desta circunscrição, ou seja, à área não contemplada pela política de planejamento do município.” Assim, para o autor, não surpreenderia se indicadores socioeconômicos em áreas rurais serem mais baixos - não há planejamento rural nas cidades, apenas mal há um planejamento urbano (Valadares, 2019). As populações urbanas são classificadas dessa forma apenas pela necessidade de inclusão delas no perímetro, não havendo a consideração de dimensões econômicas, culturais e etc.

Antes de ser uma definição dos municípios segundo a densidade demográfica e a divisão político administrativa, o nosso país deveria considerar, e não apenas reconhecer, os modos de vida das populações que fazem parte das cidades, levando em conta, dentre outros aspectos, a divisão do trabalho e a heterogeneidade social desses espaços sociais. Para Carmo (2009, p. 268), a lógica das zonas urbanas em municípios rurais “[...] tendem a interagir com as estruturas modernas, de modo a constituir determinado tipo de práticas e de comportamentos sociais que não são plenamente modernos nem puramente tradicionais.”

Atualmente, o IBGE (2017) apresenta três grupos classificatórios de municípios:

a) Município predominantemente urbano: composto por população de mais de 50 mil habitantes em área de ocupação densa; de 25 mil a 50 mil habitantes em áreas com grau de urbanização superiores a 50%; de 10 mil a 25 mil habitantes em áreas com grau de urbanização superior a 75%;

b) Município intermediário: entre 25 mil e 50 mil habitantes em área com grau de urbanização entre 25% e 50%; de 10 mil à 25 mil habitantes em área com grau de urbanização entre 50% e 75%; de 3 mil e 10 mil habitantes em área com grau de urbanização superior a 75%;

c) Município predominantemente rural: entre 25 mil e 50 mil habitantes em área com

grau de urbanização inferior a 25%; de 10 mil e 25 mil habitantes em áreas com grau de urbanização inferior a 50%; entre 3 mil e 10 mil habitantes em áreas com grau de urbanização inferior a 75%.

Na Tabela 1 é possível visualizar como essa tipologia se comporta no estado do Rio Grande do Sul (RS). De acordo com os dados, 64,9% dos municípios gaúchos são predominantemente rurais e 26,4% predominantemente urbanos.

Tabela 1 – Classificação dos municípios do RS pelo IBGE

Municípios	Frequência	Percentual (%)
Pred. Rural	322	64,9
Intermediário	43	8,7
Pred. Urbano	131	26,4
Total	496	100

Fonte: Elaboração própria.

A seguir demonstramos, por meio da análise de alguns casos, as diferenciações da classificação dos municípios do Rio Grande do Sul a partir da tipologia do IBGE e da tipologia alternativa de Mallmann. A tipologia alternativa, a qual apresentaremos aprofundadamente adiante, associa critérios populacionais e de densidade demográfica, além de se caracterizar, pelo detalhamento de categorias de classificação dos municípios, sendo elas: municípios essencialmente rurais, relativamente rurais, essencialmente urbanos e relativamente urbanos.

O município de Três Passos é classificado, com base na tipologia do IBGE, em predominantemente urbano, mas quando observando outras tipologias como a de Mallmann⁸, e mesmo as condições de vida da população, pode ser entendido como um município intermediário. Santo Augusto é mais um caso problemático na tipologia, pois é classificado como predominantemente urbano quando possui características que tendem ao rural, tais como: densidade populacional baixa, paisagens rurais nas áreas urbanas e atividades produtivas ligadas à agricultura. Se observarmos outra região do estado, podemos analisar o município de Marau, que possui a mesma classificação de Passo Fundo, sendo um município maior em termos populacionais e de população urbana, além de outros aspectos que justificariam sua classificação como predominantemente urbano.

⁸ Adiante exploramos a tipologia, suas características e diferenças em relação à tipologia do IBGE.

Os municípios de Esperança do Sul e Campo Novo são classificados como intermediários mas com pouca diferenciação de características da população de outros municípios da mesma região. O município de Tapes é classificado como predominantemente urbano, mas não possui uma malha urbana bem desenvolvida e apresenta características rurais, como densidade populacional menor que o município de Santo Augusto, por exemplo, paisagens rurais nas áreas urbanas e atividades produtivas ligadas à agricultura.

As classificações são construções teóricas que delimitam determinados aspectos ou fenômenos, são baseados na realidade e, por possuírem essas características, podem ser restritivas e distantes do que se observa, haja vista as transformações no curso da história. Isso não significa que as classificações para elaboração de tipologias de análise por si só sejam inoperantes, mas que é importante um olhar minucioso quando se trata a realidade móvel somente através dessas categorizações.

Para Carneiro e Sandroni (2019), as tipologias são alternativas que orientam o olhar, podendo fazer com que nos dediquemos mais em um aspecto específico ou menos em outro. De todo modo, “As classificações servem, portanto, a determinados interesses já que a essa forma de perceber a realidade encontram-se, normalmente, associadas práticas e propostas de intervenção.” (Carneiro; Sandroni, 2019, p. 53-54).

Para Kageyama (2004, p. 382) o Brasil possui um problema de classificação ao se baseia “[...] numa definição de ‘cidade’ – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), ‘sejam quais forem suas características’.”

No Brasil, na definição oficial das cidades, “[...] a unidade básica de análise é o domicílio e sua posição (setor urbano-rural) no município.” (Blume, 2004, p. 59). Como vimos em outro momento isso implica no estabelecimento de perímetros urbanos mais extensos, e mesmo, a delimitação de áreas afastadas como partes da área urbana das cidades.

Segundo Blume (2004), quando analisamos os dados em relação à infraestrutura nos municípios classificados como de pequeno porte e rurais, comparativamente aos de grande porte e urbanos, encontramos uma infraestrutura socioeconômica e de acesso a serviços básicos precarizada, ocasionando condições de vida e saúde não adequadas (Oliveira, 2022). Por meio da análise proposta, saberemos se os indicadores de qualidade de vida e acesso nos dizem o que o autor aponta ou uma realidade diferente.

2.3 DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS: A CLASSIFICAÇÃO DE MALLMANN

A classificação dos municípios elaborada pelo IBGE, como vimos nos tópicos de discussão anteriores, é reconhecida pelo órgão como possivelmente insuficiente dada a complexidade das municipalidades do Brasil continental (IBGE, 2017). Veiga (2003) tornou-se um dos primeiros geógrafos a evidenciar que as classificações apresentavam problemas, dificultando uma definição próxima da realidade de municípios de pequeno porte: aqueles onde não se tinha uma densidade demográfica exponencial e estavam distantes das regiões metropolitanas dos estados. Para isso, o autor elege esses dois critérios: a densidade demográfica e a localização, como estruturantes da sua classificação.

Blume (2004), baseado em Veiga (2003), menciona que a compreensão do que seja o rural no Brasil é atrapalhado pelo Decreto 311/1938 que considera toda a população que está localizada na sede do município ou de uma vila como população urbana. Já citamos em outros momentos a respeito deste decreto, aqui iremos tratar de outros aspectos acerca da normativa ainda controversa.

Blume (2004), aponta alguns equívocos que o Decreto 311/1938 provocou, um deles é a escolha de definir cidade e não de município. Gerando a perda de significado que diferenciam as unidades administrativas, e minimizando o sentido político dos distritos. O presente documento, também serve de base para as delimitações territoriais que orientam o Censo Demográfico, acabando por confundir os conceitos de cidade e município, o que influencia a compreensão do rural normativo brasileiro. Essa receita de combinações residuais das definições de rural, convergem na elaboração de um cálculo de urbanização⁹ que evidencia esse caráter, revelando restrições da definição normativa de municípios.

O rural brasileiro não é homogêneo, o que torna o decreto problemático em termos de entendê-lo a partir de uma abordagem territorial que leva em conta a diversidade de brasis rurais existentes. O interessante da tipologia de classificação fundamentada por Veiga é que toma o rural como um espaço territorial, considerando fundamentos ecológicos e econômicos na definição (Blume, 2004). Para Girardi (2008), diferentemente do IBGE, Veiga trabalha com uma classificação dos municípios e sua população como um todo, não diferencia áreas ou populações no interior dos municípios.

Baseando-se nesses caracteres e na já considerada pelo IBGE, divisão político-administrativa dos municípios, Veiga traça a classificação dos municípios fazendo uma conexão com o critério estabelecido pela Organização para a Cooperação e o

⁹ Cálculo da urbanização IBGE: (População urbana/ População Total) * 100 (Blume, 2004).

Desenvolvimento Econômico (OCDE). Assim, tipifica os municípios em: essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanos.

A tipologia de Veiga (2003) delimita que os municípios de pequeno porte possuem densidade populacional menor que 80 hab/km², os municípios de médio porte superam 80 hab/km² de densidade. Ademais, um município caracterizado como rural para o autor teria a “[...] população inferior a 50 mil habitantes, densidade populacional inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado, e localização fora das microrregiões marcadas por aglomerações metropolitanas ou grandes centros urbanos.” (Wanderley; Favareto, 2013, p. 71)

Em sua classificação de municípios, Veiga (2003) menciona que nos essencialmente rurais mais de 50% dos habitantes moram em unidades locais rurais, caracterizando-os como relativamente rurais, entre 15% à 50% dos habitantes moram em locais rurais, e nos municípios essencialmente urbanos menos de 15% dos habitantes vivem em unidades locais rurais (Mallmann, 2011).

Para Veiga (2001a) a urbanização é um mito. Pela classificação dos municípios no Brasil desconsiderar critérios populacionais e locais, o autor aponta que há o entendimento de um grau de urbanização maior do que a realidade. Nesse contexto, surge a célebre frase que é, também, subtítulo de sua obra¹⁰, “O Brasil é menos urbanizado do que se calcula”. Veiga (2001a, p. 101) compreende que o grau de urbanização formado a partir dos critérios do IBGE corresponde, na verdade, “[...] à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas.”

No entanto, a abordagem de Veiga (2003) não é isenta de críticas. O índice de densidade demográfica utilizado é considerado alto para caracterizar alguns municípios do Brasil. Outras críticas a Veiga versam sobre a diversidade dos processos de urbanização do país (Valadares, 2014). Valadares (2014) pontua ainda que por mais que o autor receba críticas a respeito desses quesitos, possui uma definição abrangente ao classificar os municípios se valendo de critérios administrativos também. Assim como Veiga, nesta pesquisa compreendemos os municípios como unidades territoriais que interagem (Valadares, 2014).

Para nossa análise, utilizaremos a ampliação da classificação dos municípios de Veiga (2003) realizada inicialmente por Blume (2004), e posteriormente aprimorada por Mallmann (2011) ao incluir os dados de rede urbana identificada pela pesquisa do Instituto de Pesquisa

¹⁰ VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

Econômica Aplicada (IPEA). Na classificação de Mallmann (2011), são consideradas quatro categorias: a) municípios essencialmente rurais, até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; b) relativamente rurais, de 50 a 100 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; ou mais de 80 hab/km² e menos de 50 mil habitantes; c) relativamente urbanos, mais de 50 mil habitantes e mais de 80 hab/km²; d) essencialmente urbanos, mais de 100 mil habitantes, independente da densidade demográfica.

Ao analisar em 2004 a classificação dos municípios gaúchos a partir da tipologia desenvolvida por Veiga (2003), Blume (2004) encontrou 31 municípios urbanos e 436 rurais. Em nível regional, apontou que uma microrregião é essencialmente urbana, três relativamente rurais e 31 essencialmente rurais. Naquela ocasião, o Rio Grande do Sul possuía 467 municípios emancipados (Estados e Cidades, 2021).

Por meio da reclassificação de Mallmann (2011), ao analisar os municípios do Rio Grande do Sul com dados do Censo 2010, a autora encontrou 76 municípios classificados como essencialmente urbanos, 18 municípios como relativamente rurais e 373 municípios essencialmente rurais. Em 2011, o Rio Grande do Sul possuía 497 municípios emancipados, sendo o mais recente o antigo distrito de Bento Gonçalves, Pinto Bandeira. No entanto, como em 2010 o processo emancipatório não havia sido concluído, a autora teve acesso aos dados dos 496 municípios.

O rural enquanto espaço é caracterizado por uma menor densidade populacional, relação com a natureza e com as cidades. Neste sentido, é de fundamental importância redefinir o Rio Grande do Sul à luz de novos critérios e diagnosticar a situação dos municípios em relação ao desenvolvimento. Isso porque uma importante estratégia para o desenvolvimento rural e a manutenção dos jovens no campo, é pensar os arranjos econômicos possíveis para a sobrevivência da população da zona rural, assim como, a partir das condições de acesso a serviços básicos de atenção à saúde e à educação.

Estratégias internacionais de cooperação e incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas que possuem potencial, seja turismo, produção regional de algum alimento específico e mesmo, arranjos industriais que se aproximam em cidades vizinhas são projetos elaborados entre municípios nos países da Polônia e Lituânia (Kurowska-Pysz, 2022). A criação de estratégias de desenvolvimento territorial para municípios rurais, tendo em vista os exemplos bem sucedidos, provavelmente são interessantes para o Rio Grande do Sul.

No planejamento do desenvolvimento territorial, para além da importância de recursos, é fundamental que haja uma atuação capacitada por parte das prefeituras para que possam construir políticas públicas adequadas. Dessa forma, para Veiga (2001a) essa

habilidade é um “diferencial” no combate à pobreza nas zonas rurais e ao próprio incentivo ao desenvolvimento, tendo em vista que sociedades com índices de desigualdade menores conseguem crescer e garantir qualidade de vida às suas populações rurais e urbanas. Ainda segundo Veiga

Menos desigualdade no acesso à propriedade da terra e à educação é, portanto, uma mistura exponencialmente benéfica ao desenvolvimento, já que além de aumentar o efeito positivo do crescimento sobre a pobreza também turbinam o próprio crescimento. (2001a, p. 105)

Nesse sentido, o autor aponta que a distribuição espacial da população está diretamente relacionada com o rearranjo espacial das atividades econômicas. Promover políticas que possibilitem o desenvolvimento das condições de vida nesses espaços, é, portanto, pensar sobre as potencialidades extrativistas e econômicas sustentáveis que podem ser aprimoradas nos espaços rurais.

Na próxima seção, serão analisadas as concepções de desenvolvimento que utilizamos nessa pesquisa. Inicialmente, fizemos uma retomada das noções de desenvolvimento clássicas, elaboramos uma reflexão a partir das compreensões de desenvolvimento para a América Latina e por fim, apresentamos o conceito de desenvolvimento territorial como uma estratégia essencial para a criação de políticas que respondam às necessidades das populações locais.

3 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A RELAÇÃO RURAL-URBANO

3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Por muito tempo no cenário da economia mundial pensou-se que crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento. Autores como Amartya Sen, economista que teorizou sobre o desenvolvimento pontuando questões sociais e de acesso a serviços básicos de atenção às populações, tornou-se um dos economistas mais importantes nessa corrente de pensamento.

Mesmo que já saibamos que a economia é uma ciência complexa, e tal como a realidade, a economia é atravessada por dimensões raciais, de gênero, regionais, e obviamente de renda e acesso ao trabalho. O discurso da sociedade civil ainda não mudou. Acredita-se

que o crescimento econômico necessariamente movimenta e produz uma coesão social naturalmente, não dando a importância devida aos atravessamentos.

A teoria de Sen, compreende desenvolvimento distanciada da noção economicista que, por vezes, desconsidera as especificidades regionais e as condições de vida da população. A partir de suas noções de desenvolvimento procuramos construir reflexões que contribuam para a ideia de que desenvolvimento não pode ser separado dos sujeitos do desenvolvimento, isto é, que não é possível pensar desenvolvimento sem levarmos em consideração a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, a importância de se considerar outras métricas para o desenvolvimento e mensuração das condições de vida, haja vista, as já citadas como: diferenças regionais, culturais e espaciais (municípios rurais e municípios urbanos). Somado ao já mencionado, vamos utilizar a noção de desenvolvimento como eliminação da privação e garantia da qualidade de vida. Nos valemos da percepção de Estado racional que Sen defende, pontuando a importância do Estado para o desenvolvimento em países desiguais. Assim como, a compreensão do desenvolvimento como um projeto político que para ser efetivado tem de ser acionado pelas representações nos processos democráticos.

Como vimos, nos espaços institucionais, a oposição entre urbano e rural não foi superada. Isso se reflete até mesmo na noção acerca de desenvolvimento que encontramos nas instituições em nosso país. Segundo Favareto

[...] há uma associação nos quadros de referência de cientistas, da burocracia governamental, das elites, entre a idéia de que o desenvolvimento é um atributo do urbano, e a decorrente associação do rural à pobreza. (2009, p. 12)

Sendo assim, uma das barreiras para o desenvolvimento é a visão institucional, a percepção do rural como o destino urbano do progresso social (Favareto, 2009). Para Maia *et al* (2009) o desenvolvimento quando endógeno consegue mobilizar as esferas da atividade local por meio da geração de renda e movimenta diversos setores locais. Nesse sentido, acreditamos que o desenvolvimento rural tem de ser pensado de maneira endógena, considerando os arranjos econômicos locais e as especificidades das necessidades dos territórios rurais.

A filosofia política de Sen (2000) demonstra que a justiça é um conceito que até o momento não levava em conta as assimetrias da realidade social. Segundo Erikson (1994), o argumento fundamental de Sen é que nenhuma teoria da justiça é moralmente plausível caso não considere a igualdade entre os homens em alguns “espaços” fundamentais. Baseada

nesses princípios, a teoria se articula com um arcabouço teórico que popularizou as teorias da escolha (Pérez, 1999), além de colocar as questões do desenvolvimento como resultado do processo de ampliação das capacidades humanas.

Ao resgatar a importância da liberdade para o desenvolvimento, o autor traz o debate da liberdade para além da dimensão política. Dessa forma, em Sen (2000) temos a liberdade associada com a capacidade, engendrando uma série de reflexões sobre as visíveis limitações das sociedades em privação, considerações que até o momento estavam blindadas pelo economicismo (Pettit, 1995)

A liberdade de escolha é de suma importância na avaliação do grau de desenvolvimento de um país, pois reflete as oportunidades e condições que as pessoas têm disponíveis. Sen observa que

[...] suggests that freedom of choice is important not only because people have the option of choosing the set of functionings that will give them the highest well-being, but also because it may be a value on its own, the opportunity to choose may in itself enhance their well-being. (Erickson, 1994, p. 49)

De acordo com Sen, o desenvolvimento corresponde a ampliação das liberdades substantivas, diferentemente das liberdades formais, exprimem a capacidade de fazer escolhas. Assim, para o autor, a pobreza significa a privação das capacidades fundamentais (Favareto *et al*, 2015).

De acordo com Sen (2000) a liberdade de escolha está condicionada pelo desenvolvimento das sociedades, e pela disposição das condições e oportunidades sociais apropriadas. Na pobreza as pessoas não possuem liberdade, uma vez que a privação restringe a expansão das capacidades humanas. À vista disso, a pobreza tem de ser entendida a partir da multiplicidade de fatores que ela influencia e condiciona. Sen possui um enfoque da pobreza relacionado ao hábito de consumo nutricional das pessoas, na privação relativa que ela produz e os encadeamentos entre pobreza e desigualdade, preservando a diferença existente (Pérez, 1999). Em outras palavras, Sen apresenta uma definição política de pobreza, colocando-a como um juízo de valor: “[...] en el sentido de que es algo que se desaprueba y cuya eliminación resulta moralmente buena.” (Pérez, 1999, p. 428)

Além disso, o acesso a determinados serviços e bens pela população por si só não deve ser considerado como indicador da qualidade de vida da população, a análise deve ser feita tomando como ponto de partida a capacidade que bens e/ou serviços possuem de gerar bem estar aos seus beneficiários (Pérez, 1999). Essa percepção é uma das mais importantes para a compreensão da qualidade de vida de uma população e para os índices métricos de desenvolvimento que foram criados mais tarde.

Conforme Amartya Sen (2000), o desenvolvimento se caracteriza pela promoção da expansão econômica e a garantia dos direitos sociais. Por consequência, as sociedades desenvolvidas são aquelas que conseguem eliminar a privação das capacidades, possibilitando o aumento da qualidade de vida da população. As capacidades são compreendidas como a capacidade das pessoas promoverem seus objetivos e desenvolverem suas habilidades. Para Sen (2000), a liberdade está diretamente relacionada à ampliação das capacidades e ao próprio desenvolvimento. A liberdade é percebida não apenas no campo jurídico, mas em relação à qualidade de vida a qual o cidadão tem acesso.

Segundo o autor, quando os países não asseguram as liberdades substantivas, há a privação das capacidades básicas, essa situação é porta de entrada para a ampliação da pobreza (Sen, 2000). O mesmo pesquisador aponta ainda para a ideia de que as liberdades substantivas são os fins do desenvolvimento, como também, os meios principais para que haja desenvolvimento. Dessa maneira, desenvolvimento é defendido a partir da necessidade de prevalecer um conjunto de políticas de Estado, mas também é um compromisso coletivo, no sentido que não há desenvolvimento sem liberdade.

Pettit (1995) menciona que as ideias de Sen devem ser vistas sob a ótica da tradição de que só o Estado seria capaz de proteger e preservar a liberdade. Amartya Sen põe, em convergência, mercado e Estado, o desenvolvimento acontece com a ampliação das liberdades e esses são os agentes capazes de regulá-las e promovê-las.

Dessa forma, para Sen (2000), o Estado possui um papel preponderante na regulação inicial das disparidades sociais que são parte das sociedades em desenvolvimento. Tendo em vista isso, a liberdade é compreendida como um elemento base às sociedades democráticas, estando diretamente relacionada com o bem estar da população. Assim, ao elaborar uma percepção realista das sociedades com alto grau de privação, a noção de desenvolvimento como liberdade ganha força.

Sen define a pobreza como a privação das capacidades, diferentemente dos economistas que entendiam a renda como central nos debates em torno do desenvolvimento, o autor possui a noção de desenvolvimento como aquele que expande as capacidades das pessoas viverem do modo que quiserem. Para além de uma noção economicista, Sen leva em conta as dimensões filosóficas do ser e do fazer (Maluf, 2013).

A privação não compromete a vida humana apenas nos modos de fazer a vida o que aprouver, mas também em ser. É possível chegarmos a um entendimento da pobreza para além das bases materiais da privação, se estendendo ao que podemos denominar de miséria do ser no mundo. A privação das condições materiais de vida é tão danosa quanto a privação do

ser na medida em que limita o poder de ação e a própria noção de humanidade com poder de ação.

A teoria de Amartya Sen, centrada na liberdade de escolher, é fundamental quando se trata da diversidade humana. Ao postular a liberdade de escolha proporcionada pelas capacidades, torna-se mais abrangente e eficiente que a noção de igualdade entre os seres humanos (Maluf, 2013).

O crescimento econômico por si só não garante aumento da qualidade de vida das pessoas nem mesmo a redução da pobreza. Segundo Waquil *et al* (2005), é necessário um conjunto de políticas que, articuladas, atinjam diferentes áreas para impactar positivamente a melhoria da qualidade de vida e de outros indicadores sociais.

O desenvolvimento econômico é um problema mais sociológico do que econômico (Costa, 1962). É necessário articular condições sociais, suas implicações e a natureza social e histórica do desenvolvimento. Como parte da estrutura social, a mudança é uma das características essenciais do processo de desenvolvimento e da própria estrutura social.

Assim, para Costa (1962, p. 305), o desenvolvimento deve ser encarado como um processo. Sob esse ponto de vista, os obstáculos ao desenvolvimento correspondem a “todos os fatores que não conduzem a ele”, tal como a estagnação e o retrocesso. Ao perceber o desenvolvimento de maneira realista, levando em conta os processos de resistência, o autor pontua a característica das classes superiores em sociedades desiguais: “[as classes superiores] costumam muitas vezes, ser o principal fator de resistência ao desenvolvimento - ou seja, de resistência a um desenvolvimento mais consequente e maior do que aquele do bojo do qual essas classes emergiram.”

Em vista disso, o desenvolvimento enquanto processo tem de ser tomado pelo Estado e a estrutura de representação como uma escolha política, na medida que deve considerar os interesses de toda a sociedade, não se restringindo às exigências das classes superiores.

Cardoso e Faletto (2004) concordam com Costa (1962) ao entenderem o desenvolvimento como um processo social. Para os autores, a noção de que as sociedades latino-americanas “[...] pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente ‘sociedade tradicional’ e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada ‘moderna’.” (Cardoso; Faletto, 2004, p. 28) reflete uma perspectiva dualista de desenvolvimento que precisa ser descartada à medida que se circunscreve um projeto. Essa percepção corresponde a um binômio clássico que punha em oposição comunidade e sociedade. O grau de desenvolvimento é medido através da diferenciação econômica do setor produtivo, além de considerar o comportamento da renda e a estrutura do emprego. Cardoso e

Faletto (2004) analisam o desenvolvimento tendo em vista as condições históricas, econômicas e sociais, procurando compreender a realidade estrutural dada, os objetivos e interesses que conformam as classes e os movimentos sociais que formam as sociedades em desenvolvimento.

Tal como Costa (1962), que pontua que o desenvolvimento é muito mais um processo sociológico do que econômico, os autores propõem pensar a economia de modo sociológico: “[...] a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das situações em que a tensão entre os grupos e classes sociais revele as bases de sustentação da estrutura econômica e política.” (Cardoso; Faletto, 2004, p. 37).

A partir de uma análise e das contribuições sociológicas, a economia passa a ser pensada considerando processos transversais das relações econômicas e interconexões que atravessam esse tipo de relação. Resgatar a importância do pensar sociológico para além das estruturas da própria ciência é efetivamente promover a interdisciplinaridade e garantir que a ciência humana quando articulada possa trazer benefícios tangíveis para as sociedades sobre as quais se debruçam.

Cardoso e Faletto (2004), ao refletirem acerca da dependência estrutural da América Latina, aludem que é uma situação dependente tanto das condições econômicas quanto políticas das “sociedades desenvolvidas”. Os pesquisadores também criticam a ideia de que para que países da periferia possam se desenvolver tenham de reproduzir as formas de desenvolvimento dos países centrais (Cardoso; Faletto, 2004).

Em síntese, para Cardoso e Faletto (2004, p. 51), o sistema econômico em países subdesenvolvidos funciona “[...] segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social.” O subdesenvolvimento é um processo que envolve dimensões que fazem parte das decisões políticas dos Estados e como a política e os conflitos de classe são conduzidos no interior dessas sociedades, são também resultantes de fatores externos que condicionam esses países a uma dependência econômica e por vezes política de sociedades desenvolvidas.

Desse ponto de vista, é necessário entendermos que o desenvolvimento traduzido a partir da noção de acesso e da qualidade de vida é um projeto que não depende apenas dos países periféricos, mas também daqueles países que têm o poder de exigir dos países que praticam exploração e colocam outros em posição de subserviência uma postura diferente. Se pretendemos falar em desenvolvimento, é necessário que a sociedade globalizada tenha uma linguagem coerente.

A pobreza corresponde ao não atendimento às necessidades básicas de consumo que

poderiam ser supridas por meio de despesas monetárias, no caso do acesso a renda, ou não monetárias, através da garantia de acesso a serviços de atendimento universais (Bonnal, 2013). Por meio desse entendimento, é importante frisarmos que quando passamos a aumentar a renda de determinada população não necessariamente há uma garantia da melhoria das condições de vida, outros fatores atravessam esse indicador. (Maluf, 2013).

Bonnal (2013) menciona as armadilhas da pobreza, o autor diz que quando se tem uma estabilidade da pobreza, geralmente está ligada à falta de acesso aos recursos produtivos de bem-estar e de comunicação. A pobreza e suas implicações devem ser encaradas de modo político e permanente. Como coloca Mattei (2013), a pobreza é um problema eminentemente político. A privação e a desigualdade são processos estruturantes do modelo de sociedade capitalista estabelecido, propor políticas e ações para seu combate significa corrigir as assimetrias geradas.

No decorrer da dissertação propomos uma análise multidimensional dos municípios gaúchos, entretanto essa proposição não se restringe apenas a uma dimensão conceitual do território, mas às formas de desenvolvimento e ao processo contrário, no caso a privação. A privação possui uma multidimensionalidade que é atravessada por questões de renda, da divisão territorial, das dimensões históricas de formação dos territórios e da constituição da pobreza. A pobreza no Brasil, seja ela rural ou urbana, está diretamente relacionada ao modelo de colonização e de desenvolvimento socioeconômico efetuado. Sem dúvidas, a pobreza rural possui aspectos caracterizadores diferentes da pobreza urbana, não é possível dizermos que se trata de um mesmo processo. Contudo, a resultante é a mesma: privação.

De acordo com Schejtman e Berdegué (2004, p. 8), algumas das principais causas da pobreza rural - e essas podemos ampliá-las para a urbana - é a ineficácia de políticas de desenvolvimento e isso se repete mesmo em países onde há crescimento econômico notável.

As definições de pobreza estão associadas às ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. Mattei (2013), pontua que em termos relativos, a pobreza rural é extremamente grande no país. Uma família é considerada pobre quando sua renda não é suficiente para obtenção de bens materiais ou acesso a produtos culturais, sendo destinada apenas à sobrevivência. A privação relativa, de acordo com o autor, se refere à privação de renda, à de recursos materiais e o acesso à serviços sociais como educação, saúde, alimentação, nutrição e saneamento básico.

Para o desenvolvimento territorial é necessária a articulação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil (Delgado, 2013). As instituições, nesse sentido, possuem papel relevante na tentativa de supressão da privação, por meio delas, dos atores locais e da escolha de

aplicação de projetos estratégicos e de ações públicas relevantes para o desenvolvimento das populações envolvidas é possível construir a gestão social de qualidade.

3.2 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Baudelle (2011) afirma que é possível prosperidade sem crescimento, isto é, um modelo de desenvolvimento que rejeita o crescimento econômico ilimitado e passa a considerar os limites ecológicos do planeta, propondo a garantia de bem estar à população.

O território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social. O desenvolvimento em cenários rurais e urbanos deve ser articulado com base em demandas territoriais locais. Quando se trata de desenvolvimento, uma das questões mais presentes é a pobreza.

Um programa de desenvolvimento territorial deve dialogar com os atores sociais. O desenvolvimento territorial durável articula três dimensões: a econômica (criação de riquezas locais, valorização das características locais), a ambiental (preservação e renovação dos recursos naturais e patrimoniais) e a social (desenvolvimento da coesão social, atendimento às necessidades fundamentais como habitação, serviços, etc.) (Baudelle, 2011).

Por reconhecer a heterogeneidade característica das sociedades rurais e, percebendo o caráter multidimensional da pobreza rural — concebendo rural como não apenas agrícola e ao reconhecer as variadas agriculturas existentes dos pequenos e médios produtores — a abordagem do desenvolvimento territorial tem importância política (Schejtman; Berdegué, 2004). A abordagem territorial é a teoria da ação para o desenho de políticas, programas ou projetos orientados para a superação da pobreza rural (Schejtman; Berdegué, 2004).

Assim como para Kageyama (2004), Schejtman e Berdegué (2004) compreendem que o desenvolvimento tem de ser articulado de forma multisetorial, como adição, mencionam o aspecto descentralizado como uma das estratégias de desenvolvimento eficaz contra a pobreza e efetiva para a garantia de articulação de políticas públicas específicas para as populações que estão em condição de privação.

Desenvolvimento, segundo Ramos e Marino (2004, p. 97), é um processo global que está em constante interação com as comunidades locais. Sendo assim, os autores presumem que

[...] quanto maiores os graus de exclusão, exploração e dominação não legítima, menores as possibilidades de se desenvolver a consciência comunitária, o capital social e muito menos a mobilidade social, os quais consideramos pré-requisitos ou

peças chave para o advento de níveis mais altos de desenvolvimento.

Por isso, é tão importante tocarmos na questão da privação e no *inacesso* aos serviços básicos de vida. A amenização desses dois elementos é basilar para a promoção de um desenvolvimento apropriado às especificidades dos espaços rurais e urbanos em nosso estado.

Entender que a liberdade está relacionada com o acesso a condições de vida adequadas, portanto a amenização da pobreza e a desigualdade de acesso, estão imbricadas na noção de desenvolvimento. Segundo Veiga (2001, p. 63-64), quando uma sociedade possui muita disparidade “[...] no acesso à propriedade da terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de gênero.” apenas o crescimento econômico não é capaz de impactar essas estruturas, sendo necessário políticas de combate à pobreza.

Dessa forma, o desenvolvimento é concebido através da diversificação das economias regionais, o uso sustentável dos recursos naturais, e da articulação entre esses entes que constituem o território. Segundo o autor, o objetivo estratégico do desenvolvimento territorial deve ampliar o dinamismo econômico, minimizando os enclaves existentes.

Quando refletimos especificamente sobre o desenvolvimento rural, é interessante perceber que as pessoas se mantêm na zona rural caso haja emprego ou condições de sobreviver a partir da renda proveniente da agricultura: “[...] a distribuição espacial da população corresponde, em última instância, ao rearranjo espacial das atividades econômicas.” (Veiga, 2001a, p. 102). Da mesma forma, é necessário que as políticas para o desenvolvimento urbano, considerar as condições de vida das populações, condições estas que devem ser o primeiro indicador do desenvolvimento, assim como, o foco das políticas públicas.

A compreensão do desenvolvimento partindo das dinâmicas territoriais é fundamental para uma análise do desenvolvimento que seja focado nas populações que vivem efetivamente nos municípios. Quando são considerados apenas parâmetros econômicos, sem compreender a realidade social como multifacetada e permeada por uma série de atravessamentos específicos dos territórios, é possível incorrer na falsa ideia de desenvolvimento estático. Diante disso, reforçamos a noção de desenvolvimento territorial como modo acurado de análise que se preocupa com as dinâmicas da realidade, e a compreende a partir de múltiplos fatores.

Entretanto, com a decadência das políticas sociais através da disseminação das chamadas políticas neoliberais, atualmente, enfrentamos sérios desafios para a criação de políticas públicas que atentem às necessidades básicas da população como um todo e não apenas aos indivíduos. Por meio do surgimento da ideologia neoliberal, as noções de

desenvolvimento territorial passam a perder espaço diante da individualização dos direitos civis. Para Fernandes (1995, *apud* Silva *et al* 2015, p. 77), o neoliberalismo promove a “[...] a desestatização de forças produtivas, a desregulação das atividades econômicas e a particularização de direitos e benefícios.”

De outro modo, há a desvalorização dos sistemas de proteção social e a consequente dificuldade da criação de políticas que minimizem a privação. Essa ideologia está crivada à noção de que o crescimento econômico é capaz de garantir o desenvolvimento. Tendo em vista isso, Silva *et al* (2015) argumentam que é necessária a instrumentalização do controle social para que os cidadãos conheçam a arrecadação e destinação dos recursos públicos e, tenham capacidade de agir politicamente e exigir o atendimento às necessidades daquele território.

Algumas estratégias utilizadas para a compreensão das necessidades de destinação dos recursos públicos provém da geração de indicadores. Assim sendo, neste trabalho analisamos indicadores de desenvolvimento, pretendendo estar a par de características dos municípios rurais e urbanos no tange às condições de vida da população. Dessa forma, o próximo capítulo é dedicado à explicação da definição de indicadores de desenvolvimento. Trataremos da constituição de indicadores sintéticos que são constituídos e a apresentação dos indicadores de desenvolvimento que utilizamos na análise estatística e será realizada ainda uma retomada histórica da origem e primeiros objetivos da elaboração de indicadores sintéticos pelo mundo.

4 INDICADORES: CARACTERIZAÇÃO E LIMITES

Em 1960, com as transformações ocasionadas pela corrida espacial, houve a necessidade da concepção de indicadores que fossem capazes de detectar e antecipar mudanças, avaliar programas e o impacto social desses programas espaciais. Uma das primeiras publicações na área foram os volumes de *Recent Social Trends* pelo professor Ogburn na Universidade de Chicago. O trabalho de Howard W. Odum (1936) da University of North Carolina, intitulado *Southern Regions of the United States* (Land; Ferris, 2010) também contribuiu para a história da sociologia dos indicadores. De modo geral, esses trabalhos colaboraram para uma definição inicial do que são os indicadores sociais, entendendo como agentes que têm como função monitorar o sistema social, identificar mudanças, e guiar intervenções no campo social (Land; Ferris, 2010).

Colocando em uma linha histórica, em 1960 surge o conceito de indicadores sociais; 1970 há o crescimento e elaboração de indicadores sociais; 1980 há perda de relevância dos indicadores sociais; 1990 e atual há a revisão dos indicadores, atualização (Oliveira, 2013).

A história dos indicadores sociais no Brasil começou em 1970, quando o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) propôs a elaboração de um sistema de indicadores “[...] e de produção periódica da informação necessária à sua alimentação tentando consolidar e articular diversas metodologias, entre as quais aquela recomendada pela ONU.” (Santagada, 1993, p. 250). O Rio Grande do Sul foi um dos estados pioneiros no uso e na publicação de dados na revista de *Indicadores Sociais*, publicada entre 1973-1978 (Schrader, 2002).

A partir da década de 1980 surge o questionamento sobre a possibilidade de os indicadores sociais contribuírem para a formulação de políticas públicas. Segundo Land e Ferris (2010) o uso dos indicadores em análise de políticas pode ser acionado quando membros da sociedade devem concordar sobre o que precisa ser melhorado, os caminhos para essa mudança, definindo o que é melhorar, e se é significativo agregar os resultados da pesquisa na política.

É possível dizermos que esse tipo de conhecimento, proveniente dos indicadores sociais, é orientado por duas perspectivas, uma científica, ao observar parâmetros metodológicos claros e padronizados na sua constituição; e a outra perspectiva que se articula é a política, ao apresentar subsídios para o monitoramento e avaliação de políticas públicas (Hellmann; Schabbach, 2016). Os indicadores sociais são medidas de uma característica observável que dá valor de uma outra característica no momento não observável, são ainda dados que permitem comparações no longo prazo, possibilitam o monitoramento e identificação de mudanças para melhorias sociais, bem como, são capazes de identificar problemas sociais e avaliar políticas públicas.

Os prós dos indicadores compostos são: capacidade de sintetizar realidades; facilidade de interpretação; avaliação de mudanças em algum lugar, desempenho de políticas públicas; eliminação da necessidade de utilização um conjunto de vários indicadores sociais; potencialização do alcance de discussões; promoção da prestação de contas dos representantes políticos (*accountability*) e comparação de realidades multidimensionais (Oliveira, 2013).

Os problemas dos indicadores compostos são: podem fazer distorções na realidade se construídos inadequadamente; podem induzir a conclusões simplistas; “Podem ser usados de modo inadequado na implementação de políticas se não forem construídos de modo transparente ou sem um suporte teórico-conceitual adequado.”; podem conduzir políticas públicas ineficientes ou ineficazes; podem se tornar ineficazes se não forem submetidos a

uma constante revisão e adequação metodológica (Oliveira, 2013, p. 11).

Por outro lado, a construção e análise de indicadores sociais têm relevância acadêmica, política, social e gerencial (Hellmann; Schabbach, 2016). Além disso, os indicadores são uma estatística de interesse normativo direto que facilita julgamentos abrangentes e equilibrados sobre a condição dos principais aspectos de uma sociedade. Tais indicadores são ainda capazes de mensurar o grau de bem estar da população analisada (Land; Ferris, 2010).

Além disso, os indicadores de desempenho são fundamentais para a análise do êxito das ações. Os indicadores de desempenho, quando possível, devem satisfazer os seguintes critérios: pertinência, independência, custo, confiabilidade, simplicidade, não redundância, oportunidade, focalizado em áreas controláveis e participação (Yalta, 2002).

Para Land e Ferris (2010, p. 7), os indicadores sociais descritivos são definidos como “[...] indexes of the state of society and changes taking place therein.” Sendo assim, tanto indicadores econômicos quanto os de qualidade de vida possuem a mesma motivação,

The Social Indicators Movement was motivated by the principle that it is important to monitor changes over time in a broad range of social phenomena that extend beyond the traditional economic indicators and that include indicators of QOL. (Land; Ferris, 2010, p. 7).

Schrader (2002) também defende a ideia de que com os indicadores houve a possibilidade de monitoramento e planejamento da sociedade e que por meio deles tornou-se possível a detecção de eventuais desvios da direção dos objetivos políticos. Ainda de acordo com Land e Ferris (2010), os indicadores terão por muito tempo ainda campo para avaliar quais índices tem validade substantiva para analisar a qualidade de vida das populações e as transformações ao longo do tempo.

É necessário que um indicador possua validade, isso significa que o conceito abstrato a ser analisado deve ter relação com os dados produzidos, confiabilidade nas estimativas calculadas e inteligibilidade, isto é, transparência nos tratamento dos dados e possibilidade de replicação (Amaral, 2009). De acordo com Hellmann e Schabbach (2016), os indicadores sociais possuem dois aspectos que são centrais na sua funcionalidade: são substitutos, ao não representarem a si mesmos, mas traduzir conceitos abstratos; e são medidas, ou seja, são informações que possibilitam a análise comparativa no decorrer do tempo.

Os indicadores sociais, segundo Januzzi (2012 *apud* Oliveira, 2013) são medidas geralmente quantitativas que são utilizadas para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico e pragmático, podendo ser entendido, também, como um recurso metodológico que indica alguns aspectos da sociedade ou sobre mudanças que

venham a ocorrer.

Para Schrader (2002, p. 49), os indicadores de desenvolvimento por serem criados inicialmente sob nenhuma definição consensual do que seria desenvolvimento, são problemáticos, principalmente, em países periféricos. São alguns dos exemplos de indicadores de desenvolvimento criados nessa época:

[...] expectativa de vida em determinada idade, a mortalidade infantil, população por médico, quota da população com acesso à água potável, calorias *per capita*, taxa de analfabetismo, alunos primários em relação ao grupo etário etc. (Schrader, 2002, p. 49)

Esses indicadores possuem uma característica comum: ao procurarem mensurar dimensões sociais de populações que possuem perfis socioeconômicos e mesmo ambientais específicos que se diferenciam de países como o Brasil, indicadores de renda, por exemplo, não atendem aspectos basilares da relação da produção agrícola de agricultores familiares. Esse é apenas um ponto das diferenças as quais os indicadores de desenvolvimento deveriam considerar quando analisam países periféricos.

Atualmente, é sabido que existem inúmeras correntes de pensamento que discutem o que é desenvolvimento, as formas de gestá-lo e mesmo se é viável falarmos em desenvolvimento em um mundo onde existem diversas sociedades com valores e formas de organização muito peculiares. Entretanto, se é possível falarmos em uma teoria aceita entre os elaboradores de indicadores de desenvolvimento, é a noção de que desenvolvimento é medido através da associação de variáveis econômicas e sociais.

Os indicadores são capazes de classificar os territórios, essa aptidão “[...] provoca exclusão ou inclusão daqueles que interessam na representação capitalista.” (Moraes *et al*, 2016, p. 125). É importante pontuarmos essas questões para que não sejamos prepotentes a ponto de acreditarmos que os indicadores em si mesmos possam dar conta de toda a complexidade e das necessidades de dada sociedade.

Ainda que seja uma metodologia que tenha a capacidade de generalização e abrangência, não está isenta de gerar exclusões, e mesmo, inviabilização. Por meio dos indicadores, “[...] é possível quantificar e classificar os territórios, uma vez que as apreciações do conceito representado pelos mesmos revelam o contexto cultural, econômico e político através do qual o índice foi elaborado, assim como a perspectiva do pesquisador.” (Moraes *et al*, 2016, p. 124)

Nesse sentido, os indicadores estão relacionados, também, com a averiguação dos limites e/ou potencialidades das políticas públicas (Pinto *et al*, 2018). A medição do

desempenho de uma política pública é dada através de dados que podem ser de natureza qualitativa ou quantitativos (Yalta, 2002). Considerando isso, apenas a análise de dados quantitativos deve ser encarada de maneira cautelosa, principalmente quando se trata do desenvolvimento territorial rural. Quando observamos somente dados econômicos do mundo rural, é possível que haja a distorção da realidade material da população. Haja vista, houverem formas distintas de apropriação da renda em espaços rurais comparativamente com espaços urbanos, onde a renda é facilmente determinada pelo salário.

Portanto, se o desenvolvimento é definido a partir da melhoria das condições de vida e acesso das pessoas, seus objetivos devem estar atrelados à “[...] redução da pobreza, a superação das desigualdades sociais, a promoção de inclusão social e os direitos à cidadania.” (Pinto *et al*, 2018, p. 100). Nessa perspectiva, é necessário que os indicadores e seus elaboradores possuam uma teoria de desenvolvimento que esteja relacionada a seus objetivos políticos.

Como Pinto *et al* (2018) colocam, por mais que nos últimos anos no Brasil tenha havido a criação de uma série de políticas públicas direcionadas para o rural, e essas tenham causado impacto positivo na melhoria das condições de vida e acesso a renda por parte das populações rurais, é notável que a maior parte dos recursos são destinados a políticas que apresentam maior rentabilidade no curto prazo aos mercados, ou seja, são reservadas ao agronegócio. Essa tomada de decisão por parte dos gestores públicos é uma das limitações a um desenvolvimento inclusivo na zona rural.

Os próximos tópicos deste capítulo são dedicados à apresentação das principais características dos indicadores de desenvolvimento e do índice idealizado, sendo eles: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e Índice de Acesso (InAcesso). Entenderemos os princípios orientadores dos indicadores e do índice, quais são as variáveis que os alicerçam, além de compreendermos a sua origem e pretensão quando elaborados.

4.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Levando em consideração as características de desenvolvimento, ao longo dos anos foram sendo elaborados indicadores capazes de mensurá-lo mais objetivamente. Por muito

tempo o Produto Interno Bruto (PIB) foi considerado o melhor parâmetro para mensuração do desenvolvimento.

Segundo o dicionário de economia de Sandroni (1999, p. 459), o PIB

Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. (Sandroni, 1999, p. 459)

Para o autor, o PIB pode ser calculado sob três aspectos: pela ótica da produção, pela ótica da renda e pela ótica do dispêndio (Sandroni, 1999). Por mais que tratem especificamente os aspectos econômicos de um território, o PIB foi utilizado por algumas décadas como um indicador de desenvolvimento. Atualmente não é o mais adequado para analisarmos a condição de desenvolvimento, mas ainda está embutido na composição de outros indicadores sociais mais eficazes.

A partir de 1960 nascem as primeiras críticas ao PIB como não sendo um indicador de desenvolvimento adequado, ao se perceber que o crescimento econômico não gerava necessariamente desenvolvimento econômico e social (Siedenberg, 2003). Alguns problemas em relação ao indicador foram levantados, tais como a dificuldade de comparação entre PIBs dos diferentes países que compõem o globo, além de dificuldade de mensuração da renda em espaços rurais, valorização dos bens de troca em detrimento dos bens de uso (o que acaba desconsiderando a realidade de consumo de populações carentes), etc. (Siedenberg, 2003).

O PIB foi por muito tempo um indicador de desenvolvimento, pois era disponível na maioria dos países, uma variável de fácil entendimento, e ao relacionar a questão populacional e o crescimento econômico se reconhecia como uma medida viável na averiguação do desenvolvimento (Oliveira, 2013).

Apesar das críticas, o PIB não perdeu completamente sua importância como indicador de desenvolvimento, ainda é fundamental para a estratégia de tomada de decisão e para a criação de políticas e compreensão do direcionamento econômico que o país, estados ou municípios vem tomando, todavia não deve ser considerado isoladamente, é importante que se considere as dimensões sociais que compreendem a qualidade de vida. Se antes era o avaliador primário do desenvolvimento em um país, hoje passou a fazer parte de outros indicadores, como o IDHM e o IDESE.

4.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nasce em 1990 a partir dos estudos dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, objetivando ser uma métrica para além da renda, tendo como alvo as pessoas, o indicador pretende medir a qualidade de vida de uma população (Hellmann; Schabbach, 2016). O IDH surge pela necessidade de superar as limitações dos chamados indicadores de primeira geração, que foram o PIB e PIB *per capita*. Indicadores naquela época estavam voltados para "[...] as quantificações de natureza econômica, com destaque para os sistemas de contas nacionais e a mensuração dos agregados macroeconômicos." (Guimarães, Jannuzzi, 2004, p. 3)

A noção de desenvolvimento humano que embasa o IDH corresponde ao bem estar dos cidadãos, compreendendo o grau de acesso e utilização de produtos e serviços que são gerados numa economia. Dessa forma, o indicador passa a medir o desenvolvimento pelo acesso universal à saúde, educação, moradia e outros (Amaral, 2009). Conforme Amaral (2009), o desenvolvimento humano permite um equilíbrio sustentável entre o crescimento econômico e o acesso a serviços básicos de atendimento às necessidades da população.

O IDH é constituído por três dimensões de análise, são elas: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Até 2009, desde sua utilização inicial em 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para cálculo do desenvolvimento humano nos países, o IDH tinha como base de cálculo a média aritmética dos três itens ponderados. Em 2010, o indicador sofreu uma mudança em sua base de cálculo, e até o presente momento é calculado a partir da média geométrica dos três índices ponderados (Hellmann; Schabbach, 2016).

Algumas das limitações do IDH podem ser encontradas na metodologia de cálculo que sobrevaloriza alguns aspectos em detrimento de outros ao serem analisados conjuntamente. O superdimensionamento do índice acaba negligenciando que é a medida operacional de um conceito. Segundo Guimarães e Januzzi (2004, p.5), com o índice “Efetua-se, dessa forma, a substituição do todo — o desenvolvimento humano considerado em suas múltiplas e complexas dimensões — pela parte — restrita às três dimensões contempladas pelo IDH.”

Outro impasse é a análise das políticas públicas por meio do indicador, principalmente na análise da qualidade e dos resultados das políticas implementadas. Dessa forma, como o índice é calculado através em médias, resultam na ocultação das disparidades existentes no interior dos territórios (Guimarães; Jannuzzi, 2004).

Para Bonnal (2013, p. 46), “[...] o IDH é muito útil para comparar as situações dos municípios que compõem os territórios rurais, facilitando a rápida identificação daqueles com situação social precária.” Segundo Pinto *et al* (2018), os dados de IDHM desagregados as populações urbanas e rurais apresentam maior desigualdade entre os grupos analisados. Quando se considera as regiões rurais, para os autores, em média, possuem menor IDHM no Brasil.

O IDHM rural da educação, quando se trata de Brasil, está baixo em todas as regiões, dada a ausência de escolas rurais, “[...] resultando em baixa (em alguns casos, nenhuma) capacidade dessa população obter renda e trabalho.” (Pinto *et al*, 2018, p. 104). Assim, o indicador educacional do IDH é o que parece acumular maior número de críticas (Schrader, 2002).

A saúde pública, para além da educação, é uma das variáveis que mais impactam nas condições de vida da população. Para Silva *et al* (2015, p. 80), “[...] a melhoria da saúde pública na América Latina depende da ampliação do acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário.” Essa estratégia de direcionamento de políticas públicas, segundo Silva *et al* (2015), gerou nos países que direcionaram recursos para a saúde, as melhores médias dos índices de crescimento.

4.1.3 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um indicador criado pela, hoje extinta, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) em 2003, tendo como inspiração o IDH. É um indicador de desenvolvimento humano que pretende avaliar o grau de desenvolvimento local dos municípios e regiões que compõem o estado. De acordo com Wesendonck e Siedenberg (2011), o IDESE tem por funcionalidade a medição do desenvolvimento regional para criação de políticas públicas locais.

O IDESE é um índice multidimensional que se desenhou como uma estratégia do estado do Rio Grande do Sul para progredir no desenvolvimento humano, utilizando estratégias de curto, médio e longo prazos. Dessa forma, o IDESE visa mensurar a evolução do desenvolvimento nos municípios do estado (Oliveira, 2013).

O indicador é formado por três eixos: educação, renda e saúde. São variáveis semelhantes às analisadas pelo IDH, mas que se diferem na incorporação de dados específicos acerca da mortalidade infantil, acesso a acompanhamento de saúde no pré-natal, e mortes

evitáveis ou sem causa de óbito definido. No bloco renda, há a subdivisão entre renda gerada e apropriada média. São diferenciações importantes que visam captar dimensões de análise pontuais no Rio Grande do Sul (FEE, 2020).

O cálculo do IDESE é feito por meio de pesos já estabelecidos, cada variável do eixo possui um peso específico, por exemplo, a taxa de reprovação no ensino fundamental tem peso 0,050, já a apropriação de renda – Valor Acrescentado Bruto utilizando o Plano Oficial de Contas (VABpc) do comércio, alojamento e alimentação possui peso 0,125. De acordo com o peso final do índice de determinado município, esse pode ser classificado como tendo um baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais que 0,800) (Wesendonck; Siedenberg, 2011).

Quando comparamos o IDESE com o IDHM, para Wesendonck e Siedenberg (2011), torna-se possível vermos algumas diferenças no desenvolvimento humano dos municípios. Para os autores, essas diferenças são ocasionadas principalmente pelas variáveis e parâmetros de análise distintos que são alocados no IDESE. O IDESE é um indicador criado pela FEE para avaliar as condições de vida, e de desenvolvimento econômico-social dos municípios do Rio Grande do Sul a fim de alocar os recursos públicos de uma maneira mais eficaz, segundo os parâmetros de desenvolvimento encontrados nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) (Oliveira, 2013). O decreto nº 42.293 de 10 de Junho de 2003 determinou que a metodologia de distribuição dos recursos fosse revisada a cada dois anos.

Como vimos até o momento, os indicadores sociais podem ser uma ferramenta eficiente para acompanharmos transformações num período histórico, assim como, avaliar aspectos fundamentais do que se entende como qualidade de vida. Contudo, os indicadores podem mascarar desigualdades e características que são constituintes de determinada população. Tendo em vista isso, a utilização de indicadores deve ser realizada observando as peculiaridades de cada região, dessa forma não se tem o risco de compreender equivocadamente as regiões geográficas como entes monolíticos homogêneos e que não possuem interação entre regiões (Ramos; Paiva, 2005).

Outro ponto que merece atenção quando se trata de indicadores sociais é a análise de determinados grupos sociais formulando, para isso, critérios de análise díspares. Um estudo que seja conduzido dessa forma, segundo Marcuzzo e Ramos (2003), ocasiona diferenças significativas na análise do comportamento de indicadores sociais e econômicos.

Pretendendo compreender as dimensões que envolvem a qualidade de vida das populações rurais do Rio Grande do Sul, concebemos o Índice de Acesso, um índice que possui critérios de análise que se diferenciam dos indicadores que estudamos até o momento.

Em seguida apresentamos as variáveis consideradas para a elaboração do índice, a origem desses dados secundários, além da explicarmos qual foi a base de cálculo do índice.

4.1.4 Acesso a Serviços de Saúde e Educação no Rio Grande do Sul: Municípios com População Rural Extensa

Nessa pesquisa, acesso e qualidade de vida são conceitos que se aproximam na análise do desenvolvimento de territórios rurais. Travassos e Martins (2004) percebem a acessibilidade como um dos aspectos mais relevantes na oferta de serviços de saúde à população. Para os autores, a “Acessibilidade não se restringe apenas ao uso ou não de serviços de saúde, mas inclui a adequação dos profissionais e dos recursos tecnológicos utilizados às necessidades de saúde dos pacientes.” (Travassos; Martins, 2004, p. 191). Entretanto, nessa equação é possível adicionarmos a questão do acesso à formação educacional e do o acesso à escola como mais um dos aspectos importantes para responder às necessidades de determinada população.

A busca por serviços de saúde é uma das maiores motivações para as movimentações das pessoas nas áreas urbanas, também corresponde à migração de algumas cidades para outras à procura de atendimento (IBGE, 2018). Compreender a qualidade do acesso a serviços de saúde e educação em municípios classificados como rurais é um dos objetivos da elaboração do Índice de Acesso.

Segundo Silva (2014), a mobilidade espacial não é um fenômeno estritamente de migração, o deslocamento de pessoas pode ocorrer sem necessariamente haver mudança de residência. Essa compreensão é fundamental quando analisamos as dinâmicas de acesso a serviços por parte das populações rurais. Devido à precarização dos serviços de saúde e educação na zona rural, há a necessidade de deslocamentos que se caracterizam por serem diários, semanais e mensais. Ao mencionarmos precarização, nos referimos também à inexistência desses serviços de maneira próxima das populações.

A noção de mobilidade espacial pretende contextualizar os diferentes espaços envolvidos em deslocamentos: núcleos de origem, circulação e chegada, considerando as condições que induzem essa mobilidade (Silva, 2014). A autora aponta ainda para a ideia de que a acessibilidade é parte integrante da mobilidade, sendo assim, esse conceito está diretamente relacionado ao acesso às possibilidades de deslocamento.

Quando falamos das populações rurais, acreditamos que a dimensão do acesso aos serviços básicos de atendimento são dificultados pela distância e pela impossibilidade de capital econômico, que facilitaria o deslocamento. Do ponto de vista geográfico o que se tem é desigualdade de acesso (Levy, 2012), já se sabe que as populações mais carentes e menos escolarizadas possuem menos possibilidades de utilizar os serviços de saúde (Travassos, 2006, *apud* Levy, 2012).

Quando a Constituição Federal coloca que a educação e a saúde são direitos fundamentais, a noção de cidadania se estende até a limitação da zona urbana. Tendo em vista, que as populações rurais possuem um acesso limitado a esses serviços públicos.

O IBGE realiza a discussão de deslocamento pendular, compreendendo-o como a necessidade de deslocamento intermunicipal. As variáveis que o órgão mobiliza para a compreensão do deslocamento entre cidades são distância e tempo do local de residência para escola e trabalho em outra cidade que não a de origem. Isto posto, o IBGE não analisa as condições de acesso no interior das cidades de modo a considerar o movimento rural - urbano e mesmo entre cidades classificadas como predominantemente rurais e urbanas (Pereira; Herrero, 2009).

O indicador de acesso construído para esta dissertação é um indicador objetivo, descritivo e composto. De acordo com Amaral (2009, p. 24), um indicador objetivo corresponde a medidas empíricas da realidade social; indicadores descritivos têm como função a descrição a partir de dados; indicadores compostos já são “[...] elaborados pela aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referentes a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade social.” Para isso, consideramos como variáveis base a população, número de postos de saúde, hospitais e escolas rurais, segmentados em educação primária e educação secundária nos municípios do estado.

Analisar o acesso à serviços em municípios rurais

[...] pode contribuir para compreender a mobilidade para além do mercado de trabalho, da busca por educação e avança sobre como se estrutura o modo de vida dos rurais em meio às transformações no contexto de urbanização das sociedades rurais. (Coutinho; Fiúza, 2019, p. 62).

Em síntese, realizar esse esforço interpretativo é averiguar a qualidade de vida dos municípios. Qualidade esta caracterizada pela capacidade dos cidadãos fazerem escolhas na construção de seus ideais de vida. Sendo assim, é possível mensurá-la mediante o acesso a serviços de saúde, infraestrutura, educação e lazer (Pereira; Teixeira; Motta, 2007). Por conseguinte, quando os habitantes de determinado local migram para outras regiões ou mesmo para a zona urbana dos municípios, pode ser um indicativo das condições de vida de

dado lugar.

Segundo Pereira, Teixeira e Motta (2007, p. 193), a qualidade de vida, a diversidade dos serviços prestados e a renda de um determinado lugar são determinantes para a manifestação do desejo de mobilidade espacial dos moradores. Essa perspectiva é aplicável ao meio rural: quando as pessoas não conseguem fazer escolhas acerca de suas vidas e o acesso a serviços básicos é restrito, a qualidade de vida passa a ser apenas conceito, perdendo a dimensão prática.

Quando tratamos de acesso no meio rural estamos falando de vulnerabilidade social. Segundo Amaral (2009, p. 20) a vulnerabilidade é a incapacidade de acessar a determinados serviços básicos, “[...] a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio de aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem estar ou impedir sua deterioração.” À vista disso, consideramos que compreender o acesso a serviços de saúde e educação das populações rurais é se aproximar de uma estimativa da vulnerabilidade social que podemos encontrar nas zonas rurais dos municípios do Rio Grande do Sul.

De acordo com a Lei n. 10.172 de janeiro de 2001, o número médio de estudantes matriculados no setor público por professor é superior ao setor privado: nas escolas públicas municipais temos uma média de 21 alunos por professor e nas escolas públicas estaduais esse índice chega a 23,4 estudantes por professor. No caso das escolas privadas, a média de estudantes é de 14 por professor (Brasil, 2001).

Os dados apontam para a dificuldade de se trabalhar adequadamente com todos os estudantes quando as salas de aulas estão superlotadas. Essa realidade é semelhante em todas as regiões do Brasil e, com o tempo, vem sendo expandida na medida que escolas rurais são fechadas a fim de diminuir o gasto público. Se a administração pública se preocupa com a diminuição do gasto público, para Pizzolato *et al* (2004), as comunidades rurais se importam com a qualidade e atendimento dos serviços.

No caso de acesso à educação, com a inexistência de escolas rurais, mesmo que seja garantido aos estudantes da área rural o direito a transporte escolar até outro local onde haja escolas, esses estudantes estarão expostos a um desgaste maior e riscos que poderiam ser coibidos caso houvesse a manutenção das vagas próximos às suas residências (Moreira, 2017). Moreira (2017) menciona que o fechamento de escolas sem a aprovação do Conselho Municipal de Educação e sem a participação da comunidade escolar nesse processo decisório vai na contramão de uma gestão democrática, se caracterizando como um retrocesso frente às legislações mais recentes da educação brasileira.

Segundo dados do Censo Escolar de 2018, as escolas municipais (19,5%) no Brasil localizadas na zona rural são as que apresentam maior proporção de matrículas, o mesmo caso acontece nas escolas estaduais (5,2%) (Brasil, 2019). Considerando essas informações, a justificativa para o fechamento de escolas rurais não parece ser a escassez de alunos. Pelo contrário, vemos que há uma demanda significativa, entretanto alguns municípios apresentam a política de fechamento como uma estratégia para a redução de gastos na educação.

O planejamento das cidades deve seguir ao atendimento às populações urbanas e rurais, para Goudard, Oliveira e Gerente (2015, p. 31), ao se planejar a rede urbana dos municípios é importante “[...] identificar locais adequados para a implantação de equipamentos urbanos comunitários visando atender a população com a racionalização de recursos públicos.” Ousamos dizer que esse processo de planejamento da alocação dos serviços e recursos públicos deve ser implantado também na zona rural das cidades. Os autores mencionam que os critérios para esse tipo de planejamento precisam considerar a rede viária, as demandas, ofertas, as distâncias de deslocamento da demanda à oferta, renda e setores censitários (Goudard; Oliveira; Gerente, 2015).

A educação rural não é, no Brasil, a única a ser esquecida e/ou parcialmente atendida quando se compara com as redes de saúde urbanas. Assim como a educação, para o atendimento à saúde é dada autonomia aos municípios para gerirem e organizarem de uma maneira adequada a destinação de recursos e desenvolvimento de políticas de saúde. Há orientações gerais vindas da União, entretanto são os municípios que detêm a autonomia para a gestão. Contudo, como nosso foco são as áreas rurais, em inúmeros casos, sequer é considerado no planejamento dos municípios em nosso país.

No caso da saúde, o ministério responsável determina que cada Unidade Básica de Saúde atende até cinco Estratégias Saúde da Família (ESF) “[...] devido às dificuldades de organização de agenda e dos fluxos operacionais que garantem as mudanças de práticas de saúde, necessárias ao modelo de atenção proposto pela estratégia Saúde da Família” (Brasil, 2008, p. 15). Como o próprio documento explicita, essas são recomendações, não significa que a gestão das unidades siga esses critérios.

As UBS têm a obrigação de atender à população 40 horas semanais e cinco dias na semana. Os ESFs equipes que compõem as unidades básicas, podem ser transitórias, a definir caso a caso. De acordo com Brasil (2017), nos casos em que a população está distante da UBS de referência “[...] as eSFR adotarão circuito de deslocamento que garanta o atendimento a todas as comunidades assistidas, ao menos a cada 60 (sessenta) dias, para assegurar a execução das ações de Atenção Básica.”

A portaria n. 2.488 de 2011 menciona que uma das diretrizes da fundação das unidades básicas de atendimento de saúde é

[...] A proximidade e a capacidade de acolhimento, vinculação, responsabilização e resolutividade são fundamentais para a efetivação da atenção básica como contato e porta de entrada preferencial da rede de atenção (Brasil, 2011).

Dessa forma, no caso das populações rurais que possuem dificuldade de acessar a UBSs referência que se localiza geralmente em zonas urbanas, a população fica parcialmente assistida devido a essa forma de organização dos serviços de saúde.

De acordo com a portaria n. 2.436 de 2017, a estrutura das UBSs deve estar adequada às necessidades da população e às suas especificidades, bem como apresentar condições adequadas às condições de trabalho dos profissionais da área. Os parâmetros da estrutura de uma UBS precisam considerar a densidade demográfica e o perfil da população, dentre outras características tendo em vista os serviços de saúde que serão realizados (Brasil, 2017).

Como mencionado anteriormente, a gestão e decisão da organização dos serviços de saúde é descentralizado, tem as normas básicas, mas pode variar de acordo com cada situação e cada município. Objetivando garantir a coordenação e ampliando o acesso à população, o Ministério da Saúde recomenda a) que cada ESF atenda de 2000 à 3.500 pessoas; b) em municípios com menos de 2.000 habitantes apenas um ESF é responsável por toda a população. A qualidade do cuidado e a ampliação do acesso, são alguns dos princípios dessa nova portaria, tais implementações pretendem garantir a autonomia dos municípios para seguir a recomendação ou estipular outros critérios que sigam esses princípios.

Analisar o acesso e a disponibilidade dos serviços de educação e saúde à população rural demonstrou ser uma tarefa complexa. A realidade rural possui suas especificidades e agir de modo a propiciar que melhores indicadores de educação e saúde no mundo rural sejam realidade, deve ser encarado como um objetivo social. No próximo tópico, visualizamos o processo de criação do Índice de Acesso e explicamos os dados que utilizamos considerando nossos objetivos de pesquisa.

4.1.4.1 Base de cálculo do Índice de Acesso

O índice que elaboramos e analisamos é constituído por dois blocos: a) Bloco Saúde corresponde ao subíndice do acesso aos serviços de saúde pela população rural, aos postos de

saúde rurais e hospitais de atendimento público; e, b) Bloco Educação, que como o próprio nome já diz, se refere ao acesso à educação básica.

O Bloco Saúde é constituído pelas variáveis numéricas: número de postos de saúde¹¹ na zona rural e número de hospitais¹² que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade. A variável “hospitais” tem uma fórmula de estimação diferente das demais variáveis. O cálculo dessa variável é formado pela soma do número de hospitais dividido por população total. Se não há hospital temos 0, se há um hospital para menos de 1000 habitantes temos o valor de 1, se há um hospital para mais de 1000 habitantes temos 0,75, se há um hospital para mais de 2000 habitantes temos 0,5, se há um hospital para mais de 5000 habitantes temos 0,25.

Utilizamos esse tamanho populacional seguindo a portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que versa sobre as condições de estabelecimentos de saúde adequados e o número médio de população que deveria abranger. Segue a representação da equação:

$$= (H=0;0; (PopT/H < 1000; 1; (PopT/H < 2000; 0,75; (PopT/H < 5000; 0,5; 0,25)$$

Em que “H” corresponde ao número total de Hospitais na cidade, e “PopT” se refere a população total do município.

O subíndice do número de postos de saúde rurais varia de acordo com a população rural. Os critérios estabelecidos se dão a partir da mesma premissa da variável Hospitais. Assim, se não há postos de saúde rural temos 0, se há um posto de saúde rural para menos de 1000 habitantes temos o valor de 1, se há um posto de saúde rural para mais de 1000 habitantes temos 0,75, se há um posto de saúde rural para mais de 2000 hab temos 0,5, se há um posto de saúde rural para mais de 5000 habitantes temos 0,25. Segue a representação da equação:

$$=(PostNúm =0;0; (PopR/PostNúm < 1000; 1; (PopR/PostNúm < 5000; 0,75; (PopR/PostNúm < 10000; 0,5; 0,25)$$

Em que “PostNúm” corresponde ao número total de Postos de Saúde no meio rural, e “PopR” se refere a população rural do município.

¹¹ São considerados estabelecimentos de saúde: Postos de saúde, Unidade Básica, ESF, Pronto Atendimento e Centro de Apoio à Saúde da Família.

¹²Hospitais foram considerados os estabelecimentos com as seguintes nomenclaturas: Hospitais, Policlínicas, Ambulatório e Centro de Especialidade. O critério geral era se atendiam pelo SUS.

O Bloco Saúde é formado pela soma das variáveis Hospitais e Número de Postos de Saúde. Sendo que a variável Hospitais vale 0,1 e o número de postos de saúde vale 0,9. Segue a representação da equação:

$$= ((H*0,1)+(PostNúm*0,9))$$

Em que “PostNúm” corresponde ao número total de Postos de Saúde no meio rural, e “H” se refere ao número de hospitais no município.

O Bloco Educação¹³ é constituído por duas variáveis, o número de escolas municipais de Ensino Fundamental, o número de escolas estaduais de Ensino Médio e o número de escolas militares, federais entre outras que oferecem o Ensino Médio. Todas as variáveis se referem às escolas localizadas na zona rural, e a maneira que os índices são calculados são diferentes de acordo com o tipo de ensino ofertado.

Assim como no Bloco Saúde, as variáveis do Bloco Educação são segmentadas em Educação Rural Primária, que se refere ao número de escolas rurais que ofertam Ensino Fundamental e Educação Rural Secundária, formada pela soma de escolas estaduais que ofertam Ensino Médio e escolas militares, federais, rurais que ofertam Ensino Médio, etc.

Convencionamos utilizar os mesmos cortes populacionais em relação a população rural, pois não encontramos na literatura nenhuma proposta que procure entender a quantidade de estabelecimentos de educação ideal segundo a população rural. O que se discute é a importância de valorização das escolas rurais (Pizzolato *et al*, 2004), o fechamento de escolas na zona rural (Moreira, 2017) e a autonomia dada aos municípios para estabelecer os critérios de abertura e/ou fechamento de escolas (Pizzolato *et al*, 2004). Nesse sentido, escolhemos a mesma métrica do acesso a serviços de saúde.

O subíndice Educação Rural Primária varia de acordo com a população rural. Se não há Escola Rural Primária temos 0, se há uma Escola Rural Primária para menos de 1000 habitantes temos o valor de 1, se há uma Escola Rural Primária para mais de 1000 habitantes temos 0,75, se há uma Escola Rural Primária para mais de 2000 habitantes temos 0,5, se há uma Escola Rural Primária para mais de 5000 habitantes temos 0,25. Segue a representação da equação:

¹³Foram consideradas apenas escolas públicas, sejam elas municipais, estaduais, militares ou federais que atendem o Ensino Básico. Educação Superior não é considerada.

$$= (EscMun=0;0; (PopR/EscMun < 1000; 1; (PopR/EscMun < 2000; 0,75; (PopR/EscMun < 5000; 0,5; 0,25)$$

Em que “EscMun” corresponde ao número total de escolas municipais no meio rural, e “PopR” se refere a população rural.

O subíndice Educação Rural Secundária varia de acordo com a população rural. Se não há Escola Rural Secundária temos 0, se há uma Escola Rural Secundária para menos de 1000 habitantes temos o valor de 1, se há uma Escola Rural Secundária para mais de 1000 habitantes temos 0,75, se há uma Escola Rural Secundária para mais de 2000 habitantes temos 0,5, se há uma Escola Rural Secundária para mais de 5000 habitantes temos 0,25. Segue a representação da equação:

$$= (EscEst+EscFed =0;0; (PopR/(EscEst+EscFed) < 1000; 1; (PopR/(EscEst+EscFed) < 2000; 0,75; (PopR/(EscEst+EscFed) < 5000; 0,5; 0,25)$$

Em que “EscEst” corresponde ao número total de escolas estaduais no meio rural, “EscFed” significa o número total de escolas federais e/ou militares rurais, e “PopR” se refere a população rural.

Na equação final do Bloco Educação o subíndice Escola Rural Primária é multiplicada por 0,4, e a equação final do subíndice Escola Rural Secundária é multiplicada por 0,6. Para a formação do índice do Bloco Educação soma-se os valores Escola Rural Primária e Escola Rural Secundária. O subíndice Escola Rural Primária foi elaborado com um valor percentual menor na formação do Bloco Educação porque é convencionalizado que nas zonas rurais do país há menor número de escolas que ofertam Ensino Médio (Guimarães, 2008). Para valorizar os municípios que ofertam o Ensino Secundário na zona rural foi convencionalizado dessa forma. Na equação, “EduRPrit” corresponde ao número total de escolas primárias no meio rural, “EduRSec” significa o número total de escolas secundárias rurais. Segue a representação:

$$= ((EduRPri)*0,4) + ((EduRSec)*0,6)$$

Por fim, o Índice de Acesso é a soma do Bloco Saúde (BS) com o Bloco Educação (BE), tomando cada bloco com igual peso.

$$=(BS*(0,5))+(BE*(0,5))$$

O InAcesso é um índice inédito que acreditamos não estar totalmente pronto. Algumas adaptações merecem ser realizadas para que seja possível contemplar especificidades da população rural. O intervalo de variação do índice é de 0 a 1 tal como o IDHM e IDESE sendo que, quanto mais o índice se aproxima de 1 é caracterizado por apresentar melhores condições de acesso por parte da população aos serviços de saúde e educação. Assim, quando temos um índice de 0 ou próximo a 0, a população rural daquele município está em piores condições de acesso.

No capítulo seguinte veremos a análise do Índice de Acesso considerando as tipologias de classificação dos municípios, dessa forma, pretendemos compreender como se comporta em municípios rurais e urbanos.

5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Ao se elaborar uma tipologia de classificação, inevitavelmente espera-se poder generalizar, contudo, por questões evidentes, algumas dimensões da realidade são desconsideradas. Essa especificidade não cabe apenas na elaboração de tipologias, como as do IBGE e de Mallmann, como também, na criação de indicadores de desenvolvimento. A função dos indicadores sociais é agrupar, compreender processos sociais amplos a partir de informações selecionadas, e uma de suas limitações é essa. Na mesma medida que essa capacidade está sujeita a facilitar a análise de uma população extensa, os indicadores podem causar distorções da realidade. Limitações existem, e reconhecê-las é necessário para que haja a produção de conhecimento científico.

No decorrer da pesquisa, evidenciamos as limitações da tipologia de classificação dos municípios elaborada pelo IBGE, que teve ajustes a partir do ano de 2017, mas ainda assim, há questões que merecem atenção. Entre essas questões podemos destacar as características regionais e ocupacionais dos territórios classificados. Atualmente, o órgão categoriza os municípios seguindo três modelos: municípios predominantemente rurais, municípios intermediários e municípios predominantemente urbanos. Dessa forma, na definição de cada município, são consideradas as faixas de população extensa, e as faixas de grau de urbanização que o órgão estipula no documento de 2017. Dito isso, utilizamos essa tipologia

para compreendermos o desenvolvimento no espaço rural e urbano com base na categorização mencionada acima.

Como tipologia alternativa para análise do desenvolvimento em municípios urbanos e rurais temos a tipologia apresentada por Mallmann, a qual acreditamos possuir uma classificação menos generalista dos municípios no estado. A autora associa noções de classificação elaboradas por José Eli da Veiga e amplia as problematizações trazidas por Blume. Nessa ampliação, em quatro categorias classificatórias, Mallmann incluiu a rede urbana identificada pela pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dessa forma, foi elaborada uma tipologia que classifica os municípios do Rio Grande do Sul em: essencialmente rurais, relativamente rurais, relativamente urbanos e essencialmente urbanos. A título de simplificação durante a análise dos dados, utilizamos a notação “rurais” para municípios classificados pela autora como “essencialmente rurais” e “urbanos” para municípios classificados como “essencialmente urbanos”.

A autora considera, tal como o IBGE, a população e a densidade, apesar disso determina outros parâmetros e dissocia os municípios. Acreditamos que essa estratégia torna a tipologia de classificação menos generalista, o que em tese facilitaria a efetiva compreensão das especificidades dos municípios menores, principalmente, em nosso estado. Assim, quando analisamos os indicadores de desenvolvimento consideramos a tipologia oficial e a alternativa, averiguando qual é o comportamento dos dados a partir de diferentes classificações.

Dessa forma, como dispositivos de verificação do desenvolvimento em municípios rurais e urbanos no Rio Grande do Sul, elegemos três indicadores e criamos o Índice de Acesso. O PIB (Produto Interno Bruto) é analisado nos anos de 2010 e 2017. Essa escolha foi realizada pois esse indicador, pode influenciar no comportamento dos outros indicadores que analisamos, o IDESE e o IDHM. O InAcesso, elaborado nesta pesquisa, é também aplicado, pretendendo compreender o desenvolvimento nas zonas rurais dos municípios do estado.

O IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é examinado apenas no ano de 2019 e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) 2010¹⁴. Para isso, são realizados testes estatísticos e análises associativas entre esses indicadores. Entretanto, ao termos ciência das limitações do estudo desses indicadores compostos, e pretendendo evitar

¹⁴ Em junho de 2023 foram divulgados os resultados atuais do censo brasileiro, dentre os indicadores que são avaliados no censo está o IDH dos municípios. Todavia, as análises estatísticas e a pesquisa considerando os dados de 2010 já estavam em processo de finalização, tendo vista isso, não utilizamos os dados mais recentes. Entretanto, como desenvolvemos uma pesquisa de caráter explicativa, acreditamos que esses fatores não prejudicam a validade e a confiabilidade da mesma.

possíveis vieses de análise ao estudarmos os indicadores em sua forma inteira, terminamos por desagregá-los. Realizamos o estudo considerando as variáveis que os compõem e suas formas inteiras.

No Rio Grande do Sul temos muitos municípios rurais para ambas tipologias de classificação, objetivando entender a situação das populações rurais do estado, criamos um índice que averigua o acesso a serviços de saúde e educação básica dessa população. O InAcesso foi elaborado por nós, a partir de dados da FEE de 2019, CNE de 2021 e Censo Escolar de 2021. O índice está em sua versão inicial e provavelmente será necessário aprimoramento antes de sua replicação, contudo, estudamo-lo por meio de testes estatísticos, chegando a resultados interessantes e promissores.

A análise dos indicadores foi realizada quantitativamente através do software SPSS. Nos casos possíveis, utilizamos como estratégias de análise a distribuição de frequência, análises de correlação, o cálculo da diferença de média para diferentes amostras a partir do teste T, teste não paramétrico Kruskal Wallis para variáveis sem distribuição normal, análises de variância e de regressão linear.

6 ANÁLISE COMPARADA DO DESENVOLVIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL: CRITÉRIO DE MALLMANN X CRITÉRIO IBGE

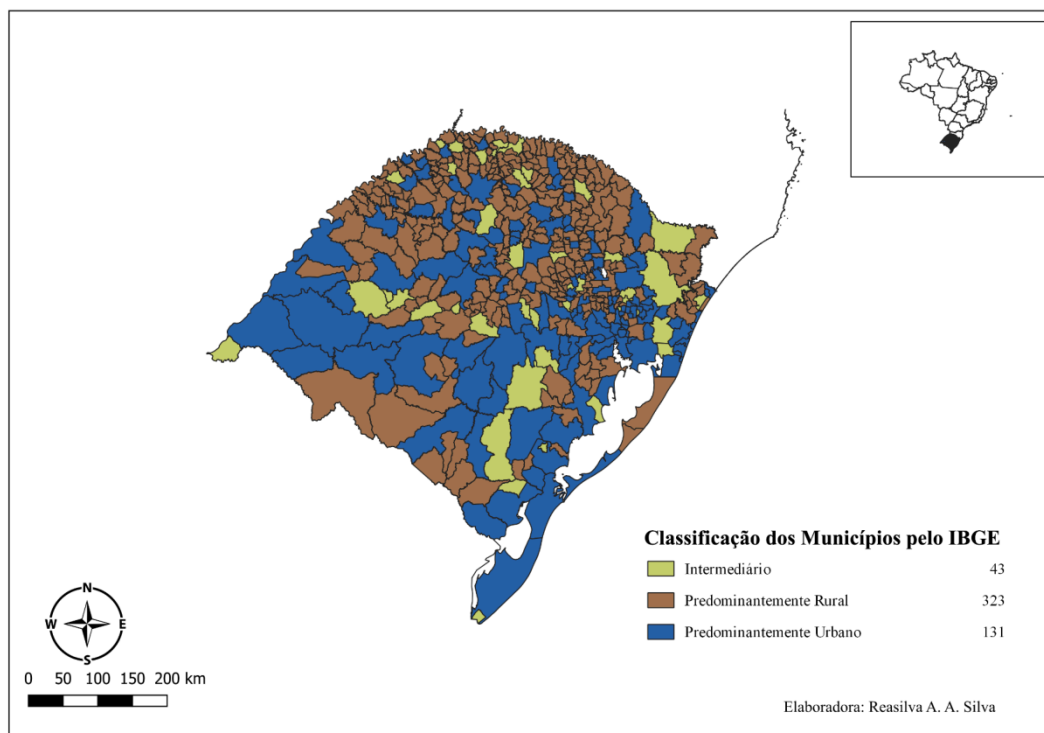
As tipologias estudadas possuem diferenciações, quando aplicamos ambas utilizando como população os municípios do Rio Grande do Sul encontramos outras diferenças. O Rio Grande do Sul possui 497 municípios, correspondendo ao estado com mais municípios do sul do país. Além disso, dada a pequena extensão de terra da maioria dos municípios e sua concentração em determinada área do estado, podemos dizer que é um estado com particularidades.

A tipologia do IBGE, conforme já dito, apresenta três possibilidades de classificação dos municípios, como vimos em outro momento, essa técnica se baseia em critérios populacionais e de densidade demográfica. Para o órgão, os municípios podem ser predominantemente rurais, intermediários ou predominantemente urbanos.

Ao aplicar a classificação dos municípios elaborada pelo IBGE (Figura 1), temos 323 municípios predominantemente rurais, 65% dos municípios do Rio Grande do Sul. Do total de

municípios, apenas 26% (131 municípios) dos municípios gaúchos são classificados como predominantemente urbanos.

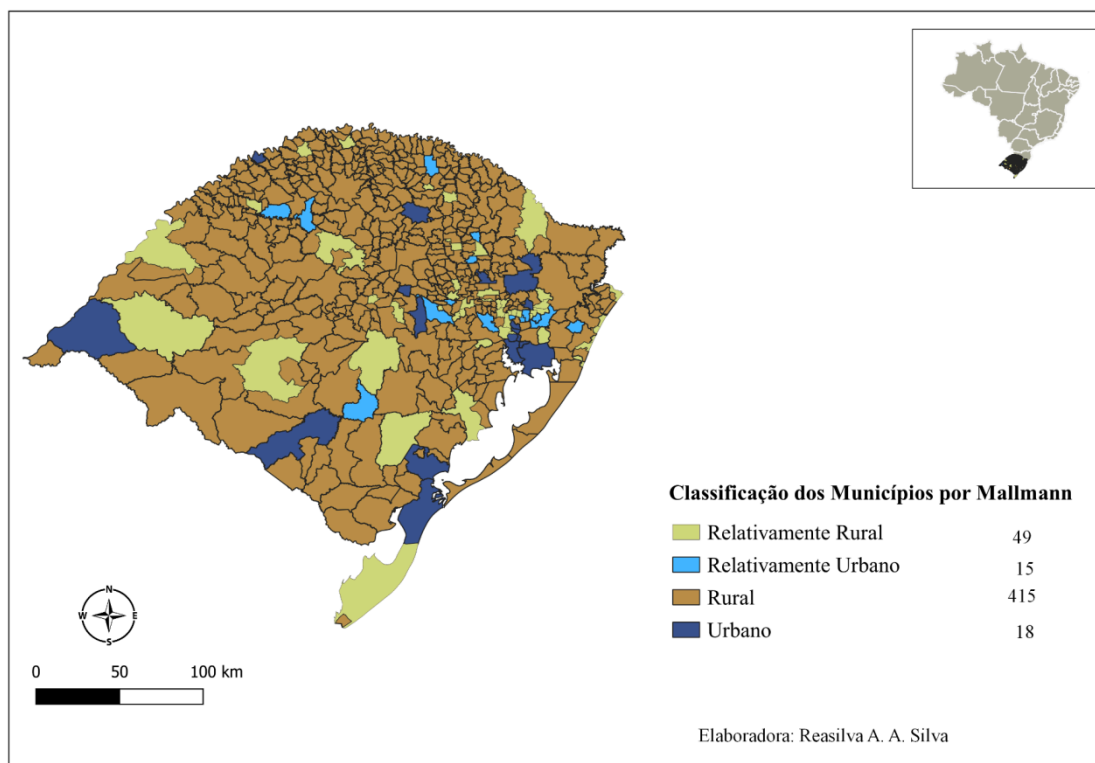
Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul seguindo a classificação dos municípios pelo IBGE



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010; 2017).

A tipologia de Mallmann (2011) apresenta quatro espectros para classificação dos municípios. Tendo como alvo municípios do Rio Grande do Sul e regiões do estado na elaboração da proposta, acreditamos que seja uma tipologia capaz de dar conta da dinâmica dos municípios gaúchos. A autora classifica os municípios em rurais, relativamente rurais, urbanos e relativamente urbanos. A seguir podemos visualizar a aplicação dessa classificação no mapa do estado (Figura 2).

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul seguindo a classificação dos municípios por Mallmann



Fonte: Elaboração própria a partir de Mallmann (2011).

A tipologia de Mallmann (2011), aponta para o fato de que 83,5% dos municípios do Rio Grande do Sul são rurais, enquanto apenas 3,6% dos municípios são classificados como urbanos. Aproximadamente 10% seriam municípios relativamente rurais e 3% dos municípios gaúchos eram municípios relativamente urbanos.

Por meio da aplicação de ambas as tipologias percebemos diferenças cruciais na definição de rural, bem como a compreensão da abrangência do mundo rural e urbano no Rio Grande do Sul. Com a tipologia do IBGE é possível localizarmos geograficamente os municípios classificados como predominantemente rurais no estado, estão localizados nas regiões norte e serra, enquanto os municípios predominantemente urbanos estariam mais distribuídos no mapa. Outra questão que merece destaque é a quantidade considerável de municípios compreendidos como predominantemente urbanos, obviamente em menor número que os rurais, mas ainda assim, em comparação com a outra tipologia, um número expressivo.

Com a tipologia de Mallmann (2011) é impossível eleger uma única região como a que mais abriga municípios rurais, a distribuição é igualitária no estado. Por outro lado, há poucos municípios urbanos que estão distribuídos na extensão do mapa. Afora os números

absolutos de municípios classificados como rurais no estado que são extremamente diferentes entre a tipologia do IBGE e de Mallmann. Apesar disso, ambas tipologias chegam à mesma conclusão: mais da metade dos municípios do Rio Grande do Sul são rurais.

Ao apresentarmos critérios diferentes de classificação dos municípios no estado, pretendemos contrastar o que se encontra em termos de desenvolvimento rural e urbano ao compararmos uma tipologia é oficial e a outra alternativa. Por isso, nos próximos tópicos serão apresentados resultados das análises dos indicadores de desenvolvimento a partir desses dois métodos de classificação, um que “ruraliza” o Rio Grande do Sul e o que apresenta o estado com maior grau de urbanização.

6.1 O COMPORTAMENTO DO PIB ANTE AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO IBGE E DE MALLMAN

O PIB do Rio Grande do Sul foi observado em dois momentos distintos, em 2010 e em 2017¹⁵. Como sabemos, é um indicador que faz parte indiretamente dos outros indicadores de desenvolvimento que estudaremos, por conta disso são escolhidos esses intervalos em anos.

Destacamos que a utilização do PIB se faz necessária para a análise do desenvolvimento de territórios, todavia seu uso isolado não é suficiente para compreender a multiplicidade das necessidades e bem estar das populações. Acreditamos que, caso seja examinado apartado de indicadores que averiguam o acesso à serviços básicos à população, tais como saúde, educação, lazer, etc., não é uma medida confiável de desenvolvimento. Por isso, para análise do desenvolvimento em espaços rurais e urbanos trazemos os demais indicadores sintéticos.

Nos períodos de 2010 e 2017 que o PIB é analisado, procuramos compreender o comportamento do indicador diante das tipologias de classificação dos municípios (IBGE e Mallmann), através da: a) análise comparativa dos dez municípios com menor e maior PIB *per capita*; b) análise estatística da diferença do PIB calculada por meio do teste não paramétrico Kruskal Wallis¹⁶; c) análise comparativa das médias do PIB *per capita*

¹⁵Em uma análise focada no ano de 2017, examinamos o Produto Interno Bruto (PIB) com o propósito de discernir sua influência sobre o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), publicado em 2019. Esta abordagem nos permitiu uma compreensão mais aprofundada das potenciais repercussões desse indicador no IDESE.

¹⁶ Foi utilizado o teste Kruskal Wallis porque o PIB *per capita* não possui distribuição normal, portanto as diferenças são analisadas por meio desse teste.

considerando as tipologias; d) análise comparativa da diferença das medianas por tipologia; e) análise comparativa das médias do PIB *per capita* utilizando como parâmetro o PIB *per capita* do estado, e por fim, f) análise de correlação bivariada, para verificar a associação dos diferentes setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) no PIB; g) análise das médias da participação do valor adicionado bruto dos setores da economia no PIB.

6.1.1 Os dez municípios com menores PIB *per capita* e maiores PIB *per capita*

Os dez municípios com menor PIB *per capita* de 2010 (Tabela 2), não apontam grandes diferenciações. O que atrai nossa atenção é o município São José do Norte, classificado pelo IBGE como predominantemente urbano e na tipologia de Mallmann classificado como rural ao apresentar o nono menor PIB *per capita* do estado. Outra diferença na classificação torna-se visível na análise do município com menor PIB *per capita*: Caraá. Caraá é classificado pelo IBGE como predominantemente urbano e por Mallmann como relativamente urbano. Nos municípios com menor PIB temos uma média de R\$7.411,42 de PIB *per capita*. Observamos que, tanto na tipologia do IBGE quanto de Mallmann, as classificações dos municípios com PIBs inferiores se assemelham, essa relação muda quando comparamos os municípios com maiores PIBs do estado.

Tabela 2 - Os dez municípios do RS com menores PIB *per capita* (2010) e maiores PIB *per capita* (2010)

Dez municípios com menor PIB <i>per capita</i> (2010)				Dez municípios com maior PIB <i>per capita</i> (2010)				
	Território	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Class. IBGE	Class. Mallmann	Território	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Class. IBGE	Class. Mallmann
1	Caraá	6.550,23	Pred. Urbano	Relat. urbano	Triunfo	219.694,74	Pred. Urbano	Rural
2	Redentora	6.698,09	Pred. Rural	Rural	Aratiba	166.136,14	Pred. Rural	Rural
3	Alvorada	6.952,51	Pred. Urbano	Urbano	Pinhal da Serra	150.002,08	Pred. Rural	Rural
4	Ametista do Sul	7.102,16	Pred. Rural	Rural	Entre Rios do Sul	100.050,88	Pred. Rural	Rural
5	Benjamin Constant do Sul	7.243,85	Pred. Rural	Rural	Muitos Capões	76.556,19	Pred. Rural	Rural

6	Barra do Guarita	7.366,44	Pred. Rural	Rural	Pinhal Grande	75.738,53	Pred. Rural	Rural
7	Amaral Ferrador	7.966,37	Pred. Rural	Rural	Candiota	75.153,51	Pred. Rural	Rural
8	Dezesseis de Novembro	8.039,35	Pred. Rural	Rural	Horizontina	48.657,28	Pred. Urbano	Rural
9	São José do Norte	8.049,29	Pred. Urbano	Rural	Nova Bassano	48.553,13	Pred. Rural	Rural
10	Viamão	8.146,08	Pred. Urbano	Urbano	Capão Bonito do Sul	47.977,98	Pred. Rural	Rural

Fonte: Elaboração própria com base em FEE (2019).

A Tabela 2 evidencia os dez municípios do Rio Grande do Sul com maiores PIB *per capita* de 2010, nesse campo a média encontrada é de R\$100.852,04, consideravelmente alta em relação à média dos municípios com menor PIB *per capita*. Aqui, verificamos algumas diferenças em relação à classificação do IBGE e de Mallmann: o município com maior PIB *per capita* do Rio Grande do Sul é tipificado como predominantemente urbano pelo órgão oficial. Na tipologia da autora, o mesmo município é visto como rural. Essa diferença na classificação também é percebida no oitavo município com maior PIB *per capita* do estado: Horizontina é classificado como predominantemente urbano pelo IBGE e na tipologia de Mallmann é compreendido como rural.

No caso dos dez municípios com menor PIB *per capita* de 2017 (Tabela 3) não é possível apontarmos distorções consideráveis pelos critérios de classificação. Os dados do PIB *per capita* em relação à média, seja dos dez menores PIB ou dos dez municípios com maiores PIB *per capita* sofreram acréscimos no decorrer de sete anos. Se a média dos dez municípios com menor PIB *per capita* era R\$7.411,42 em 2010, em 2017 (Tabela 3) essa média passou para R\$13.406,35, ao deflacionar ¹⁷ para 2023 esses valores.

Tabela 3 - Os dez municípios do Rio Grande do Sul com menores PIB *per capita* (2017) e maiores PIB *per capita* (2017)

Dez municípios com menor PIB <i>per capita</i> (2017)	Dez municípios com maior PIB <i>per capita</i> (2017)
---	---

¹⁷ Valor deflacionado IGP-M (FGV) da média dos dez menores PIB *per capita* de 2010 com índice de correção no período (2010): 11,32%, o valor corrigido é R\$8.250,61. E a média dos dez menores PIB *per capita* de 2017 deflacionada a IGP-M (FGV), com índice de correção no período (2017) de -0,52 %, fica em valor corrigido R\$13.336,51.

	Território	PIB <i>per capi</i> (em R\$)	Class. IBGE	Class. Mallmann	Território	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Class. IBGE	Class. Mallmann
1	Alvorada	11.964,61	Pred. Urbano	Urbano	Triunfo	309.746,32	Pred. Urbano	Rural
2	Caraá	12.604,18	Pred. Urbano	Relat. urbano	Pinhal da Serra	157.456,31	Pred. Rural	Rural
3	Barra do Guarita	12.629,79	Pred. Rural	Rural	Aratiba	133.271,22	Pred. Rural	Rural
4	Morro Redondo	13.187,48	Pred. Rural	Rural	Muitos Capões	119.794,80	Pred. Rural	Rural
5	Dezesseis de Novembro	13.612,31	Pred. Rural	Rural	Pinhal Grande	108.019,14	Pred. Rural	Rural
6	Viamão	13.616,65	Pred. Urbano	Urbano	Roque Gonzales	106.598,68	Pred. Rural	Rural
7	Benjamin Constant do Sul	13.777,06	Pred. Rural	Rural	Tupandi	100.272,24	Pred. Rural	Rural
8	Ametista do Sul	13.926,74	Pred. Rural	Rural	Capão Bonito do Sul	86.596,25	Pred. Rural	Rural
9	Redentora	14.085,19	Pred. Rural	Rural	Boa Vista do Cadeado	86.167,92	Pred. Rural	Rural
10	Cerro Grande do Sul	14.659,57	Pred. Rural	Rural	André da Rocha	78.188,74	Pred. Rural	Rural

Fonte: Elaboração própria com base em FEE (2019).

De igual forma, em 2010 o município com maior PIB *per capita* do estado em 2017: Triunfo, é compreendido como predominantemente urbano pelo IBGE e para Mallmann é classificado como rural. A média dos dez maiores PIB *per capita* do estado em 2017, é de R\$128.611,16. Ao deflacionar¹⁸ esse valor, para comparar com a média dos dez maiores PIB *per capita* de 2010 divisamos que no decorrer dos anos, o PIB *per capita* foi ampliado.

Entretanto, o que observamos de modo geral é uma tendência de que municípios classificados como rurais possuam os maiores PIB *per capita*, seja em 2010 ou 2017. Basta observarmos as tabelas anteriores com os dez municípios com maior PIB nos dois anos: os

¹⁸ Valor deflacionado IGP-M (FGV) da média dos dez maiores PIB *per capita* de 2010 com índice de correção no período (2010): 11,32%, o valor corrigido é R\$112.271,66. E a média dos dez maiores PIB *per capita* de 2017 deflacionada a IGP-M (FGV), com índice de correção no período (2017) de -0,52 %, fica em valor corrigido R\$127.941,17.

dois primeiros municípios com maior indicador são classificados por Mallmann como rurais. Esse entendimento não vai de encontro à classificação do IBGE, que entende o município de Triunfo como predominantemente urbano, apesar de possuir características que mais se aproxima de uma tipificação rural.

Salvo essa diferenciação, em ambos critérios, quando analisamos os dois municípios com menor PIB *per capita* de 2017, vemos que Alvorada e Caraá são classificados como urbanos ou relativamente urbanos. O que aponta para a ideia de que são municípios urbanos que possuem indicador de desenvolvimento inferior, e não o contrário. Para além disso, essa constatação permite contrapor a ideia de que municípios rurais possuem desenvolvimento inferior, ou estariam numa posição ultrapassada no estágio de desenvolvimento, linguagem habitual ainda no senso comum.

Apesar das diferenças existentes nas classificações, constatamos que oito dos dez municípios com maiores PIB *per capita* em 2010 são classificados por ambas tipologias como rurais. Em relação ao ano de 2017, temos que nove dos dez maiores PIB *per capita* são classificados como predominantemente rurais ou rurais.

A partir dessa análise, compreendemos que a classificação do IBGE, por mais que tenha se adequado, ainda possui uma tendência a urbanizar municípios. A tipologia evidencia que o primeiro colocado de maior PIB *per capita* em 2017 é um município classificado como urbano, mas na tipologia de Mallmann encontramos nessa mesma posição um município rural.

6.1.2 Análise comparativa das diferenças de média do PIB *per capita* considerando as tipologias propostas por Mallmann versus IBGE

Compreendermos como o PIB se comporta nas regiões do Rio Grande do Sul torna-se essencial na análise do desenvolvimento nos municípios rurais e urbanos. Sem dúvidas, é um indicador que apresenta suas limitações, todavia é um termômetro em relação a capacidade produtiva dos municípios do estado.

Ao verificarmos a média do PIB *per capita* dos municípios do Rio Grande do Sul em 2010 temos R\$ 21.232,08¹⁹. Do total, 331 municípios apresentavam PIB *per capita* inferior à média do estado, enquanto que 165 possuíam PIB superior à média estadual. Em contraponto,

¹⁹Valor deflacionado IGP-M (FGV). Índice de correção no período: 11,32%. Valor nominal R\$19.072,48.

a média encontrada do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul em 2017 foi de R\$33.719,25²⁰: 307 municípios apresentaram PIB *per capita* menor que a média do estado, enquanto 190 apresentaram PIB superior à média estadual.

De acordo com o IBGE dos municípios com PIB *per capita* (2010) (Tabela 4) abaixo da média do estado: 68,37% são predominantemente rurais, 10,19% são municípios intermediários e 21,44% são municípios predominantemente urbanos. Nesta mesma análise, a partir da tipologia de Mallmann: 87,70% dos municípios que possuem PIB *per capita* abaixo da média do estado são rurais, 6,69% são municípios relativamente rurais, 2,94% são municípios relativamente urbanos e 2,68% são municípios urbanos. Avaliando os municípios com PIB *per capita* superior à média do estado, enquanto o IBGE considera: 54,83% como municípios rurais, 4,03% municípios intermediários e 41,12% municípios urbanos; Mallmann considera que 70,73% são municípios rurais, 19,51% municípios relativamente rurais, 5,70% relativamente urbanos e 4,06% urbanos.

Tabela 4 – PIB *per capita* (2010) abaixo e acima da média do estado do RS frente aos dois critérios de classificação

PIB <i>per capita</i>	IBGE			Mallmann					
	Pred. Rural	Interm.	Pred. Urbano	Total	Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano	Total
Abaixo (%)	255 (68,4%)	38 (10,2%)	80 (21,4%)	373 (100%)	328 (87,7%)	25 (6,7%)	11 (2,7%)	10 (3%)	374 (100%)
Acima (%)	68 (54,9%)	5 (4,0%)	51 (41,1%)	124 (100%)	87 (70,7%)	24 (19,5%)	5 (4,0%)	7 (5,7%)	123 (100%)
Total	323	43	131	497	415	49	16	17	497

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição do PIB *per capita* (2010) não é a mesma entre municípios classificados pelo IBGE como predominantemente rurais, intermediários e predominantemente urbanos. Dessa forma, o Teste Kruskal-Wallis demonstrou que há diferença significativa entre as medianas do PIB *per capita* por classificação dos municípios [$X^2(2) = 22,263$; $p < 0,01$]. Todavia, como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, caso não houvesse significância estatística não seria algo problemático. Com o teste não paramétrico, constatamos que há diferença significativa entre municípios intermediários e

²⁰ Valor deflacionado IGP-M (FGV). Índice de correção no período: -0,52%. Valor nominal R\$33.895,83.

predominantemente urbanos (p-valor é igual a 0,016) segundo essa classificação os municípios predominantemente urbanos apresentam PIB *per capita* mais elevados em relação aos intermediários. A diferença é ainda maior quando comparamos municípios predominantemente rurais e predominantemente urbanos (p-valor é igual a 0,00), nessa comparação, os municípios predominantemente rurais apresentam menores desempenhos que os municípios predominantemente urbanos.

Na ocasião que analisamos o PIB *per capita* (2010) das classificações dos municípios elaborada por Mallmann encontramos, por meio do Teste Kruskal Wallis, uma diferença significativa entre as medianas do PIB *per capita* por classificação dos municípios [$X^2(3) = 20,119$; $p < 0,01$]. A diferença do PIB *per capita* é significativa entre municípios rurais e relativamente rurais, uma vez que a distribuição do PIB *per capita* não é a mesma. Ao analisarmos as medianas²¹ (Tabela 5), é possível perceber que os municípios classificados como relativamente rurais possuem melhor desempenho que municípios rurais, apresentando mediana superior em relação ao PIB *per capita*.

Tabela 5 - Mediana do PIB *per capita* (2010) segundo critérios do IBGE e Mallmann

Classificação IBGE	Mediana	Classificação Mallmann	Mediana
Pred. Rural	15.091,97	Rural	15.270,69
Intermediário	15.251,35	Rel. Rural	19.802,18
Pred. Urbano	18.013,12	Urbano	20.637,64
		Rel. Urbano	20.617,40

Fonte: Elaboração própria.

Ao compararmos o PIB *per capita* 2010 com o PIB *per capita* de 2017, verificamos diferenças em relação às médias do estado e às categorias de classificação. Isto posto, de acordo com o PIB *per capita* de 2017, utilizando os critérios do IBGE, 42,86% dos municípios rurais apresentam PIB inferior à média e 13,08% dos municípios urbanos encontram-se na mesma situação.

De acordo com o IBGE, dos municípios com PIB *per capita* (2017) abaixo da média do estado (Tabela 6), 69,73% são predominantemente rurais, 9,53% são intermediários e 20,72% são predominantemente urbanos. Nesta mesma análise, a partir da tipologia de

²¹Mediana é o número central de uma lista de dados organizados de forma crescente ou decrescente, sendo uma medida de tendência central ou, de centralidade. Ela é o valor do meio quando o conjunto de dados está ordenado do menor para o maior e a usamos no lugar de usar a média quando temos distribuições com alto desvio padrão, isto é, com muitos casos extremos (não há distribuição normal).

Mallmann, 87,5% dos municípios são rurais, 9,21% são relativamente rurais, 2,30% são relativamente urbanos e 0,98% são municípios urbanos.

Tabela 6 – PIB *per capita* (2017) abaixo e acima da média do estado frente aos dois critérios de classificação

PIB <i>per capita</i>	IBGE			Mallmann					
	Pred. Rural	Interm.	Pred. Urbano	Total	Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano	Total
Abaixo (%)	212 (69,7%)	29 (9,5%)	63 (20,7%)	304 (100%)	266 (87,7%)	28 (6,7%)	7 (2,7%)	3 (3%)	304 (100%)
Acima (%)	111 (57,5%)	14 (7,2%)	68 (35,2%)	193 (100%)	149 (77,6%)	20 (10,4%)	12 (6,2%)	11 (5,6%)	192 (100%)
Total	323	43	131	497	415	48	19	14	496

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, avaliando agora os municípios com PIB *per capita* superior a média do Estado (Tabela 6), enquanto o IBGE considera que 57,51% é representado por municípios predominantemente rurais, 7,25% são municípios intermediários e 35,23% por municípios predominantemente urbanos, Mallmann considera que 77,60% é representado por municípios rurais, 10,41% são relativamente rurais, enquanto 6,25% é representado por municípios urbanos e 5,72% por municípios relativamente urbanos.

Com o Teste Kruskal Wallis do PIB *per capita* (2017) constatamos que a distribuição do indicador não é a mesma entre a tipologia do IBGE, nos municípios predominantemente rurais, intermediários e predominantemente urbanos. O Teste Kruskal-Wallis mostrou que há diferença do PIB *per capita* entre as classificações dos municípios [$X^2(2) = 14,742$; $p < 0,05$]. Há diferença significativa entre municípios predominantemente rurais e predominantemente urbanos, temos um nível de significância de p-valor $< 0,00$. Ao observarmos a média do PIB *per capita* (2017), constatamos que os municípios predominantemente urbanos possuem média superior aos municípios predominantemente rurais.

Verificamos a partir da Tabela 7 que os municípios predominantemente urbanos possuem PIB *per capita* superior aos municípios predominantemente rurais. Mas quando se compara municípios predominantemente rurais e intermediários não há diferença significativa, o mesmo é observado quando comparamos municípios intermediários e predominantemente urbanos.

Tabela 7 - Mediana do PIB *per capita* (2017) segundo critérios do IBGE e Mallmann

Classificação IBGE	Mediana	Classificação Mallmann	Mediana
Pred. Rural	27.310,41	Rural	27.831,51
Intermediário	27.750,42	Rel. Rural	31.934,21
Pred. Urbano	34.156,24	Urbano	37.933,11
		Rel. Urbano	39.259,37

Fonte: Elaboração própria.

Ao alterarmos a tipologia para analisar o comportamento do PIB *per capita* de 2017, verificamos que a distribuição do PIB *per capita* não é a mesma entre municípios rurais, e relativamente urbanos na classificação de Mallmann. Nessa comparação, há diferença estatisticamente significativa entre municípios rurais e relativamente urbanos a p -valor $< 0,05$. Lembrando que, como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, a significância estatística não é crucial. É importante notar que municípios relativamente urbanos apresentam maior média do PIB *per capita* (2017) em relação aos municípios rurais.

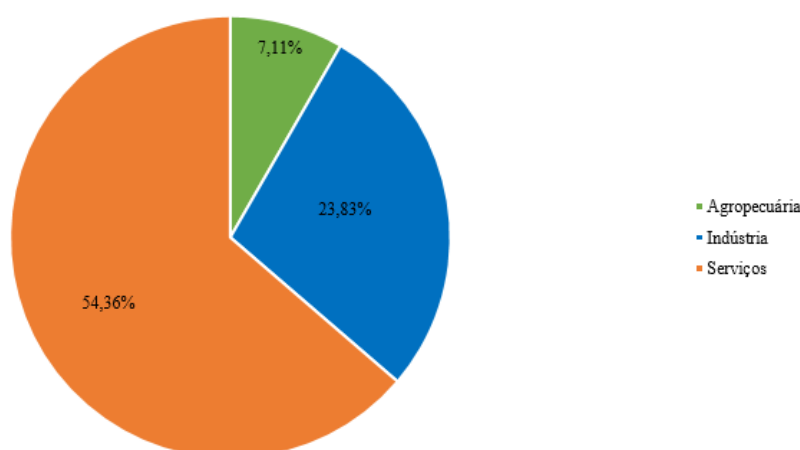
O Teste Kruskal-Wallis mostrou que há diferença do PIB *per capita* por tipo de classificação dos municípios [$X^2(3) = 14,129$; $p < 0,05$]. Observando a mediana do indicador (Tabela 7), sabemos que os municípios relativamente urbanos possuem indicador com desempenho maior que os municípios classificados como rurais. O teste Kruskal-Wallis também demonstrou ainda que existe diferença em relação às medianas dos municípios rurais e relativamente rurais, sendo os municípios classificados como rurais como os detentores da menor mediana do PIB *per capita* (2017) entre todos os demais municípios.

6.1.3 A participação dos setores da economia no PIB

Para avaliarmos a participação dos setores na economia do PIB do Rio Grande do Sul em 2010 e 2017 realizamos a análise de frequência em termos percentuais, da participação do setor agropecuário, da indústria e dos serviços em relação ao PIB de todos os municípios do estado. Ademais, efetuamos correlação bivariada dos PIB 2010 e 2017, tomando-os como variáveis dependentes e os *vab* agropecuária, *vab* indústria e *vab* serviços dos respectivos anos.

Na Figura 3 observamos que o setor de serviços é o que ocupa maior porcentagem na composição dos valores agregados do PIB total de 2010, representando 54,36% do valor agregado. Além disso, vemos que naquele ano, a contribuição do setor agropecuário no estado era de 7,11%. A indústria que anteriormente seria desenvolvida no Rio Grande do Sul, na figura abaixo representa menos que 30% do PIB.

Figura 3 – Participação dos setores da economia no PIB (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2019).

No entanto, após a realização da correlação bivariada encontramos um grau de correlação alto entre vab indústria e vab serviços; PIB total e vab indústria; e PIB total e vab serviços, mas correlação extremamente pequena do vab agropecuária com as demais variáveis. Na Tabela 8 conseguimos acompanhar a correlação dos vabs com o PIB total de 2010. O setor agropecuário é o que menos tem participação no PIB total, com a correlação de Pearson vemos que o setor de serviços apresenta correlação alta, bem como o setor industrial. Ao correlacionarmos entre os vabs, percebemos que o setor agropecuário possui correlação baixa com os demais setores e que os setores industrial e de serviços apresentam correlação positiva (próxima de 1).

Tabela 8 - Correlação entre as variáveis

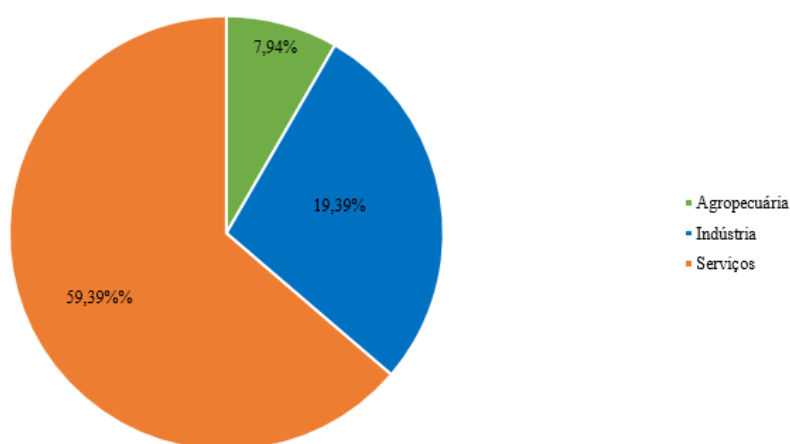
Variáveis	PIB (2010)	Vab Agropecuária	Vab Serviços	Vab Indústria
VAB agropecuária	0,074	1,000	0,073	0,076
VAB indústria	0,831**	0,076	0,731**	1,000

VAB serviços	0,970**	0,073	1,000	0,731**
--------------	---------	-------	-------	---------

Fonte: Elaboração própria com base na correlação de Pearson realizada no programa SPSS. Nota: ** Correlações altamente significativas.

Por meio da correlação bivariada do PIB (2010), é possível conjecturar que o setor de serviços é o que mais se correlaciona com o PIB, em sequência o industrial. O PIB de 2017 é representado na Figura 4, ao analisarmos a participação dos setores na economia, comparativamente ao PIB de 2010, vemos que o setor de serviços ampliou sua participação, de 54,33% de participação em 2010, passou para 59,39% em 2017.

Figura 4 – Participação dos setores da economia no PIB (2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2019).

Em contraposição, o setor industrial no Rio Grande do Sul foi retraído em relação ao ano de 2010, se nesse ano representava 23,83% do PIB, em 2017 passou a representar 19,39% do indicador. O setor agropecuário teve um leve aumento de participação nesse período.

A partir da correlação de Pearson, temos que o vab serviços é o que mais se correlaciona com do PIB (Tabela 9), enquanto o vab agropecuária é o que menos se relaciona com o índice. Há ainda uma correlação positiva entre o vab indústria e o vab serviços (0,660).

Tabela 9 - Correlação entre as variáveis

Variáveis	PIB (2017)	Vab Agropecuária	Vab Serviços	Vab Indústria
-----------	------------	------------------	--------------	---------------

VAB agropecuária	0,081	1,000	0,063	0,045
VAB indústria	0,766**	0,045	0,660**	1,000
VAB serviços	0,988**	0,063	1,000	0,660**

Fonte: Elaboração própria com base na Correlação de Pearson realizada no programa SPSS. Nota: ** Correlações altamente significativas.

Na Tabela 9 é possível visualizarmos baixo grau de correlação entre o vab agropecuária e o PIB total, comparativamente com os demais vabs. Em relação a 2010, o vab serviços aumentou e passou o vab indústria em sua correlação com o PIB, já o vab agropecuária teve um leve aumento em relação a 2010.

Tendo em vista essas análises, torna-se plausível questionarmos a definição de serviços e a maneira como o vab serviços é medido pelo IBGE. É importante que futuras pesquisas investiguem a atuação do setor de serviços na economia do estado, sua viabilidade e sustentação da economia a longo prazo baseada nesse setor.

Segundo Castro (2022), o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo entende que a participação da agropecuária no PIB total brasileiro pode variar entre 25% e 30%. É importante saber que o centro de pesquisa considera o que denomina de PIB do agronegócio, entendendo não apenas as atividades agrícolas e agropecuárias por si só, mas incluindo atividades econômicas de outros setores (indústria e serviços) que são movimentadas a partir desse setor. Por conta disso, acredita-se que o setor agropecuária, na terminologia do IBGE, possui maior participação no PIB do Brasil do que se torna aparente.

Especificamente, o agronegócio é definido como um setor econômico com ligações com a agropecuária, tanto a montante como a jusante, envolvendo: a produção de insumos para a agropecuária, a própria agropecuária, as agroindústrias de processamento dessas matérias-primas e a distribuição e demais serviços necessários para que os produtos agropecuários e agroindustriais cheguem ao consumidor final. (Castro, 2022, n.p)

Tendo em vista essas considerações de Castro, endossamos que a participação da agropecuária no Rio Grande do Sul é defasada por estratégias da métrica da participação no PIB. Acreditamos que possui uma importância ainda maior, por envolver os demais setores na sua reprodução. O vab serviços subestima a dependência que a economia brasileira possui em relação à produção agrícola quando utiliza essa forma de cálculo de PIB.

Para Luz (2014), a compreensão de que apenas o desenvolvimento do setor industrial gestaria um país desenvolvido e a ideia de que estados que aplicassem uma política de geração de riquezas a partir da agricultura e exportação de produtos primários estariam

fadados ao subdesenvolvimento auxiliou na fundação de um mito: o mito de que a produção industrial, por ser um setor “avançado”, gera maior valor agregado que a produção agrícola.

“[...] está equivocada a visão de que, para crescer e desenvolver-se economicamente, o Brasil precisa ter um foco no setor industrial e relegar a agricultura para uma condição de segundo plano. Isso não quer dizer, porém, que o Brasil deva abandonar sua ambição de ser um país altamente industrializado, mas se afastará desse objetivo se continuar relegando setores importantes e escolhendo segmentos muitas vezes por critérios políticos.” (Luz, 2014, p. 22)

Ainda segundo o autor, o valor adicionado que a agricultura do Brasil apresenta, em relação a outros países do mundo que também possuem uma agricultura imponente, demonstra uma importante vantagem em relação à capacidade de geração de valor agregado (Luz, 2014). Considerando isso, analisamos a média da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB de 2010 e 2017, percebendo as mudanças no decorrer desses anos.

Assim, pretendendo avaliar a evolução da agricultura em sentido amplo e a longo prazo, tomamos a participação agropecuária dos municípios do Rio Grande do Sul nos anos de 2010 e 2017, a partir de dados obtidos nos Censos Agropecuários dos respectivos anos (ver Tabelas 10 e 11). Utilizando os critérios de classificação dos municípios do IBGE vemos que, comparativamente, de 2010 para 2017 os municípios predominantemente rurais e intermediários tiveram uma diminuição, em termos percentuais, da participação agropecuária na economia do estado.

Tabela 10 - Percentual médio da participação agropecuária do valor adicionado bruto no PIB: critério do IBGE

	2010 (%)	2017 (%)
Pred. Rural	0,1552	0,1478
Intermediário	0,1884	0,1851
Pred. Urbano	0,3202	0,3382

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuária 2010 e 2017.

Por meio desses dados, é possível dizermos que em relação ao ano de 2010, em 2017 houve expansão do setor de agropecuária na economia do estado nos municípios classificados pelo IBGE como predominantemente urbanos. Analisando a participação agropecuária dos municípios através dos critérios de Mallmann, observamos na Tabela 11 que os municípios rurais e urbanos apresentaram um recuo na participação e os municípios relativamente rurais e relativamente urbanos aumentaram a participação agropecuárias na economia do estado.

Tabela 11 - Percentual médio da participação agropecuária do valor adicionado bruto no PIB: critério de Mallmann

	2010 (%)	2017 (%)
Rural	0,1878	0,1857
Rel. Rural	0,2455	0,2720
Urbano	0,3378	0,3167
Rel. Urbano	0,2017	0,2600

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuária 2010 e 2017.

Da mesma forma, observando a expansão do setor agropecuário de 2010 para 2017 — quando consideramos a classificação de Mallmann —, nos municípios relativamente rurais e relativamente urbanos.

Na Tabela 12 podemos visualizar a participação dos setores da economia no PIB nos anos de 2010 e 2017, a partir desses dados constatamos que a maior média de participação no PIB em 2010 pertenceu ao setor de serviços e em seguida o setor agropecuária. Comparativamente ao ano de 2017, percebemos que ambos setores se igualam em termos de participação média, e há uma redução da indústria no PIB do mesmo ano.

Tabela 12 - Percentual médio da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
2010	0,2016	0,2011	0,2017
2017	0,2012	0,2008	0,2012

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuária 2010 e 2017.

Por meio desses dados, a problemática de que o setor agropecuário é sub-representado na maneira como é calculada a métrica do VAB agropecuária pelo IBGE. De 2010 para 2017 vimos uma equiparação do setor de serviços ao de agropecuária e a redução da participação da indústria. Como o estado aponta, apesar do setor de agropecuária possuir participação pequena no VAB total do Rio Grande do Sul, esse setor tem considerável importância em pequenos municípios, pois nesses, impulsiona atividades de comércio e de serviços. Dessa forma, o estado aponta que “Os municípios gaúchos, com menos de 10 mil habitantes são responsáveis por 47% do VAB Agropecuário do Estado (R\$ 17 bilhões).” (Rio Grande Do Sul, 2022).

Analisando as médias dos percentuais das participações dos setores em 2010 de acordo com os critérios de classificação dos municípios do IBGE, na Tabela 13 é possível perceber que os municípios predominantemente rurais possuem participação prevalente do setor agropecuário e em seguida temos a participação da indústria. Municípios intermediários possuem maior percentual de participação no setor agropecuária e, em segundo lugar, no setor de serviços. Os municípios predominantemente urbanos possuem maior participação no setor de serviços, e em seguida está a indústria.

Tabela 13 - Média estadual dos percentuais de participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2010: Critérios IBGE

IBGE	Agropecuária	Indústria	Serviços
Pred. Rural	0,1566	0,0656	0,0504
Intermediário	0,2255	0,0553	0,0597
Pred. Urbano	0,3045	0,5820	0,6201

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuária 2010 e 2017.

Agora, utilizando os critérios de classificação de Mallmann para análise dos percentuais de participação dos setores, percebemos na Tabela 14, que municípios rurais possuem destaque na participação no setor agropecuária, os municípios relativamente rurais possuem maior participação na indústria, e municípios urbanos e relativamente urbanos tem média de participação no setor de serviços mais elevada que os demais.

Tabela 14 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2010: Critérios Mallmann

Mallmann	Agropecuária	Indústria	Serviços
Rural	0,1890	0,0907	0,0698
Rel. Rural	0,2569	0,2640	0,2177
Urbano	0,3550	2,23	2,97
Rel. Urbano	0,1846	0,6046	0,4593

Fonte: Elaboração própria.

Independente dos critérios de classificação utilizados, os municípios rurais e intermediários apresentam uma participação no setor de agropecuária que se destaca em relação aos demais setores. A exceção são municípios classificados por Mallmann como

relativamente rurais que se destacam no setor da indústria. Da mesma forma, municípios predominantemente urbanos e urbanos possuem participação elevada no setor de serviços. Os municípios relativamente urbanos com participação significativa no setor da indústria. As médias de participação corroboram com a noção de que os municípios rurais são os que atuam no setor de agropecuária, e municípios intermediários são os que mais participam do setor industrial do estado.

Na Tabela 15 apresentamos dados do percentual de participação dos setores na economia do estado em 2017, segundo os critérios de classificação do IBGE. De imediato, observamos que municípios predominantemente rurais e intermediários possuem maior participação no setor agropecuário e municípios predominantemente urbanos participam em maior medida no setor de serviços.

Tabela 15 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2017: Critérios IBGE

IBGE	Agropecuária	Indústria	Serviços
Pred. Rural	0,1524	0,0673	0,0523
Intermediário	0,2239	0,0637	0,0669
Pred. Urbano	0,3147	0,5754	0,6129

Fonte: Elaboração própria.

Comparativamente ao ano de 2010, percebemos que municípios predominantemente rurais apresentam recuo da participação no setor agropecuário, enquanto que os intermediários demonstram aumento de participação nesse setor. Os municípios predominantemente urbanos, em relação à 2010, diminuíram a participação no setor de serviços e em todos os demais setores.

A participação dos setores na economia do estado em 2017 demonstra que (veja Tabela 16), mediante os critérios de classificação de Mallmann, municípios rurais e relativamente rurais possuem maior participação no setor agropecuária do que nos demais setores. E municípios urbanos participam do setor de serviços e municípios relativamente urbanos possuem maior participação na indústria.

Tabela 16 - Média estadual dos percentuais da participação do valor adicionado bruto dos setores no PIB 2017: Critérios Mallmann

Mallmann	Agropecuária	Indústria	Serviços
----------	--------------	-----------	----------

Rural	0,1878	0,0972	0,0729
Rel. Rural	0,2808	0,2636	0,2259
Urbano	0,3161	2,04	2,88
Rel. Urbano	0,1726	0,6466	0,4513

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos percentuais dos setores no ano de 2010, os municípios classificados como rurais e relativamente rurais diminuíram a participação no setor agropecuário e aumentaram a participação no setor de serviços. Isto é um indicativo da métrica equivocada do *vab* agropecuária ao assimilar como pertencente ao setor de serviços atividades que são movimentadas pelo setor de agropecuária. Quando visualizamos a participação desses municípios no setor de serviços e consideramos o aumento do *vab* agropecuária no período, é possível intuirmos essa relação. Os municípios classificados como urbanos diminuíram a participação em todos os setores, enquanto os municípios relativamente urbanos aumentaram a participação no setor de serviços e indústria.

6.2 O COMPORTAMENTO DO IDHM DO RS ANTE AOS DOIS CRITÉRIOS: IBGE X MALLMANN

O IDHM é formado por uma série de outros indicadores, o indicador IDHM longevidade é calculado pela variação esperança de vida e quanto mais próximo de 1 (um) o indicador longevidade estiver, maior é a expectativa de vida da população. O indicador IDHM educação corresponde à média geométrica (raiz cúbica da multiplicação dos subíndices com peso 1 e 2, sendo 1 para a escolaridade da população e 2 para a frequência escolar da população) dos indicadores: escolaridade e frequência escolar. Ele também varia de 0 a 1. O indicador IDHM renda é calculado pela variação do indicador IDHM renda *per capita*²², quanto maior a renda por pessoa da população, mais próximo de 1 (um) estará o indicador. Importante esclarecer que o IDHM é calculado pela média geométrica (raiz cúbica da multiplicação dos 3 IDHMs) dos indicadores IDHM longevidade, IDHM educação e IDHM renda²³.

²²A renda *per capita* é medida pela renda municipal *per capita*, em outras palavras, pela renda média dos residentes de determinado município (ATLAS, 2023).

²³ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM: Metodologia**. IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso: 09 de set. 2023.

a) Baixo: IDHM de 0,1 até 0,6; Médio: IDHM de 0,61 até 0,79; Alto: IDHM de 0,80 a 1,0. Fonte: Elaboração própria com base no Censo IBGE, 2010.

Quando aplicamos a tipologia de Mallmann para analisarmos o comportamento do indicador por meio das categorias “baixo”, “médio” e “alto”, percebemos que 99,3% dos municípios rurais apresentam indicador “médio”. Com a classificação da autora temos a 98% dos municípios relativamente rurais com indicador médio e outros 2% com indicador “alto”. Dos municípios classificados em relativamente urbanos 100% têm indicador “médio” e 94,4% dos municípios urbanos possuem indicador “médio”, sendo 5,6% dos municípios urbanos possuem indicador “alto”.

Na Tabela 18 visualizamos os municípios com maiores e menores IDHM do estado. Dos com dez menores IDHM do estado, temos nove tipificados como predominantemente rurais pelo IBGE, sendo apenas um predominantemente urbano. Através da tipologia de Mallmann, todos os dez municípios com menor IDHM são classificados como rurais. O município de São José do Norte apresentou o nono menor PIB *per capita* (2010) e também possui o nono menor IDHM do Rio Grande do Sul.

Tabela 18 - Os dez municípios com menores e maiores IDHM

Dez municípios com menor IDHM (2010)				Dez municípios com maior IDHM (2010)				
	Território	IDHM	IBGE	Mallmann	Território	IDHM	IBGE	Mallmann
1	Dom Feliciano	0,587	Pred. Rural	Rural	Porto Alegre	0,805	Pred. Urbano	Urbano
2	Barão do Triunfo	0,61	Pred. Rural	Rural	Carlos Barbosa	0,796	Pred. Urbano	Rel. Rural
3	Lajeado do Bugre	0,613	Pred. Rural	Rural	Três Arroios	0,791	Pred. Rural	Rural
4	Jaquirana	0,614	Pred. Rural	Rural	Ipiranga do Sul	0,791	Pred. Rural	Rural
5	Chувиска	0,616	Pred. Rural	Rural	Lagoão	0,789	Pred. Rural	Rural
6	Herveiras	0,616	Pred. Rural	Rural	Frederico Westphalen	0,786	Pred. Urbano	Rel. Rural
7	Charrua	0,62	Pred. Rural	Rural	Nova Araçá	0,785	Pred. Rural	Rural
8	Passa Sete	0,622	Pred. Rural	Rural	Casca	0,785	Pred. Rural	Rural

9	São José do Norte	0,623	Pred. Urbano	Rural	Santa Maria do Herval	0,784	Pred. Urbano	Urbano
10	Vale Verde	0,624	Pred. Rural	Rural	Ivoti	0,784	Pred. Urbano	Rel. Rural

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2010).

A metade dos municípios com maiores IDHM são classificados pelo IBGE como predominantemente rurais e a outra metade como predominantemente urbanos. Através da classificação de Mallmann encontramos algumas diferenças: oito dos dez municípios são entendidos como rurais ou relativamente rurais, havendo entre os maiores IDHMs do estado apenas dois municípios urbanos.

A média do IDHM no estado do Rio Grande do Sul é de 0,7137, no entanto quando visualizamos as médias por classificação dos municípios percebemos algumas diferenças de acordo com o tipo de classificação utilizada (se IBGE ou a tipologia de Mallmann) e entre municípios classificados como rurais ou predominantemente rurais e urbanos ou predominantemente urbanos, vejamos a Tabela 19.

Tabela 19 – Percentuais dos IDHMs abaixo e acima da média do estado frente aos dois critérios de classificação

IDHM	IBGE		Mallmann						
	Pred. Rural	Interm.	Pred. Urbano	Total	Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano	Total
Abaixo (%)	178 (55,3%)	22 (51,2%)	34 (26%)	234 (47,2%)	223 (53,7%)	9 (18,4%)	1 (5,5%)	4 (26,7%)	237 (47,7%)
Acima (%)	144 (44,7%)	21 (48,8%)	97 (74%)	262 (52,8%)	192 (46,3%)	40 (81,6%)	17 (94,4%)	11 (73,3%)	260 (52,3%)
Total	322 (100%)	43 (100%)	131 (100%)	496 (100%)	415 (100%)	49 (100%)	18 (100%)	15 (100%)	497 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Utilizando os critérios de classificação do IBGE, temos que 53,7% dos municípios possuem IDHM abaixo da média do estado. Dos municípios predominantemente rurais, 55,3% possuem indicadores abaixo da média do estado. Quando olhamos para os municípios predominantemente urbanos, temos apenas 26% desses municípios com o indicador abaixo da média.

Observando os critérios de classificação de Mallmann, temos 47,7% do total dos municípios com média do IDHM abaixo da média. De acordo com essa análise, 53,7% dos municípios rurais possuem indicador abaixo da média e 81,6% dos municípios relativamente rurais possuem indicador superior à média do estado. Analisando os municípios urbanos e relativamente urbanos a maioria possui indicador superior à média do Rio Grande do Sul.

Desse ponto de vista, percebemos que na tipologia do IBGE, os municípios do Rio Grande do Sul tendem a apresentar maior desempenho de IDHM do que, comparativamente, quando utilizamos os critérios de Mallmann.

6.2.2 As diferença de médias: IBGE X MALLMANN

A Tabela 20 demonstra a diferença das médias do IDHM segundo os dois critérios de análise, objetivando a melhor comparação consideramos como “urbanos” municípios classificados como “predominantemente urbanos” na tipologia do IBGE, e “rurais” os municípios classificados como “predominantemente rurais”. Na tipologia de Mallmann utilizamos, a título de comparação, somente os municípios classificados como “Rurais” e “Urbanos”.

Tabela 20 – Diferença das médias do IDHM segundo as tipologias

Tipologia	Média IDHM			Significância
	Municípios Urbanos	Municípios Rurais	Diferença	
IBGE	0,7353	0,7050	0,0303	0,000
Mallmann	0,7520	0,7026	0,0494	0,000

Fonte: Elaboração própria com base no Teste T realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Diferença de média é significativa a um nível de $p < 0,001$ segundo Teste T para amostras independentes.

A diferença das médias do IDHM entre os municípios urbanos e rurais, tanto na classificação do IBGE como de Mallmann são significativas, mas como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, a questão da falta de significância estatística não é algo problemático. Os municípios rurais os que possuem menor desempenho em termos de desenvolvimento humano municipal em ambas classificações, entretanto, quando visualizamos na tabela acima, ao compararmos os municípios rurais para o IBGE e Mallmann, na classificação do IBGE temos uma média do IDHM superior a outra tipologia.

Se analisarmos as médias do indicador a partir de todos os critérios das tipologias, encontramos valores um pouco mais diversificados. A Tabela 21 corresponde à comparação das médias do IDHM no interior das subdivisões da tipologia de Mallmann, nela percebemos que os municípios rurais possuem menor média dentre os demais, esses municípios têm um desvio padrão maior que os demais municípios, o que demonstra que nesse aglomerado há mais diversidade nos valores encontrados.

Tabela 21 – Análise comparativa das médias do IDHM segundo a tipologia de Mallmann

Municípios	Médias	Desvio-padrão
Rural	0.7076	0.0404
Rel. Rural	0.7398	0.0284
Urbano	0.7521	0.0266
Rel. Urbano	0.7504	0.0271

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2010) e Mallmann (2011).

Foi possível perceber ainda que a maior média do IDHM na classificação de Mallmann está nos municípios nomeados como urbanos e na posição seguinte estão os municípios classificados como relativamente Urbanos. De modo geral, as médias entre os quatro tipos são altas mas, como apontado anteriormente, os municípios rurais são os que apresentam menor média.

Na Tabela 22 acompanhamos a diferença das médias do IDHM no interior das classificações de Mallmann, nela constatamos, por meio da Análise de Variância (ANOVA) e utilizando o teste *Post Hoc Tukey* que existe diferença significativa entre as médias dos municípios classificados como rurais com todos os demais municípios. Quando observamos a diferença das médias, vemos que é negativa, isto é, o IDHM dos municípios rurais é menor que dos municípios relativamente rurais, urbanos e relativamente urbanos.

Tabela 22 - Análise comparativa das diferenças de média do IDHM segundo a tipologia de Mallmann

Mallmann (I)	Mallmann (II)	Diferença de Médias	Significância
Rural	Rel. Rural	-0.0428*	0,000
	Urbano	-0.0443*	0,000
	Rel. Urbano	-0.0322*	0,000

Rel. Rural	Rural	-0.0105*	0,000
	Urbano	-0.0121	0,668
	Rel. Urbano	0.0322	0,791
Urbano	Rel. Urbano	0.0015	0,999

Fonte: Elaboração própria com base no *Post Hoc Tukey Test* realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Há diferença de média significativa $p < 0,001$, segundo *Post Hoc Tukey Test*. ** Correlações altamente significativas.

Ao compararmos as médias do IDHM entre as demais classificações não encontramos diferenças significativas, salvo a comparação entre municípios relativamente rurais e rurais. Na tabela 21 havíamos visualizado que a média dos municípios rurais são ainda menores que os relativamente rurais.

A análise comparativa das médias do IDHM de acordo com a tipologia do IBGE aparece na Tabela 23, temos uma média geral alta do indicador independente da classificação. Todavia, quando olhamos mais criteriosamente, encontramos que a menor média do IDHM pertence a municípios classificados pelo órgão como predominantemente rurais, em segunda colocação de menor média vemos os municípios classificados como intermediários.

Tabela 23 – Análise comparativa das médias do IDHM segundo a tipologia do IBGE

Municípios	Médias	Desvio-padrão
Pred. Rural	0.7050	0,0412
Intermediário	0.7137	0,0341
Pred. Urbano	0.7350	0,0344

Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IBGE (2010).

Observando ainda a comparação das médias segundo a tipologia do IBGE, nos atentando para o desvio-padrão, temos desvios parecidos independente da classificação, no entanto, ainda assim, se vê um desvio maior nos municípios Predominantemente Rurais, o que caracteriza um grau de homogeneidade do indicador um pouco menor aos demais municípios. Na Tabela 24, ilustramos as diferenças das médias e o nível de significância nas relações entre as diferentes classificações na tipologia do IBGE.

Tabela 24 - Análise comparativa das diferenças de média do IDHM segundo a tipologia do IBGE

IBGE (I)	IBGE (II)	Diferença de Médias	Significância
----------	-----------	---------------------	---------------

Pred. Rural	Intermediário	-0,0087	0,353
Pred. Urbano	Pred. Rural	0,0300*	0,000
	Intermediário	0,0212	0,006

Fonte: Elaboração própria com base no *Post Hoc Tukey Test* realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Há diferença de média significativa, $p < 0,05$, segundo *Post Hoc Tukey Test*. * Diferença significativa.

Nessa ilustração conseguimos identificar que os municípios predominantemente urbanos e predominantemente rurais possuem uma diferença positiva significativa a p -valor $< 0,001$, apesar disso, a significância não é algo crucial nas nossas análises. Isso evidencia que a média do IDHM dos municípios predominantemente urbanos é superior à dos municípios predominantemente rurais, a diferença entre as médias dos municípios predominantemente urbanos e intermediárias é também significativa a p -valor $< 0,05$.

6.2.3 Análise comparativa das médias do IDHM dos municípios utilizando como parâmetro o PIB *per capita* (2010) do estado do Rio Grande do Sul

Intencionando compreender se o PIB *per capita* (2010) possui influência sobre o IDHM e pretendendo diagnosticar qual seria esse efeito, realizamos a análise estatística de regressão, tomando como variável dependente o IDHM e independente os setores que compõem o PIB *per capita*. Além disso, analisamos a correlação bivariada dessas variáveis. A seguir, observamos a regressão dos setores da economia que são base do PIB, e o indicador de desenvolvimento.

Tabela 25 - Análise de regressão da influência dos setores econômicos no IDHM

Variáveis	Betas	Desvio-Padrão	Significância
Vab Agropecuária	-,054	,002	0,238
Vab Indústria	,323	,002	0,001
Vab Serviços	,006	,003	0,953

a) variável dependente = IDHM $R^2 = 0,107$. Nota: Significativo ao nível $p < 0,001$. Fonte: Elaboração própria com base na análise de regressão realizada no programa estatístico SPSS.

A partir da análise da correlação bivariada entre as variáveis, encontramos uma correlação (Pearson) significativa a p -valor $< 0,001$ entre o IDHM e o Vab Serviços e Vab

Indústria. Quando a correlação é analisada entre os vabs, percebemos que há uma correlação menor entre vab indústria e vab agropecuária, com nível de significância $p < 0,05$ e correlação menor entre vab agropecuária e vab serviços, com nível de significância a $p < 0,001$. Ademais, identificamos que há correlação significativa entre vabs indústria e serviços (2010), com nível de significância a $p < 0,001$. Importante dizermos que quando falamos correlação menor entre os casos anteriores, quer dizer que são correlações menores que a correlação entre vab indústria e vab serviços.

A regressão linear realizada com os dados logaritmizados²⁴ indica que 10,7% da variação do IDHM é explicada pelas vabs. Analisando os betas temos que o vab indústria é o que mais contribuiria para uma aumento do indicador, em segundo lugar aparece o vab serviços. De acordo com a regressão, o vab agropecuária tem desempenho negativo, o que impactaria da seguinte forma o IDHM: quanto maior o vab agropecuária, menor seria o desempenho do indicador.

A relação negativa entre o vab agropecuária e o desenvolvimento humano poderia ser explicada a partir da análise das características econômico-sociais dos municípios que possuem predominância do setor agropecuário. Nesses municípios talvez haja maior concentração de renda, havendo problemas relacionados ao acesso à saúde e à educação de modo equitativo.

6.2.4 Análise comparativa das médias do IDHM desagregado: Critérios do IBGE X Mallmann

Nesse tópico realizamos a análise de diferença de média (ANOVAs a partir do *Post Hoc Test* – Tukey HSD) do IDHM entre os critérios de classificação do IBGE e de Mallmann, considerando o indicador de maneira dissociada a partir dos indicadores que o compõem. O IDHM é constituído pelos seguintes componentes: IDHM renda, IDHM renda *per capita*²⁵, IDHM longevidade, IDHM longevidade esperança de vida ao nascer, IDHM educação, IDHM educação frequência escolar e IDHM educação escolaridade. Com a análise, pretendemos averiguar qual é o comportamento dos municípios rurais e urbanos, tendo em vista os o IDH separadamente.

²⁴Os dados foram logaritmizados pois o PIB *per capita* não possui distribuição normal, ou seja, os dados não variam de modo contínuo e simétrico.

²⁵Para realizarmos a análise, o dado IDHM Renda *per capita* foi logaritmizado, pois não possui distribuição normal.

6.2.4.1 Comparação das médias dos componentes do IDHM segundo a tipologia do IBGE

A seguir, veremos como se comporta o indicador de modo desagregado e demonstraremos a significância entre as variáveis. Entretanto, como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, se houver casos nos quais não há significância estatística não será algo problemático.

Ao realizarmos a análise dos componentes dissociados do indicador encontramos diferença significativa de $p < 0,001$ quando comparamos os componentes do IDHM Renda, IDHM Renda *per capita*, IDHM Longevidade, IDHM Longevidade: Esperança de vida ao nascer, IDHM Educação, IDHM Educação: Frequência Escolar, IDHM Educação: Escolaridade dos municípios classificados pelo IBGE como predominantemente rurais e predominantemente urbanos. Ao mencionarmos que existe diferença entre as variáveis e a tipologia de classificação que empregamos, nos referimos que à existente entre predominantemente rurais e predominantemente urbanos, essa dissonância indica que os primeiros possuem médias inferiores aos municípios classificados como predominantemente urbanos.

Nota-se diferença significativa a $p < 0,05$ entre municípios intermediários e municípios predominantemente urbanos nas variáveis: IDHM renda, IDHM renda *per capita*, IDHM educação e IDHM educação: escolaridade. Há diferença significativa entre municípios predominantemente rurais e intermediários na variável IDHM educação: frequência escolar e IDHM educação: escolaridade. Municípios classificados como intermediários possuem médias das variáveis citadas inferiores aos municípios predominantemente urbanos.

A variação da maioria dos indicadores que compõem o IDHM está entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município. Utilizamos a métrica de análise de variação de Marcuzzo e Ramos (2003) que aponta IDHM baixo variando de 0,1 até 0,6, IDHM médio variando de 0,61 até 0,79 e IDHM alto variando de 0,80 a 1,0.

De modo geral, os municípios classificados como intermediários apresentam médias de quase todas as variáveis inferiores às demais classificações. No entanto, nas variáveis IDHM renda, IDHM renda *per capita*, IDHM longevidade, IDHM longevidade esperança de vida ao nascer e IDHM educação frequência escolar, a média (Tabela 26) dos municípios foi alta independente da classificação.

Tabela 26 - Média das variáveis IDHM de acordo com a tipologia IBGE

IBGE	Renda	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Longevidade	Long. Esper. Vida	Educação Freq. Escolar
Pred. Rural	0,7150	721,74	0,8376	75,2551	0,7376
Intermediário	0,7182	706,62	0,8393	75,3620	0,7032
Pred. Urbano	0,7416	810,18	0,8478	75,8664	0,6961

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores renda, longevidade e educação frequência escolar variam de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam um IDH alto. Na tabela acima, visualizamos alguns indicadores de acordo com a classificação dos municípios: municípios identificados como rurais possuem a média do indicador renda em 0,7150, valor significativo apontando que, em média, a população desses municípios possui uma alta renda. Em contrapartida, a renda *per capita* medida em reais, nos municípios predominantemente rurais é de R\$721,74 por pessoa.

Nessa mesma tabela (26), é possível observar que a média de vida medida e, nos municípios predominantemente rurais é de 75 anos e o indicador longevidade é alto, significando que grande parte da população alcança essa faixa etária. Quando olhamos para a frequência escolar desses municípios, constatamos que possuem um indicador alto, sendo possível interpretar que as crianças e adolescentes que estão matriculadas nas escolas dos municípios predominantemente rurais são em média, assíduas.

Ao nos determos sobre os municípios predominantemente urbanos, percebemos que a média do indicador renda é mais próximo de 1 (um), essa informação aponta para a ideia de que a renda da população desses municípios é um pouco mais alta que a renda da população dos municípios predominantemente rurais. Da mesma forma, a renda *per capita* da população é de R\$810,18, comprovando o que mencionamos anteriormente.

A expectativa de vida da população é de quase 76 anos, o que faz com que o indicador longevidade tenha um acréscimo em relação ao indicador dos municípios predominantemente rurais, indicando que essa faixa de idade se repercute na população.

Entretanto, em relação à frequência escolar, os municípios predominantemente urbanos apresentam o menor indicador, comparativamente aos demais. No caso, possuem indicador mediano já que o índice é de 0,6961, correspondendo que a frequência escolar não é um indicador alto nesses municípios. Esse dado aponta para o fato de que a população em

idade escolar possui, em média, menor frequência escolar do que essa mesma população de outros municípios.

Na tabela acima, é possível visualizar as médias citadas entre os critérios de classificação dos municípios pelo IBGE, a partir delas observamos que as variáveis não possuem diferenças substanciais. Entretanto, mesmo nesses casos, os municípios classificados como intermediários, assim como os municípios predominantemente rurais, apresentam médias inferiores em relação aos municípios predominantemente urbanos na maioria das variáveis apresentadas.

As maiores médias estão em municípios classificados como predominantemente urbanos, nas seguintes variáveis: IDHM renda, renda *per capita*, longevidade, esperança de vida ao nascer, educação, escolaridade. Apenas na variável frequência escolar, os municípios classificados como predominantemente rurais (0,73) têm uma melhor colocação em relação aos predominantemente urbanos (0,69). Importante lembrarmos que quanto mais próximo de 1 mais altos são os Índices de Desenvolvimento Humano. Com o teste de variância ANOVA é possível perceber que as diferenças das médias das variáveis do IDHM, segundo as classificações do IBGE, são significativas.

Tabela 27 - As maiores médias das variáveis IDHM: Municípios Predominantemente Urbanos

IBGE	Renda	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Longevidade	Long. Esper. Vida	Educação	Educação Escolaridade
Pred. Rural	0,7150	721,74	0,8376	75,2551	0,5873	0,3758
Intermediário	0,7182	706,62	0,8393	75,3620	0,6046	0,4492
Pred. Urbano	0,7416	810,18	0,8478	75,8664	0,6330	0,5263

Fonte: Elaboração própria.

A unidade de medida dos indicadores renda, longevidade, educação e frequência escolar varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 os indicadores estiverem, mais desenvolvidos são os municípios. Os municípios classificados como predominantemente rurais (0,58) apresentaram pior desempenho na variável IDHM educação em comparação com municípios predominantemente urbanos (0,63). Além disso, na variável IDHM educação escolaridade todos os municípios possuem médias baixas, com destaque para os municípios predominantemente rurais (0,37), nesse campo os municípios predominantemente urbanos (0,52) estão melhor avaliados. A variação de 0,1 a 0,6 é baixa, médio IDHM variando de 0,61

até 0,79 e alto IDHM variando de 0,80 a 1,0. Assim, a escolaridade dos municípios predominantemente rurais é mais baixa em relação aos predominantemente urbanos.

6.2.4.2 Comparação das médias do IDHM segundo a tipologia de Mallmann

A seguir veremos como se comporta o indicador de modo desagregado, evidenciamos que a significância estatística entre as variáveis, como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, se houver casos onde não há não é algo problemático.

Na ocasião em que verificamos o indicador desagregado, a partir da tipologia de Mallmann diferenças significativas de $p < 0,05$ quando comparamos o IDHM renda, IDHM renda *per capita*. Essa relação se estende quando analisamos o IDHM longevidade, IDHM longevidade: esperança de vida ao nascer, IDHM educação com p -valor $< 0,001$. No IDHM educação: frequência escolar a $p < 0,001$, e IDHM educação: escolaridade a $p < 0,001$ dos municípios classificados pela autora como rurais e municípios urbanos. A diferença corresponde a característica dessas variáveis apresentarem indicadores superiores nos municípios classificados como urbanos em relação aos municípios rurais.

Há diferença significativa a $p < 0,001$ entre municípios relativamente rurais e municípios rurais nas variáveis: IDHM renda, IDHM educação e IDHM educação: escolaridade. E IDHM renda *per capita*, IDHM longevidade, IDHM longevidade: esperança de vida ao nascer com p -valor $< 0,05$. Especificamente nesses casos temos indicadores superiores nos municípios relativamente rurais, comparativamente aos municípios rurais.

Ao contrapormos municípios rurais e relativamente urbanos percebemos uma diferença significativa: os primeiros possuem médias inferiores aos municípios classificados como relativamente urbanos nas variáveis IDHM Renda ($p < 0,05$), IDHM renda *per capita* ($p < 0,05$) e IDHM educação ($p < 0,001$) e IDHM educação: escolaridade ($p < 0,001$). Há, ainda, diferença significativa entre municípios relativamente rurais e municípios urbanos a $p < 0,001$ na variável IDHM educação escolaridade, correspondendo à média superior de escolaridade nos municípios classificados como urbanos.

Grande parte dos indicadores abaixo, que fazem parte do IDHM, possuem variação entre 0 e 1. Dessa forma, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município, seus indicadores estão mais bem colocados. Como forma de análise dessa variação utilizamos a

métrica de Marcuzzo e Ramos (2003) que apontam IDHM baixo variando de 0,1 até 0,6, médio IDHM variando de 0,61 a 0,79 e alto IDHM variando de 0,80 a 1,0.

As maiores médias das variáveis estão em municípios classificados como urbanos, nas seguintes variáveis: IDHM renda, renda *per capita*, longevidade, esperança de vida ao nascer, escolaridade. O IDHM educação é maior nos municípios relativamente rurais. Apenas na variável frequência escolar os municípios classificados como rurais têm um indicador mais alto em relação aos urbanos. Com o teste de variância ANOVA conseguimos visualizar que as diferenças das médias das variáveis do IDHM, segundo as classificações de Mallmann são altamente significativas.

O IDHM renda exibe valores médios em todos os municípios, entretanto os municípios rurais (0,71) apresentam menor média entre as demais classificações, a maior média pertence aos municípios classificados como urbanos (0,76). O IDHM renda *per capita* se comporta da mesma forma que a variável anterior: os municípios classificados como rurais possuem menor média de renda *per capita* de R\$723,51, enquanto que os municípios classificados como urbanos apresentam renda *per capita* média de R\$914,33.

Quando analisamos o IDHM educação, o indicador sofre uma queda em todos os municípios. Os municípios rurais apresentam menor média, com um indicador baixo de educação (0,591); os municípios relativamente rurais apresentam um indicador com média de 0,641, caracterizando um IDHM médio segundo as caracterizações de Marcuzzo e Ramos (2003). Na sequência, os municípios classificados como relativamente urbanos são os que possuem média mais alta: 0,657. Todavia, os municípios urbanos não divergem significativamente, apresentando média de 0,651. Apesar dessas comparações entre os municípios, é importante ressaltar que são valores de IDHM educação médio, o que os municípios relativamente urbanos e urbanos apresentam.

No IDHM educação frequência escolar o cenário muda: os municípios classificados como urbanos são os que apresentam menor média de frequência escolar (0,6694). Nesse caso, a maior média de frequência escolar pertence aos municípios rurais com 0,7274. Analisando os valores dos indicadores, percebemos que os municípios rurais possuem frequência escolar mais próxima de 1, desse ponto de vista, os municípios rurais têm uma frequência escolar média de crianças e adolescentes em idade escolar superior aos municípios urbanos.

O IDHM educação escolaridade, que mede a escolaridade da população adulta, surpreendeu, pois apresenta médias mais baixas entre os municípios estudados. Os municípios rurais são os que possuem menor média (0,396), indicando que a população rural adulta

possui poucos anos de estudo. Os municípios relativamente rurais apresentam média mais elevada (0,518), em seguida temos municípios relativamente urbanos (0,560). Ambas tipificações de municípios, sejam relativamente rurais e relativamente urbanos, possuem indicadores de escolaridade baixos quando observamos a partir da métrica de Marcuzzo e Ramos (2003). E os municípios urbanos são os que apresentam maior desempenho com média de 0,619: um indicador com valor médio, mas que se destaca diante dos demais.

Quando analisamos o indicador IDHM de maneira desagregada, seja na tipologia do IBGE ou na tipologia de Mallmann, é possível perceber que os educacionais, os municípios classificados como rurais, apresentam pior desempenho em relação aos municípios classificados como urbanos. Além disso, utilizando os parâmetros de Mallmann, visualizamos que esse indicador de educação e renda em municípios rurais apresenta médias inferiores às demais classificações.

A seguir será estudado o comportamento do indicador IDESE com base nas mesmas técnicas de análise do IDHM e utilizando as duas tipologias de classificação para verificar a existência de diferenças, no desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul.

6.3 O IDESE DO RIO GRANDE DO SUL ANTE IBGE X MALLMANN

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico é um indicador elaborado pela extinta FEE-RS e é constituído por três blocos: educação, renda e saúde. O bloco educação é formado pelos indicadores: população entre quatro e cinco anos (pré-escola); população entre seis e 14 anos (ensino fundamental); população entre 15 e 17 anos (ensino médio) e população com 18 anos ou mais (escolaridade adulta). O IDESE educação: pré-escola considera a taxa de matrícula na pré-escola, o IDESE educação: ensino fundamental é calculado pela nota da Prova Brasil dos 5º e 9º ano do ensino fundamental, o IDESE educação: ensino médio considera a taxa de matrícula no ensino médio e o IDESE educação: escolaridade adulta é calculado através do percentual da população adulta com ensino fundamental completo. O índice final do bloco educação é a média aritmética dos índices (FEE, 2018).

O bloco renda é composto pelos indicadores: apropriação de renda e geração de renda. O IDESE renda: apropriação de renda corresponde à renda domiciliar *per capita* média e o IDESE renda: geração de renda é o PIB *per capita*. O índice final do bloco renda é a média aritmética desses dois indicadores (FEE, 2018).

O bloco saúde é formado pelos indicadores: saúde materno-infantil, condições gerais de saúde, e longevidade. O IDESE saúde: saúde materno infantil é calculado a partir da taxa de mortalidade em menores de cinco anos e número de consultas pré-natais por nascidos vivos. O IDESE saúde: condições gerais de saúde é constituído pelos indicadores: taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas. O IDESE saúde: longevidade é calculado pela taxa de mortalidade bruta padronizada. O índice final do Bloco Saúde é calculado pela média aritmética dos três indicadores (FEE, 2018).

O IDESE, cuja variação vai de 0 a 1, foi analisado a partir de seu comportamento diante das tipologias de classificação dos municípios (IBGE e Mallmann), através da: a) análise comparativa dos dez municípios com menor e maior IDESE; b) análise estatística da diferença de médias do IDESE calculada por meio do teste T; c) análise comparativa das médias do IDESE considerando as tipologias; d) análise comparativa das médias do IDESE utilizando como parâmetro o PIB *per capita* do estado; e) análise de regressão tomando como variável dependente o IDESE para verificar o efeito dos diferentes setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) e f) análise do indicador desagregado, por meio do teste ANOVA, utilizando como parâmetro o *Post Hoc Tukey Test*.

6.3.1 Análise comparativa do IDESE: IBGE X MALLMANN

Foi realizada a análise o desempenho do IDESE através das tipologias de classificação seguindo as especificações de Marcuzzo e Ramos (2003), tais como: indicador baixo em municípios que apresentam IDESE baixo variando de 0,1 a 0,6, indicador médio variando de 0,61 a 0,79 e alto variando de 0,80 a 1,0. Dessa forma, chegamos à Tabela 28, que demonstra os percentuais de todas as classes de municípios segundo as faixas do indicador.

Tabela 28 – Comportamento do IDESE frente aos dois critérios de classificação

IDESE	IBGE				Mallmann				
	Pred. Rural	Interm.	Pred. Urbano	Total	Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano	Total
Baixo									
Médio	223 (72,9%)	34 (82,9%)	95 (77,2%)	352 (74,9%)	293 (74,4%)	36 (81,8%)	13 (76,5%)	10 (66,7%)	352 (74,9%)

Alto	83 (27,1%)	7 (17,1%)	28 (22,8%)	118 (25,1%)	101 (25,6%)	8 (18,2%)	4 (23,5%)	5 (33,3%)	118 (25,1%)
Total	306 (100%)	41 (100%)	123 (100%)	470 (100%)	394 (100%)	44 (100%)	17 (100%)	15 (100%)	470 (100%)

a) Baixo: IDESE de 0,1 até 0,6; Médio: IDESE de 0,61 até 0,79; Alto: IDESE de 0,80 a 1,0. Fonte: Elaboração própria com base no censo IBGE (2010) e estatísticas FEE (2019).

A Tabela 28 ilustra o comportamento das faixas do indicador, nela é possível visualizar que nenhum município do estado é classificado na faixa “baixo”. Temos apenas municípios que possuem indicador “médio” e “alto”.

Na classificação do IBGE, temos que 72,9% dos municípios predominantemente rurais possuem IDESE médio, enquanto apenas 27,1% apresentam indicador alto. Por outro lado, os municípios predominantemente urbanos 77,2% apresentam indicador médio e os outros 22,8% possuem IDESE alto. Analisando os municípios intermediários, a maioria possui indicador médio e apenas 17,1% apresenta IDESE alto. Observando a tipologia de Mallmann, 74,4% dos municípios classificados como rurais possuem um IDESE médio e 25,6% desses municípios apresentam indicador alto. Já quando consideramos municípios urbanos, 23,5% possuem IDESE alto e 76,5% apresentam IDESE médio.

De modo geral, os municípios do Rio Grande do Sul possuem IDESE médio, não havendo nenhum caso em que o indicador apresenta valores considerados baixos. Verificamos também que, em ambas as tipologias de classificação, os municípios rurais possuem uma média razoável do indicador. Em relação ao IDESE alto, os municípios classificados como predominantemente rurais estão melhor avaliados que os predominantemente urbanos quando examinamos os percentuais em cada categoria. Já na classificação de Mallmann, ao nos atentarmos para o IDESE alto, municípios classificados como rurais apresentam melhora no indicador em relação aos urbanos. Entretanto os municípios relativamente urbanos possuem, em termos proporcionais na categoria, maior quantidade de municípios com IDESE alto em relação às demais.

A seguir (Tabela 29) mapeamos os municípios que exibem as maiores médias do indicador e as piores médias do Rio Grande do Sul. Na tabela encontramos municípios predominantemente rurais com as menores médias do IDESE ao utilizarmos a tipologia do IBGE, quando usamos a tipologia de Mallmann para analisarmos esses mesmos municípios não há grandes alterações: sete dos dez municípios com menor IDESE são rurais.

Tabela 29 - Os dez municípios do RS com menores e maiores IDESE

Dez municípios com menor IDESE (2019)				Dez municípios com maior IDESE (2019)			
Território	IDESE	IBGE	Mallmann	Território	IDESE	IBGE	Mallmann
1 Dom Feliciano	0,609	Pred. Rural	Rural	Água Santa	0,892	Pred. Rural	Rural
2 Alvorada	0,617	Pred. Urbano	Urbano	Carlos Barbosa	0,890	Pred. Urbano	Rel. Rural
3 São Valério do Sul	0,624	Pred. Rural	Rural	Aratiba	0,871	Pred. Rural	Rural
4 Jaquirana	0,624	Pred. Rural	Rural	Ipiranga do Sul	0,866	Pred. Rural	Rural
5 Redentora	0,632	Pred. Rural	Rural	Veranópolis	0,854	Pred. Urbano	Rural
6 Capão do Leão	0,639	Pred. Urbano	Rural	Três Arroios	0,851	Pred. Rural	Rural
7 Balneário Pinhal	0,642	Pred. Urbano	Rel. rural	Nova Ramada	0,850	Pred. Rural	Rural
8 Vale do Sol	0,647	Intermd.	Rel. rural	Casca	0,849	Pred. Rural	Rural
9 Cidreira	0,648	Pred. Urbano	Rural	Paraí	0,844	Pred. Rural	Rural
10 Cerro Grande do Sul	0,648	Pred. Rural	Rural	União da Serra	0,844	Pred. Rural	Rural

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da FEE (2019).

Ao examinarmos os dez municípios com maior IDESE na Tabela 29, percebemos que, para o IBGE, oito dos dez municípios com as maiores médias do IDESE são classificados como predominantemente rurais. Utilizando a tipologia proposta por Mallmann, as maiores médias do indicador são encontradas amplamente em municípios rurais e relativamente rurais. Através da análise das médias do IDESE nas diferentes tipologias, é possível dizer que municípios rurais apresentam maiores desempenhos do indicador. Há municípios rurais que apresentam médias inferiores se comparados entre o grupo, mas ainda assim não possuem um indicador baixo.

Como vimos nas discussões acerca do IDHM elaboradas no tópico anterior, os municípios rurais na tipologia de Mallmann ou predominantemente rurais tendo em vista a tipologia do IBGE tendem a ter menores médias do indicador que os municípios classificados como urbanos ou predominantemente urbanos nas tipologias. No caso do IDESE,

encontramos um comportamento diferente: os municípios rurais passaram a ter maiores desempenhos em ambas tipologias classificatórias.

O resultado de nossas análises conforma o que Pinto *et al* (2018) mencionam ao apontarem que ao desagregar a análise do IDH, conseguimos visualizar uma desigualdade entre as regiões urbana e rural. No caso da análise do IDESE, encontramos médias do indicador mais altas pertencentes às regiões rurais do estado, dado esse que talvez não fosse possível de ser encontrado sem a desagregação dos indicadores.

O IDH é um indicador que não é isento de críticas por seu caráter generalizante, tende a mascarar disparidades sociais, etc (Guimarães; Jannuzzi, 2004; Pinto *et al*, 2018). Contudo, não podemos ignorar que entre o IDHM de 2010 que estamos analisando e o IDESE de 2019, se passou quase uma década e que nesse percurso mudanças significativas podem ter acontecido nas regiões rurais do Rio Grande do Sul.

O IDESE é desenhado a partir e para a realidade gaúcha, diferentemente do indicador global. Além disso, no indicador estadual há a indexação de algumas variáveis que não são tratadas no IDH, tais como a mortalidade infantil, o acesso ao pré-natal, a contabilização das mortes evitáveis e a diferenciação entre renda gerada e renda apropriada. Acreditamos que por essas diferenças na métrica e na seleção das variáveis que compõem o indicador, o IDH acaba por desconsiderar as complexidades e potencialidades do mundo rural e sobrevalorizar aspectos que são predominantemente característicos das regiões urbanas. Há pesquisadores que criticam o IDH por valorizar aspectos presentes na realidade de países desenvolvidos tal como renda elevada, gerando a desvalorização, em termos de índice, dos países periféricos. Países periféricos possuem características distintas na constituição das sociedades, não sendo verdade que renda elevada de uma população corresponde necessariamente à distribuição equitativa desta na sociedade (Dalberto *et al*, 2015).

6.3.2 As diferenças de médias do IDESE: IBGE X MALLMANN

A análise estatística por meio do Teste T (Tabela 30) evidencia que os municípios classificados como rurais nas tipologias do IBGE e Mallmann apresentam melhores desempenhos do IDESE em comparação com os municípios classificados pelas tipologias como urbanos.

Tabela 30 – Diferença das médias do IDESE considerando a classificações

Tipologia	Municípios Pred. Urbanos	Municípios Pred. Rurais	Diferença	Significância
IBGE	0,7582	0,7628	0,0046	0,381
Mallmann	0,7528	0,7610	0,0082	0,494

Fonte: Elaboração própria com base no Teste T realizado no programa estatístico SPSS. Nota: A título de comparação entre as classificações, os municípios nomeados pelo IBGE como “Predominantemente Urbanos” e “Predominantemente Rurais” possuem a notação municípios “Urbanos” e “Rurais”.

Analisando as médias do indicador a partir da classificação de Mallmann, percebemos que os municípios urbanos apresentam menor média geral (0.7528) e os municípios relativamente urbanos (0.7709) maior média de IDESE. Comparando municípios rurais (0.7610) com os municípios urbanos (0.7528), vemos que os municípios classificados como rurais, possuem indicador mais elevado.

As análises da diferença das médias realizada por meio do Teste ANOVA a partir do *Post Hoc Tukey Test*, utilizando a tipologia de Mallmann (Tabela 31), revelam que não existem diferenças estatisticamente significativas do indicador entre os municípios. Contudo, como visualizamos acima, quando observamos as médias, percebemos uma diferença em relação ao desenvolvimento: os municípios rurais apresentam melhor em ambas classificações. Como estamos lidando com o universo dos municípios gaúchos, a questão da falta de significância estatística não é algo problemático. Assim sendo, podemos inferir que os municípios rurais apresentam melhor performance que os urbanos no indicador IDESE.

Tabela 31 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo a tipologia de Mallmann

Mallmann	Médias
Rural	0,7610
Rel. Rural	0,7570
Urbano	0,7528
Rel. Urbano	0,7709

Fonte: Elaboração própria com base no *Post Hoc Tukey Test* realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Não há diferença de média significativa, $p > 0,05$, segundo ANOVA.

No modelo do IBGE os municípios classificados como predominantemente rurais (0,7628) possuem melhor desempenho em relação aos predominantemente urbanos (0,7582). Nesse caso, os municípios classificados como intermediários apresentam a média mais baixa

do IDESE (0,7518). Ao realizarmos o Teste ANOVA a partir do *Post Hoc Tukey Test* utilizando a metodologia do IBGE (Tabela 32), não encontramos diferença das médias estatisticamente significativas entre os municípios classificados pelo órgão. É importante lembrar que como estamos considerando todo um universo, o teste de significância não é necessário.

Tabela 32 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo a tipologia do IBGE

IBGE	Médias
Pred. Rural	0,7628
Intermediário	0,7518
Pred. Urbano	0,7582

Fonte: Elaboração própria com base no ANOVA realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Não há diferença de média significativa, $p > 0,05$.

Analisando as médias do indicador a partir da estatística descritiva (ver Tabela 33), percebemos em ambas as tipologias, que os municípios rurais apresentam médias altas de IDESE. Resultado diverso é observado quando analisamos os PIB *per capita* 2010 e 2017: encontramos maiores médias nos municípios classificados como predominantemente urbanos pelo IBGE e relativamente urbanos pela tipologia de Mallmann.

Tabela 33 - Análise comparativa das médias do IDESE segundo as tipologias

IBGE	Médias	Mallmann	Médias
Pred. Rural	0,7628	Rural	0,7610
Intermediário	0,7518	Rel. Rural	0,7570
Pred. Urbano	0,7582	Urbano	0,7528
		Rel. Urbano	0,7709

Fonte: Elaboração própria com base no ANOVA realizado no programa estatístico SPSS.

Os municípios classificados como rurais possuem maiores médias no IDESE diferentemente do que observamos na análise do IDH. Uma possível explicação pode ser o fato de que o indicador IDESE discrimina as variáveis renda, longevidade e educação de maneira diferente ao IDHM. O IDESE vai além da frequência escolar e escolarização total, no caso da variável educação: a escolarização é considerada no IDESE até o ensino médio, por conta disso, os municípios rurais se saem melhor. No IDHM o indicador educação analisa

apenas o total da escolarização adulta, não diferenciando educação básica e educação superior: como nos municípios rurais há menor quantidade de pessoas com ensino superior, existe uma tendência a menores médias no indicador educação.

Esse mesmo movimento pode ser observado em outros indicadores como longevidade e renda. Os municípios rurais possuem rendas maiores no aspecto da renda apropriada²⁶, mas apresentam rendas menores em comparação com municípios urbanos quando consideramos o aspecto da renda gerada²⁷. Diferente do que observamos no IDESE renda apropriada, que corresponde à renda domiciliar *per capita*: quando analisamos o aspecto renda no IDHM (lembrando que corresponde a renda média dos residentes de dado município) temos indicadores menores nos municípios classificados como rurais. Essa maneira de cálculo do IDHM renda, torna difícil individualizar e medir as especificidades locais dos municípios.

6.3.3 O impacto dos VABs no IDESE

Com a correlação de Pearson (Tabela 34) é possível visualizar associação entre as variáveis. Em seu teste de significância, o p-valor é $< 0,05$ nos vabs agropecuária e indústria, mas a relação IDESE e Vab serviços não é significativa.

Tabela 34 - Correlação dos setores econômicos e IDESE

Variáveis	IDESE	Significância
Vab Agropecuária	,081	,036
Vab Indústria	,187	,000
Vab Serviços	,053	,121

Fonte: Elaboração própria por meio de teste bivariado no SPSS.

Além disso, encontramos pouca correlação entre os vabs e o IDESE, na tabela acima visualizamos que o vab indústria é o que apresenta uma correlação maior, todavia ainda assim, é baixa. Na Tabela 35, conseguimos entender melhor os efeitos dos setores da economia no IDESE. Fundamentado na análise de regressão com teor explicativo de 10,8%, pode-se dizer que os setores econômicos têm efeito sobre o indicador. O maior efeito é do vab da indústria, com impacto positivo no IDESE: isso quer dizer que em municípios onde a presença do setor industrial é proeminente, o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico

²⁶ Renda apropriada corresponde a renda domiciliar *per capita* média.

²⁷ A renda gerada corresponde no IDESE ao PIB *per capita*.

tende a apresentar melhor desempenho. Já o vab serviços tem efeito negativo sobre o mesmo indicador e isso pode ser explicado pelo fato de que quando economias com renda *per capita* menores migram da atividade industrial para a expansão do setor de serviços sem atingir níveis de especialização tecnológica e geração de valor agregado elevado, o setor de serviços (por ser caracterizado por baixo grau de qualificação da mão de obra, conhecimento e tecnologia) apresentam menores índices de produtividade, emprego e renda da população (Veríssimo e Saiani, 2019), conseqüentemente, desempenho inferior do IDESE.

Tabela 35 - Análise de regressão²⁸ do efeito dos setores econômicos no IDESE

Variáveis	Betas	Desvio-Padrão	Significância
Log Vab Agropecuária	0,149	1,0296	,001
Log Vab Indústria	0,679	1,9084	,000
Log Vab Serviços	-0,578	1,3838	,000

a) variável dependente = IDESE $R^2 = 0,108$. Nota: Significativo ao nível $p < 0,001$ Fonte: Elaboração própria com base na análise de regressão realizada no programa estatístico SPSS.

Quando observamos o beta da regressão na Tabela 35, percebemos que o que mais impacta positivamente no aumento do indicador é o vab indústria, havendo uma relação negativa entre o indicador e o vab serviços. O teste evidenciou que municípios que possuem a indústria e o setor agropecuário mais desenvolvidos tendem a apresentar um IDESE maior. Como problematizado acima, essas relações podem ser explicadas a partir das conseqüências do desenvolvimento do setor de serviços nas economias locais dos municípios, o que aparentemente não é positivo quando analisamos o IDESE. Apesar disso, sabemos que muitas das atividades do setor agropecuário (Castro, 2022) e do setor industrial (Veríssimo e Saiani, 2019) dependem do setor de serviços, constatação essa que nos faz refletir sobre a hipótese da relação dependente e exploratória que municípios onde o setor agropecuário e o setor industrial são desenvolvidos têm em relação aos municípios em que o setor de serviços é a base das economias. Essas relações desiguais entre os municípios colocariam uns em uma posição de estagnação, isto é, os municípios de pequeno porte que tem por base econômica o setor de serviços, e outros em posição de desenvolvimento contínuo. Aspecto que pode ser melhor investigado em trabalhos posteriores.

²⁸Para realizarmos a análise, os dados: VAB agropecuária, VAB indústria e VAB serviços foram logaritmizados, pois não possuem distribuição normal.

6.3.4 Análise comparativa das médias do IDESE desagregado: Critérios do IBGE X Mallmann

A variação dos indicadores abaixo, que compõem o IDESE, está entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, significa que mais desenvolvido é o município. Utilizamos a métrica adaptada de análise de variação de Marcuzzo e Ramos (2003) que apontam IDESE baixo variando de 0,1 até 0,6, médio variando de 0,61 até 0,79 e alto variando de 0,80 a 1,0.

Nesta seção realizamos a análise de diferença de média (ANOVAs a partir do *Post Hoc Test* – Tukey HSD) do IDESE entre os critérios de classificação do IBGE e de Mallmann, considerando o indicador de maneira desagregada, a partir de seus indicadores em separado. Com a análise, pretendemos averiguar qual é o comportamento dos municípios rurais e urbanos, tendo em vista os indicadores, nos quais apresentam maiores e/ou menores desempenhos.

6.3.4.1 Comparação das médias dos indicadores que constituem o IDESE segundo a tipologia do IBGE

Neste tópico observaremos como se comporta o indicador de modo desagregado, objetivando o máximo de clareza possível apresentamos os testes de significância, mas como já mencionado em outros momentos, ao trabalharmos com o universo de municípios do estado, não é um teste indispensável.

Com o teste de variância ANOVA conseguimos visualizar que as diferenças das médias do IDESE, segundo as classificações do IBGE são significativas no IDESE: educação ensino fundamental, IDESE educação: ensino fundamental: anos finais, IDESE Educação: ensino médio, IDESE: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE: educação pré-escola ($p < 0,001$), IDESE: saúde ($p < 0,001$), IDESE saúde: condições gerais de saúde ($p < 0,001$), IDESE saúde: condições gerais de saúde óbitos por causas evitáveis, IDESE saúde: condições gerais de saúde óbitos por causas mal definidas ($p < 0,001$), IDESE longevidade ($p < 0,001$), IDESE saúde: saúde materno infantil: consultas pré-natal temos mais de 95% de probabilidade de encontrar essas diferenças na população.

Há ainda diferença significativa quando comparamos municípios predominantemente rurais e predominantemente urbanos levando em consideração a variável IDESE educação:

ensino fundamental ($p < 0,05$), IDESE educação: ensino fundamental anos finais ($p < 0,05$), IDESE educação: ensino médio ($p < 0,05$), IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE educação: pré escola ($p < 0,001$), IDESE: saúde ($p < 0,001$), IDESE: saúde condições gerais de saúde ($p < 0,001$), IDESE: saúde condições gerais de saúde óbitos por causas evitáveis ($p < 0,05$), IDESE: saúde condições gerais de saúde óbitos por causas mal definidas ($p < 0,001$), IDESE saúde: longevidade ($p < 0,001$), IDESE saúde: saúde materno infantil consultas pré natal ($p < 0,05$). Há diferença entre municípios predominantemente rurais e intermediários na variável IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,05$), IDESE: saúde ($p < 0,05$), IDESE saúde: longevidade ($p < 0,05$).

Entre municípios predominantemente urbanos e intermediários na variável IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE educação: pré escola ($p < 0,05$), IDESE saúde: longevidade ($p < 0,05$) há diferença estatisticamente significativa.

Ao realizarmos a análise do indicador a partir da averiguação das variâncias, encontramos que no IDESE, mediante a aplicação da tipologia de classificação do IBGE, as médias: IDESE educação, IDESE educação: ensino fundamental, IDESE educação: ensino fundamental: anos finais, IDESE educação: ensino fundamental: anos iniciais, IDESE educação: ensino médio, IDESE: renda, IDESE renda: apropriação de renda, IDESE renda: geração de renda, IDESE: saúde, IDESE saúde: condições gerais de saúde, IDESE saúde: saúde materno infantil, IDESE saúde: saúde materno infantil: consultas pré-natal são semelhantes, sendo as médias desses indicadores superiores a 0,6, independente da classificação dos municípios (Tabela 36).

Tabela 36 - Análise das médias desagregadas do IDESE, classificação do IBGE

IDESE	Pred. Rural	Intermediário	Pred. Urbano
Educação	0,7437	0,7467	0,7482
Ensino Fundamental	0,7830	0,7687	0,7675
Ens. Fund.: Anos Iniciais	0,8332	0,8226	0,8183
Ens. Fund.: Anos Finais	0,7329	0,7147	0,7167
Ensino Médio	0,7737	0,7398	0,7331
Renda	0,6855	0,6698	0,6966
Apropriação de Renda	0,7306	0,7042	0,7253
Geração de Renda	0,6404	0,6354	0,6679

Saúde	0,8578	0,8419	0,8321
Condições gerais de saúde	0,7638	0,7440	0,7404
Saúde materno infantil	0,8759	0,8686	0,8694
Consultas pré-natal	0,8130	0,8049	0,7954

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de nas classificações as médias dos indicadores serem superiores a 0,6 (lembrando que o intervalo de variação do IDESE é de 0 à 1), é possível constatar algumas diferenças importantes. O IDESE educação dos municípios predominantemente urbanos é mais alto que dos municípios predominantemente rurais, mas ao observarmos o indicador IDESE educação: ensino fundamental anos iniciais, percebemos que a população dos anos iniciais em municípios rurais possui maior desempenho na Prova Brasil, em comparação com estudantes dos municípios predominantemente urbanos.

Além disso, o indicador de renda dos municípios predominantemente urbanos é maior do que dos municípios predominantemente rurais. Entretanto, quando analisamos a renda apropriada é possível observar que, em média, a renda *per capita* domiciliar nos municípios rurais é superior à renda *per capita* domiciliar dos municípios urbanos. O que contribui para o aumento do indicador de renda dos municípios predominantemente urbanos é a renda gerada, isto é, o PIB *per capita*.

Outro indicador interessante a ser observado é o IDESE saúde, que é superior nos municípios classificados como predominantemente rurais frente aos demais. A saúde materno infantil, que é calculada pela taxa de mortalidade de menores de 5 anos e pelo número de consultas pré-natais de nascidos vivos, é um indicador positivo para os municípios rurais. A análise desse índice aponta para a ideia de que nesses municípios o bem-estar e saúde de crianças têm apresentado desenvolvimento. Se há alguns anos havia problemas graves de desnutrição e taxas de mortalidade infantil altas em municípios rurais, os indicadores revelam que a situação mudou.

O IDESE educação: escolaridade adulta (ver Tabela 37) possui maior variabilidade entre as médias dos municípios classificados pelo IBGE.

Tabela 37 - Análise das médias do IDESE Educação: Critério IBGE

Municípios	Pré-escola	Escolaridade Adulta
Pred. Rural	0,9590	0,4642

Intermediário	0,9593	0,5072
Pred. Urbano	0,9154	0,5678

Fonte: Elaboração própria.

O menor índice observado pertence a municípios classificados como predominantemente rurais (0,46) e a melhor colocação é encontrada nos municípios predominantemente urbanos com média de 0,56. Importante lembrarmos que a escolaridade adulta corresponde ao percentual da população adulta que concluiu o ensino fundamental. Portanto, com esse indicador é possível constatar que ainda há uma considerável porção da população adulta dos municípios predominantemente rurais que possui nível de escolaridade baixo.

Desse ponto de vista, ao compararmos com os municípios predominantemente urbanos essa realidade não se altera muito, esses municípios possuem um leve aumento em relação aos rurais. Mas, de modo geral, o que vemos é um indicador de escolaridade adulta ainda baixo no estado, o que corrobora com os estudos do IBGE que apontam para uma taxa de escolaridade adulta no sul do Brasil de 10,1 anos (IBGE, 2022).

O IDESE educação: pré-escola é uma das variáveis que possui melhor desempenho entre todos os componentes do IDESE, independente da classificação dos municípios. Possui médias superiores a 0,9. Nesse ponto, os municípios predominantemente rurais apresentam uma média de 0,96 enquanto os municípios predominantemente urbanos possuem média de 0,91.

O IDESE saúde: condições gerais de saúde óbitos por causas evitáveis é uma variável do agregador saúde com desempenho mais baixo entre os municípios (Tabela 38). Municípios predominantemente rurais possuem uma média do índice de 0,6, enquanto municípios classificados como predominantemente urbanos apresentam pior desempenho: 0,58. Esses números indicam que há uma quantidade significativa de óbitos por causas evitáveis nesses territórios.

Tabela 38 - Análise das médias do IDESE Saúde por categoria do IBGE

Municípios	Óbitos causas evitáveis	Óbitos causas mal definidas	Longevidade	Mortalidade de menores de 5 anos
Pred. Rural	0,6040	0,9237	0,9336	0,9387
Intermediário	0,5829	0,9051	0,9131	0,9322

Pred. Urbano	0,5821	0,8987	0,8865	0,9434
--------------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Elaboração própria.

O IDESE saúde condições gerais de saúde: óbitos por causas mal definidas possui índice alto entre os municípios, apresentando melhor desempenho para municípios predominantemente rurais (0,92). Esse índice aponta para uma proporção de óbitos mal definidos baixa. Municípios predominantemente urbanos possuem um desempenho um pouco mais baixo (0,89) no indicador, isso quer dizer que a proporção de óbitos por causas mal definidas é maior nos municípios predominantemente urbanos.

A variável IDESE saúde: longevidade, que é calculado pela taxa bruta de mortalidade, possui médias altas do indicador entre os municípios: os predominantemente rurais apresentam melhor desempenho (0,93), enquanto nos municípios predominantemente urbanos tem uma média de 0,88. Isso indica que a taxa bruta de mortalidade nesses municípios é baixa, já que temos indicadores com altos desempenhos.

O IDESE saúde: saúde materno infantil mortalidade de menores de 5 anos é uma variável que possui médias altas, bom desempenho entre municípios predominantemente urbanos e predominantemente rurais, havendo destaque para municípios predominantemente urbanos ao registrarem menor índice de mortalidade do que os predominantemente rurais, tendo em vista que possui um desempenho superior na variável.

De maneira geral, a partir da desagregação do indicador foi possível visualizarmos que na variável Educação Adulta o indicador apresenta valor baixo, se destacando os municípios rurais. Os municípios rurais apresentam médias altas em todas as variáveis do agregador saúde e nas demais variáveis, apenas na variável educação adulta apresenta um indicador extremamente baixo.

Ao compararmos as médias dos municípios predominantemente rurais e predominantemente urbanos, percebemos que as médias desses últimos são elevadas, possuindo um recuo quando se considera a escolaridade adulta e no bloco “saúde”, que comparativamente aos municípios predominantemente rurais, apresentam desempenho inferiores.

6.3.4.2 Comparação das médias das variáveis do IDESE segundo a tipologia de Mallmann

Por meio do teste de variância ANOVA é possível visualizar que as diferenças das médias das variáveis do IDESE, segundo as classificações de Mallmann são significativas nas

seguintes áreas: IDESE: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE: educação pré-escola ($p < 0,001$), IDESE: saúde ($p < 0,001$), IDESE saúde: condições gerais de saúde óbitos por causas mal definidas ($p < 0,05$), IDESE longevidade ($p < 0,001$), IDESE saúde: saúde materno infantil ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil: consultas pré-natal ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil: mortalidade de menores de 5 anos ($p < 0,05$) temos mais de 95% de probabilidade de encontrar essas diferenças na população.

Quando comparamos municípios rurais e urbanos levando em consideração o IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE educação: pré escola ($p < 0,001$), IDESE: saúde ($p < 0,05$), IDESE saúde: longevidade ($p < 0,001$), IDESE saúde: saúde materno infantil ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil consultas pré natal ($p < 0,05$), encontramos diferenças estatisticamente significativas.

Há diferença entre municípios rurais e relativamente rurais na variável IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,001$), IDESE educação: pré-escola ($p < 0,05$), IDESE saúde ($p < 0,05$), IDESE: saúde condições gerais de saúde óbitos por causas mal definidas ($p < 0,05$), IDESE saúde: longevidade ($p < 0,001$). Ao compararmos municípios urbanos e relativamente rurais na variável IDESE saúde: saúde materno infantil ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil consultas pré-natal ($p < 0,05$) há diferenças significativas entre as classificações.

Municípios rurais e relativamente urbanos apresentam diferenças significativas na variável IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,05$). E quando contrastamos municípios urbanos e relativamente urbanos nas variáveis: IDESE educação: pré-escola ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil ($p < 0,05$), IDESE saúde: saúde materno infantil consultas pré natal ($p < 0,05$), IDESE educação: escolaridade adulta ($p < 0,05$) percebemos diferenças significativas.

No IDESE, as médias das variáveis: IDESE educação, IDESE educação: ensino fundamental, IDESE educação: ensino fundamental: anos finais, IDESE educação: ensino fundamental: anos iniciais, IDESE educação: ensino médio, IDESE educação: pré-escola, IDESE: renda, IDESE renda: apropriação de renda, IDESE renda: geração de renda, IDESE: saúde, IDESE saúde: condições gerais de saúde, IDESE saúde: condições gerais de saúde: óbitos por causas mal definidas, IDESE saúde: longevidade, IDESE saúde: saúde materno infantil, IDESE saúde: saúde materno infantil: mortalidade de menores de 5 anos são semelhantes, superiores a 0,6, independente da classificação dos municípios (ver Tabela 39).

IDESE	Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano
Educação	0,7437	0,7524	0,7383	0,7697
Pré-escola	0,9561	0,9195	0,8499	0,9216
Ensino Fundamental	0,7774	0,7846	0,7558	0,7885
Ens. Fund.: Anos Iniciais	0,8281	0,8373	0,7941	0,8477
Ens. Fund.: Anos Finais	0,7268	0,7319	0,7174	0,7292
Ensino Médio	0,7669	0,7079	0,7395	0,7662
Renda	0,6856	0,6888	0,7000	0,7053
Apropriação de Renda	0,7270	0,7139	0,7433	0,7477
Geração de Renda	0,6443	0,6637	0,6566	0,6628
Saúde	0,8524	0,8367	0,8192	0,8513
Condições gerais de saúde	0,7575	0,7466	0,7423	0,7603
Óbitos de causas mal definidas	0,9189	0,8969	0,9084	0,8897
Longevidade	0,9261	0,8828	0,8722	0,9114
Saúde materno infantil	0,8737	0,8807	0,8431	0,8821
Mortalidade menores de 5 anos	0,9386	0,9493	0,9252	0,9456

Fonte: Elaboração própria.

As médias dos indicadores da Tabela 39 se aproximam e são altas em grande parte dos casos. Entretanto, vemos que os municípios classificados por Mallmann como relativamente urbanos possuem médias dos indicadores mais altas que os municípios rurais. No IDESE educação: pré-escola, que averigua a taxa de matrícula na pré-escola, os municípios rurais apresentam maior valor para o indicador, nesses municípios há um maior número de crianças em idade escolar que estão matriculadas, número superior aos municípios urbanos.

O indicador renda, nos municípios relativamente urbanos são altos, em contraponto aos municípios rurais que possuem o valor menor para o indicador. Ao analisarmos os indicadores (geração e apropriação) que constituem o indicador renda, percebemos que o PIB *per capita* (geração de renda) termina por abaixar o valor do indicador renda em municípios rurais, fato que explica o valor baixo indicador renda.

Os municípios rurais possuem indicador IDESE saúde mais alto que os demais municípios, sendo os municípios urbanos os que apresentam menor média. Nesse indicador os

óbitos por causas evitáveis, que correspondem a taxa de mortalidade por causas evitáveis, merecem destaque nos municípios classificados como rurais por possuírem indicador mais alto que em municípios relativamente urbanos. De outro modo, em municípios rurais há menor taxa desse tipo de óbito que em municípios relativamente urbanos.

Na classificação do IBGE, o IDESE educação: escolaridade adulta possui variação significativa entre os municípios classificados por Mallmann: os municípios rurais apresentam pior média de desempenho (0,47) e municípios urbanos melhor desempenho (0,61).

Tabela 40 - Análise das médias do IDESE Educação: Critério de Mallmann

Municípios	Escolaridade Adulta
Rural	0,4795
Rel. Rural	0,5698
Urbano	0,6121
Rel. Urbano	0,5484

Fonte: Elaboração própria.

A escolaridade adulta é calculada com base no percentual da população adulta com ensino fundamental completo, dessa forma ao observarmos a Tabela 40, verificamos que os municípios classificados como rurais possuem menor percentual de população adulta com o ensino fundamental concluído. Os municípios categorizados como urbanos apresentam maior média do indicador revelando que, em comparação com os demais municípios, possuem altas médias de escolarização adulta. A partir desse índice é possível observar que as médias são baixas de escolarização adulta em todo o estado.

No caso do IDESE saúde: condições gerais de saúde: óbitos por causas evitáveis (Tabela 41) há uma variabilidade maior entre as classificações e as médias são baixas.

Tabela 41 - Análise das médias do IDESE Saúde: Critério de Mallmann

Municípios	Óbitos por causas evitáveis	Consultas pré-natal
Rural	0,5960	0,8088
Rel. Rural	0,5964	0,8121
Urbano	0,5763	0,7610
Rel. Urbano	0,6310	0,8189

Fonte: Elaboração própria.

Nessa variável quem tem pior desempenho são os municípios classificados como urbanos (0,57), o melhor desempenho está presente em municípios relativamente urbanos (0,63) e municípios rurais possuem média de 0,59. Diferentemente da tipologia do IBGE, em que os municípios predominantemente rurais apresentam desempenho mais alto, na classificação de Mallmann quem possui melhor índice são municípios relativamente urbanos. O IDESE: óbitos por causas evitáveis é constituído pela taxa de mortalidade por causas evitáveis, nesse sentido, é possível perceber que nos municípios urbanos essa taxa é mais elevada, o que contribuiria para o indicador ser baixo.

No IDESE saúde: saúde materno infantil: consultas pré-natal (Tabela 41), é averiguado pelo número de consultas pré-natais por nascidos vivos que acontecem nos municípios, essa variável possui médias altas, mas o que chama a atenção é que o desempenho dos municípios urbanos é o pior (0,76) em comparação com as demais classificações. Municípios rurais possuem média de 0,80 e municípios relativamente urbanos, detêm a maior média: 0,81.

Por meio da desagregação do IDESE analisado a partir de duas tipologias de classificação, os municípios rurais possuem maiores médias nas variáveis de saúde e piores médias nas variáveis que analisam a educação.

6.4 O COMPORTAMENTO DO INACESSO DO RIO GRANDE DO SUL: IBGE X MALLMANN

O InAcesso é analisado a partir de seu comportamento diante das tipologias de classificação dos municípios (IBGE e Mallmann), entretanto os testes empregados na análise desse índice se diferenciam dos testes realizados nos demais indicadores de desenvolvimento. Essa diferenciação acontece porque alguns testes não fariam sentido para essa pesquisa. Uma das características predominantes desse índice é a variação dos dados, espalhados por uma ampla gama de valores. Como é um índice novo e que está em processo de adaptação, essa ação foi necessária e realizamos: a) análise comparativa em faixas do InAcesso considerando ambas tipologias do IBGE e de Mallmann; b) análise comparativa InAcesso por faixas de densidade demográfica; c) análise comparativa InAcesso por faixa populacional; d) análise da diferença das médias do InAcesso segundo a tipologia do IBGE e de Mallmann calculada pelo Teste Kruskal Wallis; e) análise do índice desagregado em blocos (saúde e educação) e

de acordo com as tipologias do IBGE e de Mallmann, f) análise de correlação de Spearman entre IDHM, IDESE e InAcesso.

6.4.1 Análise comparativa do comportamento do InAcesso a partir de distintas categorias

Na Tabela 42, temos a variação do comportamento do InAcesso baseado nas diferentes tipologias de classificação. Para tanto, utilizamos o índice em faixas, sendo considerado um índice baixo aquele que possui variação de InAcesso de 0,1 a 0,6, médio quando temos InAcesso de 0,61 a 0,79 e alto quando o InAcesso varia de 0,80 a 1,0.

Ao observarmos a tabela percebemos que em ambas tipologias, as médias dos municípios são baixas (variação de 0,1 a 0,6) e médias (variação de 0,61 a 0,79), poucos os municípios que possuem um índice alto (variação de 0,80 a 1,0). Na tipologia do IBGE, 73,9% dos municípios predominantemente rurais apresentam índice baixo e apenas 7,1% índice alto.

Tabela 42 – Comportamento do InAcesso ante as tipologias

InAcesso	IBGE			Total	Mallmann				Total
	Pred. Rural	Interm.	Pred. Urbano		Rural	Rel. Rural	Urbano	Rel. Urbano	
Baixo	73,9%	65,1%	73,3%	73,0%	71,5%	81,6%	77,8%	80,0%	73,0%
Médio	18,9%	25,6%	16,8%	19,0%	20,0%	12,2%	16,7%	13,3%	19,0%
Alto	7,1%	9,3%	9,9%	8,1%	8,5%	6,1%	5,6%	6,7%	8,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Ainda na classificação do IBGE, os municípios compreendidos como predominantemente urbanos possuem 73,3% do índice baixo e 9,9% do Índice de Acesso alto. A partir dessa tipologia, encontramos municípios classificados como predominantemente urbanos com melhor desempenho no índice sendo seguidos por municípios intermediários.

Utilizando a tipologia de Mallmann, constatamos que 71,5% dos municípios rurais possuem índice baixo e 8,5% apresentam um índice alto. Na classificação dos municípios urbanos encontramos que 77,8% possuem média do InAcesso baixa e 5,6% um índice alto. A partir da metodologia de classificação dos municípios por Mallmann, os municípios rurais

possuem desempenho mais alto no índice que os municípios urbanos. Os municípios relativamente rurais são os que apresentam maiores percentuais de índice baixo (81,6%) e menor percentual com índice alto (6,1%).

Analisaremos agora o comportamento do Índice de Acesso mediante a variação em faixas da densidade demográfica. Segmentamos a densidade em seis faixas, realizamos essa escolha a partir das características da densidade demográfica no estado. A Tabela 43 ilustra o comportamento do InAcesso ante a densidade e percebemos que os municípios no Rio Grande do Sul se concentram na primeira faixa do índice, possuindo média baixa de variação entre 0,1 a 0,6.

Tabela 43 - Referência Cruzada InAcesso e densidade demográfica

InAcesso	Densidade					
	1 a 50,99	51 a 100,99	101 a 200,99	201 a 500,99	501 a 1000,99	1001 a 3000
Baixo	70,8%	78,7%	76,7%	81,3%	100%	100%
Médio	21%	12,8%	16,7%	6,3%	0%	0%
Alto	8,2%	8,5%	6,7%	12,5%	0%	0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria. Nota: Baixo: InAcesso de 0,1 até 0,6; Médio: InAcesso de 0,61 até 0,79; Alto: InAcesso de 0,80 a 1,0

Por meio da observação dos percentuais na Tabela 43, visualizamos que 16,7% dos municípios com até 200,99 de densidade demográfica possuem índice médio de acesso a serviços básicos. Nessa mesma faixa, observamos que 76,7% desses municípios possuem índice baixo. É interessante verificar que municípios com densidade entre 51 e 100,99 apresentam maior percentual de municípios com InAcesso em comparação com as demais faixas de densidade demográfica. Quanto maior a densidade demográfica, maior o percentual de municípios com Índice de Acesso categorizado como baixo.

Analisando a correlação bivariada (0,150) entre as faixas do InAcesso e as faixas da população rural, percebemos que há associação entre estes. Temos p-valor menor que 0,05, indicando significância, apesar disso, a significância não é um elemento importante nesses casos, uma vez que trabalhamos com todos os municípios do estado. A tabela de referência

cruzada (Tabela 44) demonstra que 82,1% dos municípios em que a população rural varia de 1 a 1.500 apresentam índice baixo, apenas 7,7% desses municípios possuem o índice alto.

Tabela 44 - Referência Cruzada InAcesso e população rural

InAcesso	1 à 1500	1501 à 3000	3001 à 4500	4501 à 6000	6001 à 7500	7501 à 34000
Baixo	82,1%	76,1%	60,7%	64,9%	62,5%	66,7%
Médio	10,3%	16,2%	28,1%	24,3%	25%	33,3%
Alto	7,7%	7,6%	11,2%	10,8%	12,5%	,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2010).

Quando observamos municípios que possuem população rural de 3001 a 4500 pessoas, 11,2% dos municípios possuem índice alto e outros 60,7% dos municípios nessa faixa populacional apresentam índice baixo. Observando municípios com população rural que varia de 7.501 a 34.000, um número considerável desses municípios possui índice médio (33,3%).

Dessa forma, com as análises realizadas até o momento, constatamos que os municípios com uma densidade demográfica entre 1 e 200,99 possuem melhores condições de acesso a serviços de saúde e educação no meio rural. Avaliando a população rural dos municípios, percebemos que quando possuem população rural que varia de 3.001 a 7.500 pessoas, geralmente possuem um índice alto, o que caracteriza melhores condições de acesso à saúde e à educação básica.

Considerando as médias do índice de acordo com a segmentação entre municípios urbanos e municípios rurais em ambas as tipologias, encontramos alguns resultados interessantes. A Tabela 45 evidencia as divergências das médias do índice a partir das diferentes classificações. Objetivando a melhor compreensão das características desses municípios foram utilizadas apenas duas categorias: municípios classificados pelo IBGE como predominantemente urbanos são nomeados como urbanos e municípios predominantemente rurais são classificados como rurais. Na tipologia de Mallmann são analisados apenas os municípios urbanos e os municípios rurais.

Tabela 45 – As diferenças das médias do InAcesso segundo as tipologias

Tipologia	Média InAcesso		Diferença
	Municípios Urbanos	Municípios Rurais	
IBGE	0,4438	0,4209	0,0229
Mallmann	0,4250	0,4380	0,013

Fonte: Elaboração própria com base no Kruskal-Wallis realizado no programa estatístico SPSS. Nota: Diferença de média não é significativa a um nível de $p < 0,05$ segundo Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Podemos destacar tendências diferentes ante as duas tipologias. Nas categorias de classificação do IBGE os municípios urbanos se desempenham melhor, os rurais têm médias mais altas na classificação de Mallmann. Na classificação de Mallmann os municípios rurais tendem a apresentar desempenho mais alto que os municípios urbanos. Do mesmo modo, quando consideramos a tipologia do IBGE, os municípios classificados como urbanos possuem maiores médias que os rurais.

Algumas das possíveis interpretações desses achados, ocorrem ao não especificar as diferenças dos municípios classificados como predominantemente urbanos e associar, em uma mesma categoria, municípios que possuem características rurais, mas que apresentam população total considerável. Dessa forma, o IBGE comete um equívoco e termina por mascarar as características dos municípios gaúchos. Ao conduzir dessa forma as categorias, temos um Índice de Acesso superior em municípios classificados como predominantemente urbanos em detrimento dos municípios tipificados como predominantemente rurais.

Para além disso, na classificação do IBGE os municípios predominantemente urbanos possuem Índice de Acesso mais altos que os municípios predominantemente rurais, pois no Índice de Acesso, um dos elementos basilares é a população rural. Em outras palavras, quanto maior a população rural dos municípios e a existência de serviços de saúde e educação bem distribuídos nas áreas rurais, mais bem avaliado é o município. Como o IBGE caracteriza municípios predominantemente urbanos como sendo aqueles que apresentam população de mais de 50 mil habitantes em áreas de ocupação densa, de 25 mil a 50 mil habitantes em áreas de urbanização superiores a 50% e de 10 mil a 25 mil habitantes em áreas com urbanização superior a 75%, essa classificação tende a categorizar como urbanos municípios que possuem uma população rural significativamente grande. Diante disso, municípios predominantemente

urbanos possuem melhores médias de InAcesso do que municípios predominantemente rurais na classificação do IBGE.

Na classificação de Mallmann não encontramos essa peculiaridade, tendo em vista que os municípios rurais apresentam duas categorias: os rurais e relativamente rurais e os municípios urbanos e relativamente urbanos. Essa última categorização prioriza a existência de população urbana consistente para a categorização. Assim, municípios rurais em Mallmann são melhores classificados que municípios urbanos.

Os municípios rurais na tipologia de Mallmann apresentam uma média maior do Índice de Acesso, pois os municípios rurais tem como uma de suas características estruturantes a presença notável da população em zonas rurais, o que imporia aos municípios a necessidade dos serviços básicos de atendimento à população nessas áreas. Diferentemente do que, segundo o índice, acontece em municípios como relativamente urbanos e urbanos nos quais a presença de população rural é menor, a gestão pública não realiza melhorias e manutenção de estruturas de serviços públicos essenciais nas zonas rurais.

Esse descuido com as populações rurais dos municípios urbanos pode ser explicado pela dinâmica comumente utilizada no Brasil: áreas rurais colocadas em oposição e exclusão às áreas urbanas. Essa relação arbitrária não considera os processos sociais e econômicos que envolvem os territórios (Soares *et al*, 2015). Dessa forma, à medida que um município passa a apresentar população urbana, a disponibilidade de políticas de saúde e educação para a zona rural fica em segundo plano.

A existência de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais do país, como sabemos, são escassas. Entendemos que a ampliação de políticas de educação e saúde são alguns dos aspectos essenciais que constituem a qualidade de vida dos indivíduos (Magalhães *et al*, 2022).

Magalhães *et al* (2022), mencionam que, devido à diminuição da população rural, as populações rurais passaram a receber cada vez menos recursos direcionados à saúde. Quando investigamos o acesso à educação pelas populações rurais, encontramos o ensino em escolas rurais diverso do ensino presentes nas escolas urbanas: isso acontece porque há precariedade em vários aspectos, desde a escassez de materiais, insuficiência de professores e inexistência de estrutura física (Araújo, Aguiar e Souza, 2021).

A redução do número de escolas nas zonas rurais vem chamando a atenção. No Brasil, entre 2002 e 2019, foram fechadas 48,4% do total de estabelecimentos: uma média de 3 mil escolas fechadas anualmente (Pereira e Castro, 2021). A região Sul apresentou a maior

redução: “[...] 57% das escolas existentes em 2002 foram fechadas segundo o Censo Escolar 2019.” (Pereira e Castro, p. 33, 2021).

A redução de escolas no mundo rural ultrapassa o indicado, segundo Pereira e Castro (2021), a redução no número de escolas rurais era esperado diante da redução da população rural do país, contudo, foram fechadas mais escolas do que se reduziu a quantidade de alunos na zona rural, criando um déficit de vagas nas áreas rurais.

Uma explicação para o fechamento de escolas rurais é o desenho do Plano Nacional de Educação (PNE) que, para os autores,

[...] incentiva as prefeituras a buscarem recursos para transporte escolar e não para manter os alunos próximos à sua moradia (Ipea, 2012). Em outros termos, parece haver maior facilidade para obter financiamento para transporte escolar (PNTE) do que para manutenção de escolas. (Pereira e Castro, p. 33, 2021)

Com a ausência de acesso à educação, as populações rurais são prejudicadas em relação ao tempo de deslocamento de casa (rural) para a escola (urbano), fazendo com que os alunos estejam em pior condição quando comparados a alunos que residem em áreas urbanas (Pereira e Castro, 2021).

6.4.2 Análise do Índice de Acesso desagregado: Bloco saúde

O Índice de Acesso é composto por dois blocos que correspondem à análise do acesso a unidades de saúde no meio rural e hospitais no meio urbano bem como, o acesso a escolas públicas que atendam à educação básica da população rural. Como pretendemos compreender de modo dinâmico o comportamento do índice, nessa seção realizamos esse trabalho de maneira desagregada.

Na Tabela 46 visualizamos como o bloco saúde do índice se comporta em relação à tipologia de classificação dos municípios elaborada pelo IBGE. De igual forma, adiante veremos como os dados se constituem a partir da tipologia de Mallmann.

Tabela 46 – InAcesso médio Bloco Saúde dos municípios segundo a tipologia do IBGE

IBGE	Bloco Saúde	Mínimo	Máximo
Pred. Rurais	0,342	0,000	0,975
Intermediários	0,327	0,000	0,950
Pred. Urbanos	0,342	0,000	0,950

Fonte: Elaboração própria por meio do Teste ANOVA.

É interessante perceber o comportamento do indicador de acordo com a tipologia: quando observamos as classificações do IBGE, os valores mínimos do subíndice saúde são 0, e o valor mais alto encontra-se nos municípios classificados como predominantemente rurais. De modo geral, entre as classificações dos municípios não há uma heterogeneidade significativa, o que se destaca são valores extremos nos mínimos e máximos. Verificamos, a partir da Tabela 46, que os municípios classificados como intermediários apresentam menor média do subíndice acesso à saúde, e nos municípios predominantemente urbanos e predominantemente rurais essa diferença não é encontrada.

Por meio da tipologia de Mallmann, temos na Tabela 47 a variação entre as classificações: municípios relativamente urbanos possuem menor média desse bloco e municípios urbanos apresentam maior índice de acesso a serviços de saúde disponibilizado para populações rurais. É importante ressaltarmos que a métrica de cálculo do InAcesso é baseada na população rural, isto é, quanto mais estabelecimentos de saúde e educação nas áreas rurais dos municípios e menor sua população rural, mais acesso a esses serviços a população possui e, por consequência, mais alto é o índice.

Tabela 47 – InAcesso médio Bloco Saúde dos municípios segundo a tipologia de Mallmann

Mallmann	Bloco Saúde	Mínimo	Máximo
Rurais	0,350	0,000	0,975
Rel. Rurais	0,300	0,025	0,950
Urbanos	0,358	0,000	0,925
Rel. Urbanos	0,231	0,000	0,925

Fonte: Elaboração própria por meio do Teste ANOVA.

Através da metodologia de Mallmann, observamos o comportamento do subíndice bloco saúde, no caso dos municípios relativamente urbanos, apresentam subíndice ainda menor que os demais municípios.

6.4.3 Análise do Índice de Acesso desagregado: Bloco educação

Efetuamos a averiguação do subíndice educação que conforma o Índice de Acesso através dos mesmos testes que analisamos o subíndice saúde. A Tabela 48 evidencia as médias do subíndice educação a partir da tipologia do IBGE, demonstrando que, municípios intermediários apresentam médias mais altas do que os demais municípios. De modo geral, as médias verificadas no subíndice educação são consistentes, superiores em relação ao subíndice saúde, nessa classificação.

Tabela 48 – InAcesso médio Bloco Educação dos municípios segundo a tipologia do IBGE

IBGE	Bloco Educação	Mínimo	Máximo
Pred. Rurais	0,501	0,000	1,000
Intermediários	0,598	0,000	1,000
Pred. Urbanos	0,540	0,000	1,000

Fonte: Elaboração própria por meio do Teste ANOVA.

Na tabela acima vemos que os municípios classificados como intermediários para o IBGE, possuem melhor desempenho de acesso à educação nas áreas rurais. Observamos que os municípios classificados como predominantemente rurais exibem menor média do subíndice educação.

Na Tabela 49, temos as médias do subíndice educação a partir das classificações elaboradas por Mallmann. Nessa tipologia, os municípios classificados como relativamente rurais apresentam a menor média do subíndice educação e os municípios classificados como rurais possuem melhor desempenho do subíndice.

Tabela 49 – InAcesso médio Bloco Educação dos municípios segundo a tipologia de Mallmann

Mallmann	Bloco Educação	Mínimo	Máximo
Rurais	0,527	0,000	1,000
Rel. Rurais	0,477	0,000	1,000
Urbanos	0,491	0,000	1,000
Rel. Urbanos	0,510	0,000	1,000

Fonte: Elaboração própria por meio do Teste ANOVA.

Com a desagregação do bloco educação visualizamos que os municípios rurais, em comparação com os demais são os que possuem melhores condições de acesso à educação nas áreas rurais. É importante destacar que o cálculo do Índice de Acesso (InAcesso) se fundamenta na população rural. Em outras palavras, quanto maior for o número de instituições de saúde e educação localizadas nas regiões rurais dos municípios, e quanto menor for a população rural, maior será o acesso dessas comunidades a esses serviços. Isso, por sua vez, resultará em um índice mais elevado.

Constatamos isso ao recapitularmos a forma de constituição do subíndice, como varia de acordo com a população rural: nos casos em que não há escola rural temos 0, se há uma escola rural para menos de 1000 habitantes temos o valor de 1, se há uma escola rural para mais de 1000 habitantes temos 0,75, se há uma Escola Rural para mais de 2000 habitantes temos 0,5 e se há uma Escola Rural para mais de 5000 habitantes temos 0,25. Percebemos que os municípios urbanos, ao observarmos o subíndice educação, tendem a menor subíndice e consequente, menor número de escolas.

Com a análise do índice a partir dos subíndices saúde e educação, bem como ao segmentarmos considerando diferentes critérios de classificação, foi mais proveitoso, pois percebemos alguns aspectos interessantes. Os municípios rurais possuem maior desempenho no subíndice saúde que no subíndice educação. Quando observamos os municípios intermediários na tipologia do IBGE, e os relativamente urbanos na de Mallmann percebemos que no subíndice saúde, foram os municípios que apresentaram menor média.

O desempenho do subíndice de saúde, na tipologia do IBGE e de Mallmann, em municípios rurais e urbanos possuem desempenhos empatados, vemos diferença entre os municípios quando analisamos a educação. Nesse subíndice, os municípios intermediários, para o IBGE, possuem maior desempenho, e em Mallmann são os municípios rurais que apresentam médias superiores. Uma hipótese que pode explicar essa situação é porque torna-se mais fácil manter a estrutura e recursos humanos dos estabelecimentos de saúde localizados nas zonas rurais do que os de educação, uma vez que existem políticas de incentivo a esse processo. A Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017 trata do funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e seus respectivos grupos de Estratégias da Saúde da Família (ESFs), esse documento aponta que os gestores dos municípios devem determinar onde é necessário que o serviço de saúde seja ofertado.

Nesse documento temos acesso à distribuição da carga horária dos profissionais, horários e dias de funcionamento dos estabelecimentos de saúde. O documento considera o perfil demográfico e epidemiológico local onde está localizada a unidade. Essa portaria nos

esclarece que o funcionamento dos estabelecimentos depende do que os gestores elencam como pertinente de acordo com a população e territórios atendidos. A portaria recomenda que os estabelecimentos de saúde tenham funcionamento com carga horária mínima de 40 horas/semanais e no mínimo 5 (cinco) dias da semana, possibilitando acesso facilitado à população. A portaria faz essa recomendação, como mencionado acima, a existência e funcionamento dos estabelecimentos de saúde, sejam em áreas rurais e/ou urbanas, dependem em última instância da decisão dos gestores municipais.

Com relação às escolas, como aquelas em regime de alternância não são comuns no Rio Grande do Sul, torna-se mais dispendioso manter escolas rurais mesmo que haja população interessada. Pereira e Castro (2021) apontam que há número considerável de estudantes na zona rural, mas que não existem escolas rurais suficientes para essa população, haja vista políticas de desincentivo da manutenção das escolas rurais.

Grande parte da população rural, por mais que esteja vivendo mais e em melhores condições, é privada das capacidades e oportunidades de escolher (Aquino, 2018). Quando consideramos o fechamento de escolas rurais e o número reduzido de estabelecimentos de saúde no meio rural. O fenômeno de concentração dos serviços sociais cada vez maior nos pequenos centros urbanos contribui para o envelhecimento da população rural e a partida dos jovens da zona rural. Dessa forma, garantir a existência de escolas no meio rural é pensar na permanência dos jovens na área rural e assegurar o direito ao acesso à educação postulado na Constituição Federal de 1988 (Reis; Moreno, 2015).

O desenvolvimento nas áreas rurais deve ser entendido para além da produção agropecuária. Pensadores do desenvolvimento apontam que a educação é um dos fatores primordiais no processo de desenvolvimento social, científico, cultural e econômico de um país (Pereira; Castro, 2021). Sendo assim, assegurar o direito à educação perto do local de moradia às populações rurais é pensar no longo prazo e desenhar um projeto de país atento à ampliação da qualidade de vida dos cidadãos.

6.4.4 Correlação entre os indicadores de desenvolvimento: IDHM, IDESE e InAcesso

Selecionamos diferentes indicadores de desenvolvimento para correlacionar com o índice criado. A pretensão é demonstrar que o Índice de Acesso dá conta de uma realidade, no caso as populações rurais, que os demais indicadores de desenvolvimento, por serem ainda bastante urbano-centrados, não conseguem abarcar.

Por meio da tabela de referência cruzada (Tabela 50), encontramos de imediato uma diferença nas médias dos indicadores e índice, enquanto os primeiros possuem média superior a 0,7 no Rio Grande do Sul, a média do índice é de 0,4.

Tabela 50 – Médias dos indicadores de desenvolvimento

Indicadores	Média
IDHM	0,7170
IDESE	0,7643
InAcesso	0,4306

Fonte: Elaboração própria.

Ao elaborarmos a correlação (Tabela 51) entre os indicadores de desenvolvimento, percebemos que o IDHM e o IDESE apresentam uma correlação significativa a p-valor < 0,01. Ao analisarmos esse mesmo indicador, IDHM, através do InAcesso encontramos uma correlação negativa, com nível de significância a p-valor < 0,05.

Tabela 51 – Correlação de Spearman dos indicadores de desenvolvimento

Índice	IDHM	IDESE
InAcesso	-0,136**	-0,150**
IDESE	0,602**	1

Fonte: Elaboração própria. Nota: Correlação ** significativa a $p < 0,01$.

O IDESE em comparação com o InAcesso possui correlação ($p < 0,05$) negativa. Com isso, podemos dizer que temos indicadores positivos nos municípios gaúchos quando analisamos a área rural desses municípios. Já a qualidade de acesso à saúde e educação tendem a ser piores em relação aos outros indicadores genéricos de desenvolvimento. Na Tabela 52 ilustramos melhor essa análise, nela visualizamos que alguns municípios com IDHM e IDESE médios e altos não necessariamente repercutem um InAcesso bem posicionado.

Tabela 52 - Tabela cruzada entre IDHM, IDESE e InAcesso

Município	Classificação IBGE	Classificação Mallmann	IDHM	IDESE	InAcesso
Porto Alegre	Pred. Urbano	Urbano	0,805	0,835	0,462

Carlos Barbosa	Pred. Urbano	Rel. Rural	0,796	0,890	0,575
Ipiranga do Sul	Pred. Rural	Rural	0,791	0,866	0,037
Três Arroios	Pred. Rural	Rural	0,791	0,851	0,375
Lagoão	Pred. Rural	Rural	0,789	0,690	0,2
Frederico Westphalen	Pred. Urbano	Rel. Rural	0,786	0,796	0,662
Casca	Pred. Rural	Rural	0,785	0,849	0,575
Nova Araçá	Pred. Rural	Rural	0,785	0,832	0
Ivoti	Pred. Urbano	Rel. Rural	0,784	0,834	0,212
Santa Maria do Herval	Pred. Urbano	Urbano	0,784	0,756	0,2

Fonte: Elaboração própria. Nota: Baixo: InAcesso de 0,1 até 0,6; Médio: InAcesso de 0,61 até 0,79; Alto: InAcesso de 0,80 a 1,0

É importante recapitularmos que o InAcesso é um indicador construído a partir do número de estabelecimentos de saúde e de educação, tomando como base a população rural. Pretendemos compreender a porção de estabelecimentos de educação e saúde ideais segundo a população rural. Dessa forma, temos um índice que entende especificamente a dinâmica de acesso a serviços essenciais da população rural nos municípios gaúchos, por conta disso, possivelmente é justificado a correlação negativa na Tabela 51 entre o índice e os indicadores oficiais. Em outras palavras, a correlação negativa com indicadores de desenvolvimento acontece pois esses são parâmetros genéricos e baseados em características urbanas, diferentemente do InAcesso.

Na Tabela 52 vemos municípios como Porto Alegre classificados pelo IBGE e por Mallmann como um município urbano com IDHM e IDESE considerados altos e com InAcesso baixo. O município de Três Arroios, compreendido como rural por ambas tipologias, possui IDHM médio e IDESE alto, no InAcesso temos um índice baixo. O mesmo acontece com Nova Araçá, classificado como rural pelo IBGE e Mallmann, com indicadores de desenvolvimento IDHM médio e IDESE alto, todavia com InAcesso baixo.

O InAcesso ao considerar a população rural, torna-se um índice mais preciso ao analisar o desenvolvimento que outros indicadores, tais como o IDHM e IDESE. A correlação negativa, que visualizamos na Tabela 51 e a tabela cruzada que temos na Tabela 52, demonstram que um município pode ter alto IDHM e/ou IDESE e um InAcesso baixo.

O Índice de Acesso é uma medida criada para averiguar a capacidade de escolhas disponíveis às populações rurais do Rio Grande do Sul, em outras palavras, esse índice se baseia na compreensão ampliada de desenvolvimento de Amartya Sen, que o concebe como a expansão das capacidades das pessoas serem e de fazerem.

Sen avalia que é impossível uma população se desenvolver sem que essa tenha assegurada a capacidade de escolher. A condição primordial para que as pessoas possam escolher é a garantia de que haja opções, haja serviços de atenção básica à população. Dessa forma, quando pesquisamos e constatamos que em áreas rurais há o fechamento de escolas e, cada vez mais, a escassez de estabelecimentos de saúde próximos às populações moradoras das zonas rurais, percebemos que a liberdade de escolha está sendo cerceada, em última instância, o bem estar dessas populações é comprometido. Em suma, é necessário entender a presença de estabelecimentos de saúde e escolas nas zonas rurais a partir de sua importância social, assim como sua capacidade de geração de bem estar àquela população que a acessará.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação buscamos responder a algumas perguntas a respeito do desenvolvimento em municípios rurais e municípios urbanos, seguindo a tipologia oficial de classificação dos municípios do IBGE, a tipologia alternativa de Mallmann e o Índice de Acesso. Com as análises estatísticas em torno de alguns indicadores sociais demonstram que torna-se difícil apontarmos que, os municípios rurais no Rio Grande do Sul, estariam aquém do desenvolvimento, comparativamente aos municípios classificados como urbanos.

É possível verificarmos que um dos principais erros dessas suposições iniciais da Sociologia e das Ciências Sociais Aplicadas foi compreender o desenvolvimento de uma maneira etapista e linear, reprodutível de forma escalar independente da sociedade a qual se destina. Dessa forma, o rural e o urbano são analisados como binômios que estão em oposição quando se trata de desenvolvimento. Autores como Mormont (1996 *apud* Wanderley, 2000) Abramovay (2007), Carmo (2009), Favareto (2009) demonstram que essas alegações caem por terra quando analisamos a realidade material: esses dois territórios são interdependentes, seja em termos paisagísticos, como econômico-sociais.

Por mais que a literatura tenha conseguido expandir sua compreensão sobre desenvolvimento e as relações existentes entre a zona rural e a urbana, quando se trata do plano político, ainda encontramos políticas que reproduzem essa lógica oposicionista. Principalmente quando não são articuladas políticas que se preocupem com a qualidade de vida das populações rurais, e mesmo quando não são nem pautadas esse tipo de estratégia, ao se pensar que rural é o lugar da produção de agricultura intensiva, esquecendo-se que há uma população rural no estado do Rio Grande do Sul e que a agricultura familiar existe e tem sua importância econômica na produção de alimentos diversificados.

Acreditamos que o desenvolvimento rural dos municípios deve ser uma questão de interesse político no estado, elaboramos um índice de avaliação do acesso a certos serviços públicos que consideramos essenciais ao desenvolvimento, assim nasceu o Índice de Acesso. Ao tratarmos o desenvolvimento partindo da necessidade de se pensar tendo em vista o mundo rural, pretendemos trazer luz para a importância de ver as diferentes populações que compõem os municípios. Ainda seguindo essa ideia, falar em desenvolvimento territorial tem como objetivo procurar observar os municípios de modo global, considerando os aspectos econômicos, culturais, ambientais e atentando para a qualidade de vida.

A partir das análises estatísticas realizadas nessa pesquisa percebemos que a classificação dos municípios elaborada pelo IBGE, por mais que em 2017 o órgão tenha atualizado a tipificação, ainda apresenta falhas principalmente quando se trata de municípios classificados como intermediários. Esses municípios não são extremamente urbanizados nem essencialmente rurais, e tendem a serem tipificados de uma maneira ainda pouco adequada. A margem de variação do grau de urbanização dentro dessa categoria “intermediária” é grande, havendo casos que municípios “mais” rurais estão na mesma categoria de municípios que são intermediários. Outro dado encontrado foi que, quando utilizamos outra tipologia de classificação, no caso a de Mallmann, os indicadores de desenvolvimento dos municípios rurais tendem a ser mais altos.

Desmistificando ainda a oposição entre rural e urbano, popularizada por muito tempo na Sociologia, bem como no senso comum, e as noções equivocadas de que rural é sinônimo de atraso e o urbano é sinônimo de desenvolvimento, torna-se possível dizer que essas noções não possuem evidência científica. Há indicadores nos municípios rurais que precisam de atenção, tais como os de escolarização, mortalidade infantil e renda, entretanto, quando analisamos a totalidade desses indicadores é impensável sustentarmos tal afirmação.

O uso político da abordagem territorial compreenderia de uma maneira mais adequada o processo de concepção das classificações entre municípios rurais e urbanos no Brasil. Ao longo da dissertação, problematizamos a questão das classificações elaboradas pelo IBGE, evidenciando que historicamente a formação das parcelas urbanas das cidades é marcada pelo Decreto 311/1938 que tende a observar o rural de uma maneira distorcida, noção essa que atrela a urbanização ao progresso das sociedades. Desta forma, tende a caracterizar todo agrupamento em comunidades com alguns elementos marcadores como cidade, mesmo que em sua generalidade não possa ser caracterizada dessa forma. Esse decreto é utilizado pelos municípios e de algum modo tende a influenciar a classificação do IBGE ainda hoje. Levantarmos essas questões é de suma importância para entendermos como as cidades se constituem no Brasil, além de desvendarmos os aspectos políticos que envolvem a noção de progresso na história de nosso país.

Para tanto, pretendendo trazer uma perspectiva alternativa para a análise do desenvolvimento nos municípios e para a tipologia do IBGE empregada na classificação, como vimos, utilizamos a tipologia de classificação alternativa de Mallmann que se baseia em uma classificação mais detalhada dos municípios. Com a classificação alternativa temos que a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul são rurais (83,5%) e apenas 3,6% são urbanos, o que é um resultado diferente quando analisamos a partir da classificação oficial que aponta

65% dos municípios como predominantemente rurais e 26% como predominantemente urbanos. Dessa forma, com a tipologia do IBGE, percebemos que esta possui uma tendência urbanizante dos municípios rurais, comparativamente a tipologia alternativa de Mallmann. E é com esses resultados diferentes que averiguamos os indicadores sociais, os quais possuem médias distintas de acordo com a tipologia utilizada, obviamente que essas diferenciações não são profundas, todavia são notáveis.

Nas primeiras páginas dessa dissertação foram levantadas hipóteses tais como que municípios rurais melhorariam sua posição no desenvolvimento analisado a partir do PIB *per capita* e do IDESE municipal. Para essa questão, constatamos que os municípios que estão entre os dez maiores PIB *per capita* do estado, seja em 2010 ou 2017, são classificados por Mallmann como rurais e/ou relativamente rurais. Entretanto, em relação à média, municípios classificados como relativamente urbanos por Mallmann e predominantemente urbanos pelo IBGE, seja em 2010 e 2017, possuem as médias mais altas no PIB *per capita*.

Sob o aspecto do IDESE municipal na classificação de Mallmann, os municípios rurais possuem médias altas em comparação com os urbanos. Isso acontece também quando utilizamos a tipologia do IBGE: municípios classificados como predominantemente rurais possuem indicador superior a municípios predominantemente urbanos. Contudo, é importante ressaltarmos que os municípios relativamente urbanos, na categorização de Mallmann, nos surpreenderam ao apresentarem média do indicador superior a todas as demais categorias.

Na análise do PIB dos anos 2010 e 2017 vimos que os municípios rurais tendem a ter importante contribuição no Rio Grande do Sul. Esse resultado indica, justamente, que a máxima de que os municípios rurais possuem desenvolvimento inferior é infundada. Quando analisamos os municípios que possuem o PIB superior à média do estado, maior quantidade de municípios predominantemente rurais (54,83%) contra 41,12% dos municípios predominantemente urbanos. Na tipologia alternativa, 70,73% é representado por municípios rurais e 4,06% são urbanos.

No entanto, em 2010, 68,7% dos municípios com PIB abaixo da média do estado eram municípios predominantemente rurais e 21,44% eram municípios predominantemente urbanos, isso na tipologia de classificação do IBGE. Mas analisando essa mesma média a partir da tipologia de Mallmann encontramos que 87,70% desses municípios são rurais e apenas 2,68% são municípios urbanos. Em outras palavras, em ambas tipologias foi visualizado maior quantidade de municípios rurais com a média do PIB inferior à média do estado.

De modo geral, o que se percebe é que em termos de PIB, a esmagadora maioria dos municípios gaúchos possuem PIBs pequenos, e há alguns municípios que contribuem para aumento da média nos demais. Desses municípios que elevam o PIB do estado, percebemos que os municípios rurais têm uma fatia considerável de participação.

Após sete anos, em 2017, como indicado nas análises estatísticas, o PIB estadual apresentou algumas mudanças. A partir da classificação oficial dos municípios temos, mais uma vez, participação consistente dos municípios classificados como predominantemente rurais, representando 57,51% do total de municípios com média superior à média do PIB estadual. Comparativamente a 2010 houve a ampliação da participação dos municípios predominantemente rurais e a retração dos predominantemente urbanos. Nos valendo da tipologia de Mallmann, foi observado que dos municípios com média do PIB superior à média estadual, 77,60% municípios eram rurais e 5,72% dos municípios eram relativamente urbanos.

No entanto, as mudanças entre 2010 e 2017 no PIB não são percebidas apenas quando nos detemos na classificação dos municípios, como apresentado anteriormente, ao observarmos a participação dos setores agropecuária, indústria e serviços na economia do PIB em 2010, constatamos que o setor de serviços ocupa maior percentual de valor agregado, em segunda colocação a indústria com 30% e o setor de agropecuária representa contribuição de 7,11%. A participação dos setores da economia no PIB total do estado em 2017 sofreu algumas alterações, havendo o recuo do setor industrial (19,39%), expansão do setor de serviços (59,39%) e leve avanço do setor agropecuária (7,94%).

Entendemos que a participação do setor agropecuária esteja sub-representada, como indica o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) (2022) quando se trata do PIB brasileiro, ao compreenderem o setor baseado nas atividades agrícolas, agropecuárias e as atividades econômicas que são movimentadas a partir do setor agropecuária. Essa sub-representação coloca os municípios rurais, as quais suas economias giram predominantemente em torno do setor agropecuária, em posição de inferioridade na participação econômica. Caso passássemos a avaliar o setor agropecuária a partir, também, das atividades econômicas que movimentam indiretamente, conseqüentemente, municípios classificados como rurais e/ou predominantemente rurais melhorariam suas posições de desenvolvimento quando analisássemos o Produto Interno Bruto.

Outro indicador que apresentou interessantes resultados a partir do uso de diferentes tipologias de classificação dos municípios, foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, indicador esse de 2010, durante a execução dessa pesquisa o mais recente que

tivemos acesso, apresentou interessantes revelações. As médias do indicador, a partir do uso da tipologia do IBGE, tendem a obter melhores resultados nas categorias, comparativamente às categorias de Mallmann. No entanto, quando visualizamos a média do estado como um todo, temos que há maior número de municípios rurais com média superior a estadual do indicador quando utilizamos os parâmetros de classificação da tipologia alternativa, resultado inverso obtemos quando utilizado a categoria predominantemente rural do IBGE.

Constatamos que, à medida que os municípios passam a ter uma contribuição econômica maior do setor industrial, o IDHM aumenta. Em sentido contrário, a partir das regressões há o indicativo de quanto maior a contribuição do município no setor agropecuária, menor é o desempenho do indicador. Contudo, apesar de termos esses resultados, não entendemos, simplifadamente, que municípios que possuem a maior parte do seu PIB proveniente do setor agropecuária como municípios com desenvolvimento humano baixo. Até porque, como mencionamos anteriormente, as atividades agrícolas indiretas e comerciais do setor agropecuária acabam sendo assimiladas como setor de serviços, de acordo com a forma de cálculo do PIB no Brasil. A hipótese levantada é que alguns municípios rurais tenham indicador de desenvolvimento menor pela população não acessar serviços sociais essenciais, averiguação realizada pelo InAcesso, índice criado nesta pesquisa.

Com a desagregação dos indicadores foi possível visualizarmos mais de perto sob quais aspectos os municípios possuem desempenho melhor e quais são as suas limitações. De modo geral, os municípios classificados como rurais nas tipologias do IBGE e na de Mallman apresentam indicadores educacionais baixos, ao compararmos com municípios urbanos. Especificamente, nos valendo da categorização de Mallmann, os indicadores de renda em municípios rurais também sofrem decréscimo quando comparados com os municípios urbanos.

O IDESE, indicador elaborado pelo próprio estado do Rio Grande do Sul, é um dosador das condições de vida da população que não possui tanta variação como o IDHM, dito isso, nenhum dos municípios do estado possui indicador baixo. Além disso, com o IDESE, os municípios classificados como rurais, em ambas tipologias classificatórias, acabam apresentando valores mais altos do que os demais municípios, quando analisamos os municípios que apresentam indicador considerado alto. Contudo, de modo geral, quando olhamos para o indicador, sem discriminar as tipologias de classificação, percebemos que os municípios rurais possuem maiores médias nas variáveis que envolvem a saúde, e médias que merecem atenção nas variáveis que analisam a educação.

Sob a perspectiva de análise do IDESE a partir da influência dos setores econômicos, percebemos que municípios que apresentam o setor industrial e o setor agropecuário como propulsores do PIB desses municípios, tendem a apresentar um IDESE mais alto. Já com o IDHM o comportamento é diferente: observamos que o setor agropecuário influencia negativamente o indicador.

Observando os municípios com maiores indicadores de desenvolvimento analisados, notamos que os seguintes municípios se repetem, são eles: Carlos Barbosa apresenta o segundo maior IDHM do estado e se mantém nessa posição no IDESE, Aratiba possui o terceiro maior IDESE, e o segundo maior PIB *per capita* (2010) e o terceiro maior PIB *per capita* (2017). Três Arroios com o terceiro maior IDHM e sexto maior IDESE, Ipiranga do Sul com o quarto maior IDHM e Casca com o oitavo maior IDHM.

Além disso, comparativamente aos demais indicadores de desenvolvimento, no caso dos menores indicadores, percebemos que alguns municípios se repetem na média do IDHM. Municípios esses como São José do Norte que apresentou nono menor PIB *per capita* (2010), Dom Feliciano que possuía o menor IDESE, e o município de Jaquirana com o quarto menor IDESE, também com o quarto menor IDHM do estado. A partir dessa análise conseguimos dizer que os indicadores de desenvolvimento de 2010 a 2019, no caso dos municípios de Dom Feliciano e Jaquirana não se alteraram, ambos permanecem na mesma posição em anos diferentes e em indicadores distintos.

Ao pretendermos compreender o desenvolvimento dos municípios rurais, e especificamente das populações rurais dos municípios do Rio Grande do Sul, elaboramos o Índice de Acesso. Instrumento que combina o acesso a serviços de saúde, como número de hospitais nas cidades e postos de saúde nas zonas rurais, e acesso à educação, a partir do número de escolas de educação básica nos interiores dos municípios. Com base nisso, e analisando a partir das tipologias de classificação dos municípios, temos que na tipologia do IBGE os municípios intermediários possuem maiores médias do indicador, já na classificação de Mallmann, os municípios rurais apresentam maior média de desempenho.

Outro dado que merece análise mais aprofundada diz respeito às correlações negativas entre os indicadores: IDHM e IDESE com o InAcesso. Uma das possíveis interpretações que chegamos é de que em municípios com esses indicadores altos, as áreas rurais desses municípios teriam menor desenvolvimento que as áreas urbanas. Esse dado, de alguma forma, não responde inteiramente à ideia inicial de que municípios rurais teriam menor desempenho nos indicadores oficiais (IDHM e IDESE) pelas suas populações rurais terem menor Índice de Acesso. Todavia, nos levanta a questão de que os indicadores são

pensados a partir da realidade urbana, e tendem a desconsiderar as condições de vida das populações rurais.

Não obstante, como indicamos no decorrer dessa pesquisa, o Índice de Acesso está em fase de aperfeiçoamento, não estando livre de possíveis equívocos. Apesar disso, com as informações e conhecimentos que tomamos como pertinentes nesse momento, acreditamos que o dado da correlação negativa entre os indicadores é um indício interessante de ser melhor investigado.

Além disso, constatamos um descuido por parte da tipologia do IBGE, das características da realidade rural gaúcha, ao não discriminar os municípios rurais de modo a categorizar os municípios com características rurais e população abrangente em maior número de categorias. De modo distinto, a tipologia de classificação de Mallmann abrange as diferenças entre os municípios rurais e os urbanos, por possuir uma categorização mais rigorosa, subdividida em mais categorias, entre as duas tipificações.

Municípios classificados como rurais não possuem indicadores baixos em termos de desenvolvimento, pelo contrário, vemos a realidade equivalente aos urbanos, ou mesmo, casos em que os municípios rurais se saem melhor. De modo geral, indicadores de saúde são mais bem avaliados em municípios rurais. Sendo que apenas no nível de escolarização adulta os municípios rurais possuem menores indicadores, apesar disso, quando analisado a frequência escolar e desempenho dos estudantes, os municípios rurais tendem a apresentar indicadores altos. Em contraste, municípios predominantemente rurais possuem Índice de Acesso a serviços de saúde na classificação do IBGE a mesma média que os municípios predominantemente urbanos. E na tipificação de Mallmann os municípios urbanos se saem levemente melhor, e em segunda posição vem os municípios rurais com maior indicador. No caso do Índice de Acesso a serviços de educação, pela tipologia do IBGE, os municípios predominantemente rurais possuem menores médias. Entretanto, na classificação de Mallmann, os municípios rurais apresentam a média mais alta. De todo modo, reconhecemos a importância de aprimorarmos o Índice de Acesso, a partir do acesso a bases de dados mais atualizadas.

Por fim destacamos que, com base nos resultados e recursos metodológicos utilizados nesta dissertação, outros trabalhos poderão ser desenvolvidos. Acreditamos que essa pesquisa possa abrir caminho para embasar políticas públicas que se preocupem com a questão do desenvolvimento pensado a partir da realidade e das especificidades das populações rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

AGNEW, J. The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory, **Review of International Political Economy**, 1:1, 53-80, DOI: 10.1080/09692299408434268, 1994.

AQUINO, J. R. Desenvolvimento humano nas áreas rurais do Brasil. **Brasil Debate**. 2018. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/desenvolvimento-humano-nas-areas-rurais-do-brasil/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

AMARAL, E. F. L. **Elaboração de indicadores sociais**. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Sociologia e Antropologia. Pós-Graduação em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas p. 1-50, 2009.

ARAÚJO, C. R. L.; AGUIAR, E. S.; SOUZA, S. R. **Educação na Zona Rural: Dificuldades no processo de Ensino e Aprendizagem**. Orientadora: Profa. Dra. Sandra Rodrigues de Souza. 2021. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008, **Cad. Saúde Pública**, 2018; 34(6):e00213816, p. 1 - 14.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**: Metodologia. IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso: 09 de set. 2023.

BAUDELLE, Guy et al. Le développement territorial: finalités et spécificités. In.: _____. **Le développement territorial en Europe: Concepts, enjeux et débats**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011, p. 13-27.

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Orientador: Sergio Schneider. 2004. 179 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

BONNAL, P. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. In.: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**, vol. 19, Brasília – Agosto/2013, p. 33- 56.

BOUSQUAT, A.; FAUSTO, M. C. R.; ALMEIDA, P. F.; LIMA, J. G.; SEIDL, H.; SOUSA, A. B. L.; GIOVANELLA, L. Remoto ou remotos: a saúde e o uso do território nos municípios rurais brasileiros, **Rev Saúde Pública**, 2022, p. 56-73.

BRASIL. **Decreto n.º 311, de 02 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei No 10.172, de 9 de Janeiro De 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual De Estrutura Física Das Unidades Básicas De Saúde Saúde Da Família**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Notas Estatísticas: Censo Escolar, 2018**, Brasília, Janeiro de 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 2.436, de 21 de Setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

CAMPOS, C. M. A cidade no pensamento brasileiro, do século XVI ao século XX, **Estudos Avançados** 33 (95), p. 177- 190, 2019.

CANCLINI, N. G. ¿Qué es una ciudad? In.:_____. **Imaginarios Urbanos**. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, p. 69-101, 1997.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. Análise integrada do desenvolvimento. In.:_____. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª ed., p. 25-52, 2004.

CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 252-280, jan./jun. 2009.

CARNEIRO, M. J.; SANDRONI, L.. Tipologias e significados do “rural”: uma leitura crítica. In.: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 43- 58.

CASTRO, E. I. O poder e o poder político como problemas. In.:_____. **Geografia e política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, p. 95-137, 2005.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 80-116, 2000.

CASTRO, N. R. **Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro?**, CEPEA, Out. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio-cao-cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx#:~:text=Depende.,m%C3%A9dia%20de%201995%20a%202021>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

COSTA, L. A. O desenvolvimento: seus processos e seus obstáculos, **Journal of Inter-American Studies**, Vol. 4, No. 3 (Jul., 1962), pp. 297-312.

COUTINHO, E. A.; FIÚZA, A. L. C. A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG, **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 22, n. 49, pp. 59-82 Mai.-Ago./2019.

DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G. T.; BOHN, L.; GOMES, A. P. Índice de Desenvolvimento Humano eficiente: Uma mensuração alternativa do bem-estar das nações, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 45, n. 2, ago. 2015, p. 337-363.

DELGADO, N. G.; GRISA, C. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In.: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**, vol. 19, Brasília – Agosto/2013, p. 239-255 (289).

EGLER, C. A. G. Questão regional e a gestão do território no Brasil. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 209-238, 2000.

ERIKSON, R. Inequality Reexamined by Amartya Sen, **Contemporary Sociology**, Vol. 23, No. 1 (Jan., 1994), pp. 49-50.

ESTADOS E CIDADES. **Informações da População, Educação, Religião e Outros**: Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://www.estadosecidades.com.br/rs/>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

FAUSTO, M. D. R.; ALMEIDA, P. F.; BOUSQUAT, A.; LIMA, J. G.; SANTOS, A.; M.; SEIDL, H.; MENDONÇA, M. H. M.; CABRAL, L. M. S.; GIOVANELLA, L. Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos brasileiros: contexto, organização e acesso à atenção integral no Sistema Único de Saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.32, n.1, e220382pt, p.1-14, 2023.

FAVARETO, A. A emergência da abordagem territorial no Brasil e a resiliência institucional da visão setorial: Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Documento de Trabajo N° 26**, Programa Dinámicas Territoriales Rurales Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Santiago, Chile, 2009.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão: Do agrário ao territorial**, USP, São Paulo, Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciência

Ambiental como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Ambiental, Orientação José Eli da Veiga, 2006.

FAVARETO, A.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; SEIFER, P.; BUZATO, H.; MORALES, R.; CARDOSO, R. Territórios importam: Bases para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil, **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, Brasília, p. 14-46, 2015.

FEE. **Metodologia IDESE**: 2015, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>. Acesso em: 09 de set. 2023.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FORNAZIER, A. O Papel do Município nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil, **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 148-168, dez. 2015.

FROEHLICH, J. M. (1994). A crítica da sociologia rural "tradicional" e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. **Extensão Rural**, (2), 33–48. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6366>.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Rio Grande do Sul). **IdeseVis**: App para análise da nova série histórica do Idese (Revisão 2020). Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/idese/>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

FURTADO, C. Em busca de uma ideologia do desenvolvimento. In.: _____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., p. 3-17, 1966.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p. 347, 2008.

GOUDARD, B.; OLIVEIRA, F. H.; GERENTE, J. Avaliação De Modelos De Localização Para Análise Da Distribuição Espacial De Unidades Básicas De Saúde, **Revista Brasileira de Cartografia**, Nº 67/1 15-34, ISSN: 1808-0936, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Elaboração e Análise de Indicadores Eixo**: Monitoramento e Avaliação. Apostila, ESESP, 2019.

GRISA, C.; DELGADO, N. G. Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: ideias, interesses e instituições na governança multinível. In.: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 227-248.

GUIMARÃES, A. **Ensino médio terá mudanças na área rural**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/208-noticias/591061196/9906-sp-963269548?Itemid=164#:~:text=Na%20zona%20rural%20brasileira%2C%2060,se%20para%20a%20%20C3%A1rea%20urbana>>. Acesso em: 24 Nov. 2022.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. Indicadores Sintéticos no Processo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas: Limites e Legitimidades, **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

HELLMANN, A.; SCHABBACH, L. M. **Apostila Módulo 4: Indicadores**. Porto Alegre, Salvador: CEGOV - Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Governo do estado da Bahia, 2016.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação**. Estudos e Pesquisas Informação Geográfica: Rio de Janeiro, n. 11, 2017.

IBGE. **Educação: PNAD Contínua 2022. PNAD Contínua 2016/2022**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8100b5c6e47300b5b9596ced07156eda.pdf. Acesso em 09 de set. 2023.

IBGE. **Saúde**. In.: _____. Regiões de influência das cidades: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais: Rio de Janeiro, 2018.

INEP. As condições de funcionamento das escolas rurais. In.: _____. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, p. 29-33.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida, **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KOZENIESKI, E. M. **A produção do espaço rural: Transformação das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Geografia. Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros, Porto Alegre, 2016.

KUROWSKA-PYSZ, J. (Palestra) **A nova abordagem da cooperação territorial europeia nas zonas fronteiriças: as questões espaciais, organizacionais e institucionais para o período 2021-2027**. Seminário – Planejamento regional e regiões transfronteiriças no Mercosul (Brasil) e na Europa Central (Polônia). UFRGS: Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 4 de outubro de 2022.

- LAND, K. C.; FERRIS, A. L. The Sociology of Social Indicators. 21st Century Sociology. 2006. **SAGE Publications**. 13 May. 2010. Disponível em: http://www.sage-ereference.com/sociology/Article_n52.html. Acesso em: 10 de abril de 2022.
- LEVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia**, América do Norte, n. 3, set./2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/62> >. Acesso em: 5 abr. 2012.
- LOPES DE SOUZA, M. J. O território: sobre o espaço e o poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 80-116, 2000.
- LUZ, A. O mito da produção agrícola de baixo valor agregado, **Revista Política Agrícola**, ano XXIII, n. 2, Abril-Jun, 2014, p. 20-39.
- MAIA, C. M.; FILIPPI, E. E.; RIEDL, M. Território, Ruralidade e Desenvolvimento Regional, **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, p. 191-202, Taubaté, SP, jan-abr/2009.
- MAGALHÃES, D. L.; MATOS, R. S.; SOUZA, A. O.; NEVES, R. F.; COSTA, M. M. B.; RODRIGUES, A. A.; SOUZA, C. L.. Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural, **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e50411326906, 2022.
- MALLMANN, L. **Rio Grande do Sul: Rural ou Urbano?** Uma análise demográfica do estado com base nos dados do Censo 2010, TCC, 2011.
- MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In.: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**, vol. 19, Brasília – Agosto/2013, p. 57-88.
- MARCUZZO, J.; RAMOS, M. P. **Indicadores de Desenvolvimento no espaço rural e urbano a partir de duas metodologias de classificação**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro, 2003.
- MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In.: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**, vol. 19, Brasília – Agosto/2013, p.89-124.
- MORAES, D. E.; CARVALHO, M. A.; CANÔAS, S. S. Indicadores Sintéticos De Qualidade De Vida E O Conceito De Natureza/Ambiente, **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 17, n. 58 Junho/2016 p. 123–135.
- MOREIRA, C. F. **Fechamento de escola pública**. 2017. Disponível em: [https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/484339714/fechamento-de-escola-publica#:~:text=I%20%2D%20igualdade%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,\(...\)&text=ciclo%20a](https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/484339714/fechamento-de-escola-publica#:~:text=I%20%2D%20igualdade%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,(...)&text=ciclo%20a)

gr%C3%ADcola%20e%20%C3%A0s%20condi%C3%A7%C3%B5es,do%20trabalho%20na%20zona%20rural. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: _____. **Novos caminhos da geografia**[S.l: s.n.], 1999.

OLIVEIRA, B. L. C. A. Proposta de mensuração do nível de urbanicidade das cidades brasileiras a partir dos dados do censo demográfico de 2010, **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(3):1107-1118, 2022.

OLIVEIRA, L. L. S. Idese e Indicadores Sociais: Origens e Evolução. **Textos para Discussão FEE Nº 116**, Porto Alegre, agosto de 2013, p. 3-34.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul, **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano, **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2021, p. 17 - 25.

PEREIRA, M. L. D.; TEIXEIRA, J. G.; MOTTA, F. P. M. Mobilidade Espacial e Percepção Acerca da Qualidade de Vida Local. In: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdade Social, Redes de Sociabilidades e Participação Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 183-196, 2007.

PEREIRA, R. H.; HERRERO, V. Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica, **Texto para discussão**, n. 1395, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2009.

PÉREZ, P. L. Amartya Sen y la economía del bienestar, **Estudios Económicos**, Vol. 14, No. 1 (27), pp. 3-32, jan.- jun.1999.

PETTIT, P. Teaching, Research, and Reference Materials, **Contemporary Sociology**, Vol. 24, No. 3, p. 427-429, May, 1995.

PINTO, C. V. S.; ROCHA, B. N.; PIRANI, N.C. Indicadores Sociais e Desenvolvimento Rural: Um Estudo Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Rural no Brasil, **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 18, jan.-jun. 2018.

PIZZOLATO, N. D.; BARROS, A. G.; BARCELOS, F. B.; CANEN, A. G. Localização De Escolas Públicas: Síntese De Algumas Linhas De Experiências No Brasil, **Pesquisa Operacional**, v.24, n.1, p.111-131, Janeiro a Abril de 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. P.; PAIVA, C. A. N. Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo, **Redes**, Vol 10, No 2, 2005.

RAMOS, M. R.; MARINO, J. M. F. Condicionantes Históricas do Desenvolvimento Capitalista Global em Nível Regional. In.: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Org.). **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. EDUNISC: Santa Cruz do

Sul, p. 79-100, 2004.

REIS, T.; MORENO, A. C. Brasil urbano x Brasil rural. **G1**. 2015. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/brasil-urbano-x-brasil-rural.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. VAB da Agropecuária: O RS contribui com 11,7% do VAB agropecuário brasileiro em 2019, **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**, ed. 7, setembro de 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/vab-da-agropecuaria>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

SANDRONI, P (Org.). PIB. In.: _____. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999, p. 459.

SANTAGADA, S. Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico, **Revistas Planejamento RS**, Porto Alegre, 1993, p. 245-255.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. RIMISP: Chile, Marzo de 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SCHNEIDER, S. Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: Em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento, **Revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais, **Raízes**, Campina Grande, vol. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, jan./dez. 2004.

SCHRADER, A. **Método de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese, **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 1, jan./jun. 2003, p. 45-71.

SILVA, C.M. **Centralidade e Mobilidade: Uma Análise do Padrão de Deslocamento dos Pacientes Atendidos pelo SUS em Goiás, 2010**. Orientador: Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2014.

SILVA, P.Y. C; BEUREN, I. M.; SARQUIS, R. W.; LIMA, G. A. S. F. Análise da homogeneidade dos indicadores sociais dos países da América Latina e do Caribe, **GCG Georgetown University - Universia**, v. 9, n.1, ISSN: 1988-7116, p. 74-96, enero-abril 2015.

SOARES, A. N.; LACERDA E SILVA, T.; FRANCO, A. A. A. M.; MAIA, T. F. Cuidado em saúde às populações rurais: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde, **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(3), e300332, 2020, p. 1-19.

SOARES, R. A. S.; MORAES, R. M.; VIANNA, R. P. T.; PESSOA, V. M.; CARNEIRO, F. F. Determinantes Socioambientais e Saúde: o Brasil Rural versus o Brasil Urbano, **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 9(2), 221-235, jun, 2015.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20 Sup 2:S190-S198, 2004.

VALADARES, A. A. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais, *Texto para Discussão*, IPEA, Brasília, março de 2014.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, J. E. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, **Estudos Avançados**, 15 (43), p. 101-119, 2001a.

VERÍSSIMO, M. P.; SAIANI, C. S. S. Evidências da importância da indústria e dos serviços para o crescimento econômico dos municípios brasileiros, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 905-935, setembro-dezembro, 2019.

VIDAL, L. MUSSET, A. VIDAL, D. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera: O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje), **Confins**, 13, Número 13, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O “rural” como espaço singular e ator coletivo, **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. Tipologias, Dinâmicas de Desenvolvimento e Políticas. In.: _____. **Estado da Arte no Brasil a Singularidade do Rural Brasileiro**: Implicações para Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. Relatório Final Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), Brasília, p. 38-58, 2013.

WAQUIL, P. D.; GIANLUPPI, D. F. L.; MATTOS, E. J. As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 117-142, maio 2005.

WESENDONCK, C. C.; SIEDENBERG, D. R. O Processo de Participação Popular (PPP) e as Limitações no Uso do IDESE como Referência para a Distribuição dos Recursos. **VI**

Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul - RS, Brasil, 17 a 19 de agosto de 2011.

WILLIAMS, R. Campo e cidade. In.: _____. **O campo e a cidade: Na história e na literatura.** Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11-21.

YALTA, N. S. Indicadores de desempenho en los organismos públicos del Perú. **Trabalho apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.